



LeYa

O fim da guerra

A MACONHA
E A CRIAÇÃO DE
UM NOVO SISTEMA
PARA LIDAR
COM AS DROGAS

Denis Russo Burgierman



Ficha Técnica

© 2011, Denis Russo Burgierman

diretor editorial

Pascoal Soto

editora

Tainã Bispo

produção editorial

Fernanda Ohosaku

indicação editorial

Leandro Narloch

preparação de textos

Márcia Menin

revisão de textos

Tiemi K.

capa e projeto gráfico

Joana Amador

imagem de capa

David Nicholls/Corbis/Corbis (DC)/Latinstock

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Burgierman, Denis Russo

O fim da guerra : a maconha e a criação de um novo sistema para lidar com as drogas / Denis Russo Burgierman. – São Paulo :
Leya, 2011.

ISBN 9788580445879

1. Canábis 2. Juventude Uso de drogas 3. Maconha 4. Maconha Aspectos sociais 5. Maconha Efeito fisiológico 6. Política das
drogas I. Título.

11-11196 CDD-362.293

Índices para catálogo sistemático:

1. Maconha : Aspectos sociais 362.293

Todos os direitos desta edição reservados a

TEXTOS EDITORES LTDA.

[Uma editora do Grupo Leya]

Rua Desembargador Paulo Passaláqua, 86

01248-010 – Pacaembu – São Paulo – SP – Brasil

www.leva.com.br

Insanidade é fazer a mesma coisa repetidamente e esperar resultados diferentes.

Albert Einstein

Para começar

O TEMA PRINCIPAL DESTE LIVRO é a maconha, algo meio constrangedor de admitir. Afinal, maconha não é um assunto muito importante, certo? Maconha, dizem por aí, é a droga do prazer irresponsável, da indolência, da falta de seriedade. Por décadas, a mera menção da palavra “maconha” era alvo de censura, de olhares atravessados do outro lado da mesa de jantar. Gastar folhas de papel para discuti-la, então, seria desperdício, ainda mais no mundo de hoje, assolado pelo *crack*, pela violência, pela desigualdade, pela injustiça, pela corrupção, pelo racismo, pela doença, por assuntos realmente sérios e graves.

Pois acredito que esse modo de pensar está errado. Mais que isso: acho que esse bloqueio invisível que nos constrange a não discutir o assunto agrava cada um dos problemas cabeludos listados na última frase do parágrafo anterior. Como veremos em “Anatomia de um erro”, a política de drogas que dominou o mundo nos últimos cinquenta anos fracassou miseravelmente, gerando violência, desigualdade, corrupção, racismo, morte e incentivando o uso de drogas mais pesadas, até chegar ao *crack*.

E a maconha está no centro dessa política malsucedida. Há no mundo cerca de 210 milhões de usuários de drogas ilícitas, segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU).¹ Entre eles, 165 milhões consomem maconha, ou seja, 80% do total. Assim, o combate às drogas refere-se, em grande medida, ao combate à canábis,² a planta da maconha. Mudar a maneira como ela é tratada significa alterar fundamentalmente a política de drogas mundial e sair da confusão em que nos metemos. É esse o foco do capítulo seguinte, “Maconha e a solução”, no qual se discute também por que a maconha é diferente das demais drogas, o que justifica um jeito diferente de lidar com ela.

O coração deste livro são cinco estudos de caso que ajudam a vislumbrar como será a política de drogas global quando a guerra acabar. Os três primeiros são sistemas que conseguiram quebrar a lógica atual ao separar a maconha das outras drogas: primeiro, a Holanda, que pagou caro pelo pioneirismo; depois, a Califórnia, onde a população se rebelou com democracia e mudou o mundo com capitalismo; em seguida, a Espanha, cujo sistema, ainda em fase de desenvolvimento, é o xodó dos especialistas, por adotar o caminho contrário ao dos americanos – abolir o mercado. Os outros casos são o de Portugal, que, embora não tenha regulado o mercado de maconha nem tentado derrubar a proibição, mostrou ao mundo que uma política de drogas pode ser racional e eficaz mesmo num país católico e

conservador, e o do Marrocos, cuja política de drogas só agora está entrando no século XX e depende profundamente do futuro da política de drogas global para chegar ao XXI. Em “Para terminar”, volto a falar do futuro, mais especificamente o do Brasil.

Para escrever este livro, visitei não apenas esses lugares, mas também a linha de frente da guerra contra as drogas (a fronteira entre o México e os Estados Unidos) e as capitais onde o futuro está sendo planejado (Washington, Londres, Paris). Fui na companhia de minha esposa, Joana Amador, a designer responsável pela concepção visual deste livro, e de nossas duas bicicletas dobráveis, que nos ajudaram a chegar aonde queríamos e determinaram o ângulo pelo qual vimos as coisas.

Este não é um livro sobre leis, mas sobre sistemas, o que é bastante diferente. Lei é o que está escrito no papel. No Brasil, por exemplo, a lei diz que há drogas legais, como o tabaco, o álcool e as substâncias psicoativas da indústria farmacêutica, e ilegais, como a maconha, a cocaína, o ópio, seus derivados e todas essas coisas sintéticas que inventam dia sim, dia não.

Já um sistema é bem maior que isso, muito mais que aquilo que está no papel, que foi planejado. No sistema atual, mais da metade dos adolescentes consegue encontrar drogas ilegais com muita facilidade. Os traficantes de rua são menores de idade, às vezes crianças, e os usuários de *crack* começam a se tornar dependentes com 8 ou 9 anos. Amigos de policiais conseguem comprar maconha por preço bem razoável, já que eles têm acesso tranquilo a drogas apreendidas. Traficantes mandam em comunidades inteiras, e, naquelas em que isso não acontece, policiais tomaram o poder e vendem drogas para a população. Mesmo os traficantes mais subalternos têm remuneração melhor do que os policiais que deveriam prendê-los. Tortura, extorsão e execução sumária são técnicas de investigação policial corriqueiras.

A lei brasileira restringe a publicidade de uma das drogas legais, o tabaco, aos locais de venda, obrigando-os também a exibir imagens que mostrem seus malefícios, como fotos de cadáveres (o que embrulha meu estômago quando tomo café da manhã na padaria). Por algum motivo, outra droga legal perigosa, o álcool, pela lei, tem bastante liberdade para fazer propaganda e pode até mesmo patrocinar grandes eventos esportivos, com foco, sobretudo, no público jovem, mais vulnerável à formação de hábito.

Já o sistema determina que os vendedores de drogas ilegais têm ainda mais liberdade para fazer publicidade que os fabricantes de álcool. Eles não

anunciam na televisão, nem comprem cotas de patrocínio da Copa do Mundo, mas podem ir à porta de cada escola do Brasil dizer aos garotos que usar drogas é a coisa mais bacana que existe. Eles fazem o que querem porque, num sistema que proíbe tudo, ninguém regula nada.

O sistema é muitíssimo mais importante que a lei, porém as pessoas falam muito sobre leis e pouco sobre sistemas. É comum que digam “Eu sou a favor da legalização” ou “Eu sou contra”; “Eu sou a favor da descriminalização” ou “Eu sou contra”. Qualquer dessas opiniões é legítima. No entanto, estudos mostram que as leis têm efeito insignificante na decisão de usar ou não determinada droga. O que importa é o sistema, e, nesse aspecto, é inegável que o que temos hoje é terrivelmente ruim. A não ser os traficantes, os políticos, os fabricantes de armas e helicópteros, os construtores de cadeias e os donos de clínicas, ninguém pode estar satisfeito com nosso sistema atual.

Este livro evita ao máximo falar de “legalização”, de “descriminalização” ou de outros detalhes legais. O tema aqui é o modo como as sociedades lidam com drogas, especialmente com a maconha, e as implicações que isso tem. Por isso, passei muito mais tempo entrevistando os atores dos sistemas (vendedores, usuários, empresários, pacientes, cientistas, associados, cultivadores, médicos, policiais, juízes, ativistas) que os fazedores de leis (políticos e seus assessores de marketing).

Drogas são um problema que envolve nossos filhos – e digo “nossos” de maneira absolutamente hipotética, já que até hoje consegui me desviar das súplicas de minha mãe por um netinho. Imagine que seu filho, hipotético ou não, seja encontrado um dia desses com um baseado de maconha, um papelote de cocaína, um quadradinho de ácido, uma caixa de remédio sem prescrição, uma garrafa de vodca, um maço de cigarros, uma pedra de *crack*, um comprimido de metanfetamina... Como é que você gostaria que ele fosse tratado? Será que o modo ideal é um policial chutando o estômago do garoto, chamando-o de inútil, derrubando-o no chão com um soco na cara e depois extorquindo todo o dinheiro dele? No sistema atual, é assim que funciona, pelo menos em alguns casos. Não faria mais sentido que seu filho recebesse os cuidados de alguém que entende de jovens e de drogas?

Muitos acham que esse sistema é o único possível. O objetivo deste livro é mostrar que isso não é verdade. Há, sim, várias alternativas, a maioria pouco conhecida, e praticamente todas elas parecem ser mais eficazes que aquilo que temos hoje. Muita coisa está acontecendo, sobretudo nestes primeiros anos do século XXI. Mesmo assim, as pessoas continuam debatendo sobre políticas de drogas com base em argumentos antigos, alguns deles derrubados

há décadas. Desse jeito, fica difícil avançar o debate, e, se o debate não avançar, continuaremos presos num sistema absurdamente ineficaz e contraprodutivo.

O objetivo deste livro não é indicar culpados para o fracasso da política de drogas, e sim encontrar saídas. Chega de ficarmos apontando o dedo uns para os outros. É hora de arrumarmos a bagunça que fizemos.

1. United Nations Office on Drugs and Crime. *World Drug Report 2011*. Disponível em: <<http://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/WDR-2011.html>>. Acesso em: set. 2011.

2. A palavra aparece registrada no *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* como “cânabis”, mas preferimos grafar “canábis”, porque essa é a pronúncia mais usual. Ela se refere às duas espécies do gênero botânico *Cannabis*: *sativa* e *indica*.

Parte I

Anatomia de um erro

A INTENÇÃO ERA BOA, ninguém nega isso. Quem já viu de perto um jovem cheio de vida e de potencial mergulhar de cabeça nas drogas e virar um morto-vivo sem vontade própria, indigno de confiança, que destrói tudo ao redor, não tem dúvida de que drogas são más, perigosas. Sabe que elas são como vampiros, que transformam pessoas normais em monstros. Diante disso, é óbvio que o mundo seria melhor sem drogas.

Ronald Reagan, presidente dos Estados Unidos nos anos 1980, sabia disso em todas as células de seu corpo de caubói. Ele possuía uma fórmula simples para acabar com as drogas: “*Just say no*” (Apenas diga não). Era esse o mote da grande campanha publicitária que seu governo lançou para mostrar à juventude o caminho da salvação. Uma guerra, porém, não se ganha só com publicidade. O governo Reagan aumentou as penas de prisão para usuários e traficantes de drogas e criou leis que autorizavam medidas extremas. Por exemplo: a lei de confisco passou a permitir que a polícia apreendesse bens de traficantes de drogas sem nem sequer levar o caso à justiça. Traficantes enriquecem à custa de envenenar jovens, certo? Nada mais justo que arrancar deles os bens comprados com dinheiro tão torpe.

Além do front interno, os Estados Unidos de Reagan aumentaram a pressão sobre o resto do mundo. A guerra contra as drogas não podia ser lutada apenas dentro de casa – cocaína era produzida na América do Sul, heroína vinha da Ásia, maconha chegava do México. Só seria possível acabar com as drogas se o mundo colaborasse. Em 1989, meses após o fim do governo Reagan, o Muro de Berlim caiu e os Estados Unidos viraram a única superpotência do mundo. O governo americano ameaçava com sanções econômicas os países que não colaborassem com aquela guerra justa. E, independentemente dessa pressão, em cada país havia o reconhecimento de que drogas são más e devem mesmo ser eliminadas.

Na década de 1990, países do mundo todo ampliaram o orçamento de seus órgãos de repressão, com ajuda americana, e centenas de bilhões de dólares foram gastos com helicópteros militares, armas de alto calibre, vigilância nas fronteiras. A ofensiva foi especialmente dura na América Latina, região que produzia quase toda a droga que os americanos consumiam.

A Colômbia, governada pelo presidente César Gaviria, apertou o cerco contra o Cartel de Medellín, que, sob o comando do sanguinário Pablo Escobar, mandava nas montanhas do noroeste do país e embarcava toneladas de pó por mar para a Flórida. Sétimo homem mais rico do mundo em 1989, segundo a revista *Forbes*, Escobar oferecia uma escolha simples aos policiais,

governantes e juízes de seu país: prata ou chumbo. Quem não se corrompia era assassinado. Ele foi preso em 1991, após muita negociação entre o governo de Gaviria e seus advogados. Só concordou em ir para a cadeia depois que o governo permitiu que ele construísse uma prisão de luxo, com campo de futebol, bar, banheira de hidromassagens e uma cachoeira.

Na mesma época, o México, de onde provinha a maior parte da maconha consumida nos Estados Unidos, fez uma ofensiva gigantesca contra seus cartéis, sob o comando do presidente Ernesto Zedillo. Zedillo, eleito em 1994, escolheu o general linha-dura José de Jesús Gutiérrez Rebollo para ser seu czar antidrogas. As investigações da polícia desbarataram um esquema de corrupção que envolvia gente nos níveis mais altos do poder. Até Raúl Salinas, irmão do ex-presidente Carlos Salinas, antecessor de Zedillo, acabou na cadeia, acusado de estar na folha de pagamento de um cartel durante a gestão do irmão.

No Brasil, o principal país de trânsito do tráfico internacional de cocaína, porque faz fronteira com todos os três produtores, Bolívia, Colômbia e Peru, a ofensiva foi igualmente dura nos anos 1990, sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso. Aprovou-se a lei de crimes hediondos, que colocou o tráfico na mesma categoria que tortura, chacina, genocídio e estupro de menores de idade.

Eram tempos de endurecimento, de “mandar a mensagem certa” para as crianças, de erradicar as drogas da face do planeta. Em meados da década de 1990, o mundo inteiro estava engajado na guerra, e as tropas proibicionistas esbanjavam otimismo. A vitória parecia estar logo adiante. Em 1998, o prédio da ONU em Nova York sediou um encontro para planejar a ofensiva final contra o vampiro. Sob o *slogan* “Um mundo livre de drogas: é possível”, todos os países-membros concordaram com uma meta ambiciosa: eliminar as drogas da face da Terra de uma vez por todas em dez anos. Foi provavelmente o mais amplo consenso da história da política internacional.

Os dez anos expiraram em 2008. O resultado da ofensiva é bem claro. As drogas não foram eliminadas, como se vê por aí. Após a ofensiva, o consumo de todas elas cresceu no mundo inteiro: o de maconha aumentou 8,5%; o de cocaína, 25%; o de heroína e outros opiáceos, 34,5%.³ Quanto mais perigosa a droga, maior foi o aumento. Surgiram drogas mais potentes e nocivas, e o crime organizado ficou mais lucrativo e poderoso.

Na América Latina, os resultados foram trágicos. A Colômbia, de Gaviria, depois de ter gasto dezenas de bilhões de dólares e perdido milhares de pessoas para se livrar do Cartel de Medellín, de Escobar, caiu no colo do

Cartel de Cáli, que surgiu forte assim que a concorrência foi destruída. Hoje o país é o maior produtor de cocaína do mundo (era o terceiro em 1990) e o consumo interno cresceu, já que as fronteiras mais bem vigiadas forçam parte da droga a ficar do lado de dentro.

No México de Zedillo, acabou-se descobrindo que o general linha-dura Rebollo, que prendeu Raúl Salinas por ter se vendido ao tráfico, também tinha sido comprado por um outro cartel. Ele foi preso. Em consequência da repressão, a corrupção dominou o governo, até os níveis mais altos. Atualmente, onde havia um grande cartel que controlava o tráfico em relativa paz, mais de trinta pequenos grupos guerreiam para tomar o lugar dos líderes presos ou mortos, e Ciudad Juárez, na fronteira com os Estados Unidos, é a cidade mais violenta do mundo. Cenas como cabeças decepadas, corpos carbonizados pendurados em viadutos e gângsteres do lado de fora de carros disparando rajadas de metralhadora se tornaram comuns. Os cartéis mexicanos, que antes traficavam maconha, aproveitaram a oportunidade quando o colombiano Cartel de Cáli caiu, no final da década de 1990, e assumiram o controle do muito mais lucrativo tráfico de cocaína, agora feito por terra por dentro do México. Nos cinco anos entre 2006 e 2011, a guerra contra o narcotráfico virou guerra civil e 40 mil pessoas morreram.

No Brasil de FHC, organizações criminosas assumiram o controle das cadeias e de bairros inteiros das cidades. Drogas estão mais disponíveis que nunca e, onde antes havia meninos cheirando cola, hoje fumam *crack* ou óxi. Há também cada vez mais crianças trabalhando para o tráfico.

A ofensiva contra as drogas dos anos 1980 e 1990, iniciada por Reagan, foi o maior desastre de política pública do século XX, e quem afirma isso são os próprios comandantes da iniciativa. Em 2011, um grupo de líderes mundiais se reuniu e formou a Comissão Global de Política de Drogas. Eles admitiram a derrota de maneira clara: “A guerra global contra as drogas fracassou, com efeitos devastadores para indivíduos e sociedades no mundo todo”, disseram no relatório *War On Drugs*,⁴ lançado em 2 de junho de 2011, em Nova York.

A Comissão Global, em grande medida, é composta pelos generais que coordenaram a ofensiva dos anos 1980 e 1990. Seus membros são gente como George Shultz, secretário de Estado do governo Reagan e, portanto, chefe da política externa americana naquela época; Paul Volcker, presidente do banco central americano no governo Reagan, o dono da chave do cofre que financiou a guerra; Kofi Annan, ex-secretário-geral da ONU, anfitrião da reunião de 1998 que estabeleceu o consenso global para eliminar as drogas do mundo; César Gaviria, Ernesto Zedillo e Fernando Henrique Cardoso,

presidentes da Colômbia, do México e do Brasil na década de 1990, que acreditaram na justiça da guerra e lutaram sem trégua.

Está claro para todos eles que a forma como o mundo está tentando vencer as drogas está equivocada. Eles sabem disso porque participaram da luta e foram amargamente derrotados.

Por que deu tão errado?

Como é que pode uma política pública:

- 1) não cumprir aquilo que se propõe,
- 2) custar uma fortuna que aumenta cada ano e
- 3) causar tantos novos problemas, cada um deles muito maior que o problema original?

A razão principal para um fracasso tão retumbante é que a humanidade tentou resolver um problema complexo por meio de um sistema simples. Há dois tipos de sistemas, os simples e os complexos. Os simples são relações diretas de causa e consequência. Pense, por exemplo, em um sistema criado para manter uma sala fechada em temperatura constante. O sistema é composto de um termostato e um aparelho de ar condicionado. Se a temperatura sobe um grau, o termostato detecta o aquecimento, o ar-condicionado é ligado e a temperatura baixa. Simples assim: aumento de temperatura → ar condicionado → redução de temperatura. Em sistemas simples, usar a força tem bons resultados: quanto mais potente o ar-condicionado, mais rápido a temperatura cai. Quando há apenas uma causa para cada consequência, faz sentido combater a causa de maneira firme.

A humanidade é ótima com sistemas simples. Nosso cérebro é especialista em detectar problemas e propor soluções que se contraponham a eles. Sistemas simples muitas vezes funcionam perfeitamente bem para problemas bem sérios. Pegue como exemplo o crime violento. Alguém mata um sujeito, a polícia prende essa pessoa e pronto, um assassino a menos na rua – e o mundo fica menos violento.

Já os sistemas complexos são bem diferentes. Eles são aqueles formados por um número quase incontável de componentes, conectados uns aos outros. Cada vez que se empurra um componente do sistema, ele empurra outro, que empurra outro, que empurra outro... É impossível para o cérebro humano prever o comportamento de cada peça do sistema, e, por isso, sistemas complexos tendem a gerar consequências inesperadas.

No caso das drogas, criamos um sistema para reduzir o consumo, e isso originou uma cadeia de reações que acabou levando, entre outras coisas, ao aumento do uso de drogas. Para responder a esse aumento, a humanidade empurrou o sistema com mais força ainda, gerando ainda mais consequências inesperadas e aumentando ainda mais o uso de drogas. Sistemas complexos são imprevisíveis. Por isso mesmo, não é boa ideia atacar um problema complexo com muita força, porque isso potencializa as consequências inesperadas.

Para lidar com um problema complexo, é preciso agir de maneira gradual, racional, moderada – e só ir aumentando a força aos poucos, depois de observar atentamente os resultados e ter certeza de que não há consequências inesperadas. Outro pré-requisito para um sistema complexo funcionar é que ele trabalhe de modo descentralizado, sem a ilusão de criar uma única regra geral que o sistema todo tenha de seguir. O sistema antidrogas global é ruim, em grande parte, porque foi concebido em um país (os Estados Unidos) e aplicado no mundo inteiro sem dar nenhuma autonomia para atores locais.

No século XX, os problemas do mundo se tornaram muito mais complexos, mas nossos sistemas para lidar com eles continuaram pobremente simples, baseados em soluções do século XIX. É por isso que, hoje, temos a impressão de que todos os sistemas complexos estão entrando em colapso: o clima, o trânsito, as cidades, a política, a economia. Uma característica de sistemas complexos em colapso é que eles geram imensa frustração nos envolvidos. No trânsito, por exemplo, todos que estão na rua – motoristas, ciclistas, usuários de ônibus, pedestres – ficam irritados com os outros. Todos pensam que o resto é um bando de idiotas egoístas. Mas o problema é o sistema, que não funciona, por mais que a gente dê duro. Num sistema que não funciona, todo mundo tende a se comportar mal, e isso acaba gerando essa sensação de que são os outros que não estão colaborando o suficiente.

Foi exatamente o que aconteceu no século XX com o sistema global para lidar com as drogas. Hoje, todo mundo acha que a culpa do fracasso é dos outros. Os antiproibicionistas consideram o proibicionismo um complô racista. Os proibicionistas acreditam que a culpa é dos usuários, que não colaboram. Ninguém se entende.

Um fenômeno muito semelhante ocorreu no início do século XX, em outro “experimento nobre” igualmente inspirado numa boa intenção, igualmente malsucedido: a proibição do álcool nos Estados Unidos.

Temperança é um valor cristão, uma das “quatro virtudes cardeais”, junto com justiça, sabedoria e coragem. Ela “modera a atração dos prazeres, assegura o domínio da vontade sobre os instintos e proporciona o equilíbrio no uso dos bens criados”.⁵ Enfim, significa moderação, autocontrole. É um bom conselho, e não por acaso está presente em quase todas as religiões.

Temperança é também o nome de um movimento que foi muito influente no final do século XIX em vários países, inclusive no Brasil. As ligas de temperança tipicamente eram formadas por senhoras da sociedade e por sacerdotes, e sua principal bandeira era combater o uso do álcool. Seu discurso tinha inspiração claramente religiosa. Em 1920, nos Estados Unidos, o movimento atingiu seu objetivo e o álcool foi proibido. A nova lei foi saudada assim por um conhecido evangelista da época: “O reino das lágrimas está terminado. Os cortiços em breve serão apenas uma memória. Transformaremos nossas prisões em fábricas e nossas cadeias em armazéns e celeiros. Os homens andarão eretos, as mulheres sorrirão e as crianças rirão. O Inferno será colocado para alugar”.⁶

O que aconteceu não poderia ter sido mais diferente disso.

Logo que a proibição foi decretada, começaram a pipocar pelas cidades americanas bares clandestinos chamados *speakeasies* (algo como “fale baixo”). Neles, eram vendidos principalmente destilados com alto teor de álcool, já que cerveja ocupa muito espaço e é difícil de esconder. Além disso, as pessoas que se arriscavam a tomar um trago não iam se contentar com uma bebida levinha. Se era para infringir a lei, que fosse com algo forte. Há registros de que o número de mortes por intoxicação alcoólica foi às nuvens. Os bares clandestinos eram secretamente frequentados por todo tipo de gente, incluindo distintos juízes, professores, prefeitos, industriais, policiais que gostavam de uma bebidinha. Com a proibição, o preço da bebida alcoólica subiu imediatamente e, portanto, o negócio movimentava muito dinheiro.

A polícia até conseguiu fechar alguns *speakeasies*, pois todo mundo sabia onde eles estavam. Interromper o fluxo de bebida ilegal, porém, era impossível. Afinal, enquanto o dono do bar tem um endereço fixo, o sujeito que opera a logística pode estar em qualquer lugar. Se uma rota é fechada, ele muda para outra estrada; se um motorista de caminhão é preso, ele contrata outro ou arruma um avião. Os lucros são tão grandes que há capital de sobra para investir nesses ajustes logísticos.

Essa dificuldade de fazer cumprir a lei gerou ressentimento na sociedade, que via criminosos andando livremente pelas ruas, cheios de dinheiro no bolso. A repressão então aumentou e o trabalho de fornecer bebidas ficou

mais perigoso, mas também mais lucrativo, por causa de uma regra básica da economia: o mercado remunera o risco. A repressão aumentava o preço das bebidas e afastava os amadores e os medrosos. Sem concorrência e com preços altos, os traficantes de bebida que sobravam começaram a ganhar fortunas e a andar com um carrão mais imponente que o do juiz ou o do prefeito. Fazia-se tanto dinheiro que havia o suficiente para corromper bom número de policiais, xerifes, juizes e até governadores. Não era preciso comprar a polícia toda: bastava subornar a pessoa certa – e sempre havia alguém disposto a aceitar uma pequena fortuna para olhar para o outro lado.

Esse descalabro irritou a comunidade e surgiu uma pressão social por penas mais duras. Em 1929, as penas já eram dez vezes mais rigorosas que em 1920. Quem vendesse um único drinque poderia pegar cinco anos de cadeia e pagar uma multa de 10 mil dólares. Os custos da proibição, que eram de 2,2 milhões de dólares em 1920, pularam para 12 milhões em 1929. A população das prisões americanas subiu de 3 mil para 12 mil entre 1920 e 1932.⁷ Mas nada disso diminuía a oferta de bebidas. Prender donos de *speakeasies* era como enxugar gelo: para cada sujeito preso, outro era recrutado.

Pouco a pouco, os policiais, com a pele endurecida por anos de frustração, ficaram mais violentos e menos dispostos a obedecer regrinhas de conduta e artigos constitucionais. O índice de homicídios disparou, e o dia a dia da indústria se tornou tão sanguinário que até alguns chefões começaram a se incomodar com tanto risco. O mais poderoso deles era John Torrio, um italiano sofisticado com gosto por ópera. Quando foi furado por uma rajada de tiros de metralhadora de uma gangue rival, decidiu que aquela vida não era para ele e resolveu se aposentar.

Quem assumiu o negócio foi o mais truculento de seus capangas, o que mais queria continuar engrossando a guerra, um grandalhão que adorava matar chamado Al Capone. Ele tinha só 26 anos quando se transformou no maior inimigo da América. Andava num carrão blindado pelas ruas de Chicago, escoltado por outros carros cheios de brutamontes exibindo submetralhadoras pelas janelas, sem medo de aparecer em público. No nível em que estava, Capone não precisava tocar no álcool ou na grana suja. Ele havia investido uma fortuna em centenas de negócios legítimos, que serviam para lavar o dinheiro. Para todos os efeitos, Capone era simplesmente um jovem homem de negócios muito bem-sucedido.

Àquela altura, a sociedade já tinha se cansado daquela proibição absurda, que nem sequer tinha servido para diminuir consideravelmente o consumo de álcool. Para contribuir com a revolta, em 1929 a economia americana ruiu, e o

custo astronômico daquela política contraprodutiva chamou a atenção dos governantes e da sociedade. Em 1933, a proibição foi abolida. Depois disso, o índice de homicídios nos Estados Unidos caiu por onze anos consecutivos.

Os pastores e sacerdotes não entendem como as proibições do álcool e das drogas podem ter fracassado, uma vez que eram baseadas em princípios morais tão corretos. Já os economistas entendem muito bem o que foi que deu errado.

Economistas pensam assim: não há bem ou mal. O que há são pessoas com bons e maus instintos que respondem a incentivos que lhes são oferecidos no ambiente. Por exemplo: imagine que, na esquina da Avenida Paulista com a Rua da Consolação, em São Paulo, alguém arme uma barraquinha no meio da rua com várias pilhas de notas de cem reais, amontoadas até o teto. A quantidade de dinheiro é incontável, é impossível descobrir se alguém pegar algo, e ninguém está vigiando. Na porta da barraca, uma plaquinha: “Por favor, não pegue o dinheiro, propriedade particular”. Você, honesto leitor, talvez não pegasse uma nota sequer, já que preza pelos bons costumes e tem o caráter reto que a sociedade espera de você. Mas convenhamos: alguém ia pegar. Os economistas não tiram nenhuma lição moral dessa história, eles apenas pensam: “Precisamos bolar um sistema melhor, que não dê tantos incentivos para as pessoas pegarem o dinheiro”.

Nesta nossa sociedade, goste-se ou não disso, sucesso é medido em reais e centavos, e o sistema que criamos para lidar com as drogas remunera melhor quem está disposto a cometer mais atos de violência. Ou seja, criamos um sistema no qual, quanto mais truculento alguém for, mais bem-sucedido será. É como se um dono de empresa desse uma promoção automática para todo funcionário que agredisse outro. A consequência disso seria que, em muito pouco tempo, as pessoas estariam quebrando os dentes umas das outras na fila do cafezinho.

É por isso que a proibição do álcool, tão celebrada em hinos religiosos, deu tão errado na prática. Ela criou incentivos para que um sujeito completamente desajustado, filho de um lar desestruturado, truculento e estúpido, incapaz de sentir compaixão ou medo, se tornasse aos 26 anos um dos homens de negócio mais bem-sucedidos dos Estados Unidos.

O mesmo aconteceu com a proibição das drogas. Pablo Escobar era um ladrãozinho de carros em Medellín, com gosto por violência e mente cruel. Num sistema bom, que dê incentivos corretos, um sujeito como ele

provavelmente morreria pobre, sem amigos, ou acabaria aprendendo a conviver em paz com a sociedade, para não ser punido. Mas, em nosso sistema, ele ficou bilionário, teve um exército de homens bem pagos trabalhando para ele e podia comprar o que ou quem quisesse.

Conclusão: criamos um sistema que enriquece os piores criminosos. Pessoas ruins sempre houve e sempre haverá, mas não precisamos enriquecê-las. Se não tivesse tanto dinheiro, Escobar não teria muito como incomodar. Como tinha, não precisava economizar. Ele construiu dois bairros em Medellín, com casas gratuitas para o povo, só pelas relações públicas – e isso garantia que a população da cidade gostasse dele mais que do governo. E, quando suspeitou que houvesse dois delatores num voo da Avianca, mandou explodir o avião inteiro, com cem passageiros dentro. Dinheiro, em nossa sociedade, é *poder*. Quem tem dinheiro pode fazer o que quer.

Os economistas, diferentemente dos pastores e sacerdotes, entendem que, quando uma empresa paga melhor, há mais pessoas dispostas a trabalhar para ela. Se uma indústria tem dinheiro demais, pode pagar um salário duas, oito, vinte, cem vezes mais alto que o resto do mercado. Talvez você, pessoa honesta e confiável, recusasse um salário mensal de 750 mil reais numa organização que comercializa produtos agrícolas processados na Bolívia. Entretanto, certamente haverá alguém disposto a aceitar. E, quanto mais pobre o país, maior a tentação dessa quantidade imensa de dinheiro. Por causa disso, apesar de a guerra ter sido declarada nos Estados Unidos, a maior parte dos corpos cai na América Latina.

Em Tijuana, na fronteira entre o México e os Estados Unidos, é possível enxergar a força de atração da demanda, concretizada ao redor do muro de vigas de aço que separa os dois países. Do lado mexicano, um mundo de bairros populares espremidos no muro, casas amontoadas; do lado americano, bairros espaçados, cheios de verde, campos de golfe, bosques à beira do mar paradisíaco. Do lado mexicano, gente se atropelando em filas intermináveis para cruzar a fronteira, sob o olhar hostil de policiais segurando cães farejadores e a vigilância de um helicóptero; do lado americano, passagem tranquila e rápida. A força de atração da demanda age do mesmo jeito que a força da gravidade: puxando irresistivelmente.

A força da demanda puxa gente em busca de trabalho, puxa recursos naturais e puxa drogas, muitas drogas – tanto a tradicional maconha como, dos anos 1980 para cá, cocaína e heroína. Quanto mais a repressão endurece, mais violentos os traficantes se tornam, mais armas são compradas nos

Estados Unidos, mais nocivas e abundantes as drogas ficam.

“Tem um tsunami de drogas voando pelo ar e puseram um muro aqui. Claro que tem turbulência.” Quem faz a analogia é Hector (nome fictício), dono de uma oficina mecânica que conheci quando estava caminhando pelo centro de Tijuana, tentando entender como o narcotráfico afeta a vida de uma cidade. Ele tem 35 anos, é um sujeito calado, com olhar inteligente, os cabelos meio ruivos denunciando a mistura entre Europa e América. Quando falei para ele o tema de minha pesquisa, ele estranhou: “Drogas? Maconha? Por que você quer escrever sobre isso?”. Hector me explicou que sua família tem três regras bem claras: “Não mexa com drogas, não mate ninguém, não se meta em problemas”.

Ele acabou me convidando para tomar uma cerveja na casa dele, uma cobertura confortável, com terraço no alto, no bairro de Playas de Tijuana, que fica à beira do mar e à beira do muro. Lá de cima do terraço, numa tarde de sol, com a TV transmitindo um jogo de futebol, víamos o morro árido que levava aos Estados Unidos. “Ainda bem que fizeram esse muro. Assim os viciados deles ficam do lado de lá.”

Hector é um cara engraçado e simples, tem uma mesa de pebolim e joga incrivelmente bem. Mudou-se com o pai para aquele bairro nobre no final dos anos 1980, quando Reagan estava atiçando o mundo para livrar-se das drogas. A repressão aumentou e os traficantes que moravam naquela área começaram a fugir para bairros mais escondidos ou para outras cidades. O preço dos casarões despencou e o pai de Hector, da classe média, de repente tinha o suficiente para morar bem.

“Está vendo aquele morro? Quando eu era moleque, ainda não havia casas ali. Eu e os amigos da escola pegávamos nossas bicicletas *cross* e íamos saltar nas rampas lá. Um dos meninos que eram meus amigos era El Tiburón.”

El Tiburón é José Manuel García, conhecido na cidade por, ao desaprovar a qualidade do serviço de um restaurante, sacar um 38 do bolso e explodir a cabeça do garçom, a título de gorjeta. Ele figura na lista dos treze fugitivos *más buscados* do México.

“Ele era um cara entre os outros. Não era o mais esperto, nem o mais popular, nem o mais promissor”, disse Hector, com o olhar distante, enquanto matava mais uma garrafinha de cerveja Tecate. Hector contou que os “narcos”, como os mexicanos chamam os narcotraficantes, eram pais de seus amigos, vistos na cidade como “homens de negócio”. Todos sabiam que eles faziam algo suspeito, mas ninguém conhecia os detalhes. Os meninos

estudavam juntos, já que as boas famílias iam todas para as mesmas duas escolas. A primeira vez que Hector viu seios na vida foi na adolescência, na festa de aniversário do chefe do Cartel de Tijuana, para a qual a cidade toda foi convidada. Havia dançarinas de *top less* rebolando no segundo andar.

Antes de ter uma oficina mecânica, Hector foi dono de uma empresa de reciclagem de lixo. A vida não era fácil para ele naquela cidade corrupta, de serviço público ineficiente, burocrático, confuso. Era difícil ter acesso ao lixo, assim como encontrar compradores das matérias-primas dele extraídas. Um dia seu telefone tocou e ele recebeu o recado de que um sujeito podia ajudar o negócio dele a crescer.

O trato era simples: tudo o que Hector tinha de fazer era pagar 1.500 dólares por mês ao cartel. Em troca, ele estaria protegido do crime e teria muito serviço. Hector pesou a oferta, achou que ela não contradizia de maneira muito acentuada nenhuma das três regras de sua família e aceitou. No dia seguinte, estava cheio de trabalho. Em pouco tempo, algo como um quarto de todo o lixo produzido em Tijuana era deixado a sua porta. Achar compradores também ficou muito mais fácil. O tsunami de drogas de repente passou a empurrar a seu favor. De tempos em tempos, Hector se via numa posição um pouquinho mais desconfortável, como quando lhe trouxeram um caixa eletrônico para reciclar (serviço que ele recusou), mas, em geral, sua rotina não era muito diferente da de um pequeno empresário em qualquer lugar do mundo.

Não há como ter certeza sobre os números, porém as estimativas mais radicais dizem que, em determinado momento, 80% da economia de Tijuana tinha alguma ligação com o tráfico, seja pagando por proteção, seja lavando dinheiro para legitimar fortunas ilegais.

O tráfico é uma chaga em qualquer país, mas, em lugares com instituições mais fracas e economias menores, é muito mais nocivo, porque o poder dos traficantes, turbinado pelo dinheiro do mercado consumidor de países ricos, rapidamente torna-se maior que o do próprio governo. O tsunami de dinheiro que as drogas geraram acabou conectando todos os escroques da região, que com isso dominaram o submundo, controlando tudo o que ficava nas sombras, do lixo ao financiamento de campanhas eleitorais. O crime ganhou então uma “capacidade de realização” de fazer inveja às grandes empresas privadas.

Fui embora da casa de Hector ziguezagueando, deixando a mesa do terraço coberta de garrafas vazias.

Se de um lado nosso atual sistema para lidar com as drogas torna os bandidos quaquilionários, de outro é cruel com pessoas honestas e idealistas.

Ainda em Tijuana, fui visitar a redação do *Zeta*, jornal corajoso que cobre narcotráfico e é devorado por 30 mil tijuanenses todas as sextas-feiras, quando vai às bancas. Conversei lá com a editora-chefe, Rosario Mosso. Com o slogan “*Libre como el viento*”, o semanário foi criado em 1997 por um grupo de jornalistas que resolveu se rebelar contra a corrupção que manda no México e o poder sem freios do narcotráfico. Em quase todas as edições o *Zeta* publica na capa a foto de um narco, seja porque ele matou alguém, seja porque foi preso, seja porque foi morto. A cidade acompanha essas histórias com fascínio, e todo mundo conhece os personagens, seus apelidos sombrios e sabe quem matou quem, quem traiu quem, quem salvou quem, como se fosse uma novela mórbida.

Dos dois fundadores do *Zeta*, um foi assassinado e o outro, baleado várias vezes, mas conseguiu chegar aos 70 anos, quando morreu de câncer. O repórter mais famoso do jornal também foi eliminado num atentado, e desde então nenhum repórter do *Zeta* assina sua reportagem. Rosario está sob ameaça de morte. Ela não se considera corajosa, diz que está cumprindo seu papel e que, num país em guerra, é obrigação dela lutar. Morrer no exercício de seu trabalho é corriqueiro na região.⁸

Mike Gray, autor de *Drug Crazy*, um livro ótimo sobre a história da guerra contra as drogas, afirma que a expectativa de vida de um promotor público em Tijuana em 1996 era semelhante à de um operador de metralhadora nos aviões da Segunda Guerra. Ele narra: “Sergio Armando Silva, da polícia judicial, foi morto esfaqueado em fevereiro. O promotor Arturo Ochoa Palacios foi assassinado enquanto corria numa academia em abril. O promotor Sergio Moreno Perez foi sequestrado e assassinado com seu filho em maio. O antigo comandante da polícia Isaac Sanchez Perez morreu baleado em julho. O promotor Jesus Romero Magana foi metralhado em frente a sua casa em agosto”.⁹

Depois dessa carnificina, a reação veio pesada. Nos anos 2000, a polícia invadiu, torturou, queimou, chacinou, justicou, extorquiou. Todo mundo que morria nas mãos da polícia era automaticamente etiquetado como “traficante”. Hoje a cidade respira aliviada, porque a pior parte da guerra civil acabou em 2010 e os níveis de criminalidade voltaram ao normal. Mas o normal, lá, é cada vez mais alto, como diz Rosario: “Os crimes continuam acontecendo em níveis assustadores, mas a visibilidade diminuiu, para não atrapalhar os negócios dos traficantes. Antes sequestravam o presidente da

Câmara de Comércio, hoje sequestram taqueiros da periferia. Antes esquartejavam os rivais e espalhavam os pedaços deles pelos bairros nobres, hoje só dão um tiro na cabeça”.

A polícia anda pelas ruas com motos imensas, coletes salva-vidas, capacetes que cobrem o rosto todo, submetralhadoras penduradas no cinto, cachorros furiosos. Uma coisa há que se reconhecer sobre a guerra contra as drogas: ela permite que as forças de segurança comprem equipamentos bem bacanas. Parece seriado de TV americano.

No entanto, a paz só reina em Tijuana por uma questão de geopolítica narcotraficante. O Cartel de Sinaloa, que costumava enfrentar o Cartel de Tijuana, está em outra guerra, contra o Cartel de Juárez, na fronteira com o Texas, e acertou uma trégua para não ter de espalhar demais suas tropas. Enquanto isso, ao sul do México, os países continentais da América Central viraram o lugar mais violento do mundo. No que a repressão aumentou no México, o tráfico se espalhou pela Guatemala, por Honduras, pela Nicarágua e pela até outro dia tranquilíssima Costa Rica. A força irresistível da demanda não para de puxar.

Mesmo com toda a violência e repressão na América Latina, a produção total de cocaína não baixou um grama. A explicação para isso foi apelidada pelos especialistas em políticas pública de “efeito bexiga”. Não adianta tentar diminuir o volume de uma bexiga de festa apertando-a com as mãos: se você espreme de um lado, o ar infla do outro. Da mesma forma, a cada vez que a repressão tenta destruir plantações numa região, quase que imediatamente surge outra região produtora suprimindo a demanda. O economista Peter Reuter, um dos principais especialistas em políticas públicas sobre drogas do mundo, escreveu em 2010 um artigo esclarecedor sobre esse efeito.^{[10](#)}

De novo, a explicação é econômica. Numa cadeia em que folhas de coca são compradas a 50 centavos na América do Sul e um grama de cocaína é vendido numa esquina americana por cem dólares, há uma margem de 99,50 dólares em cada grama de pó, para ser investida naquilo que as empresas legítimas chamam de “inovação”. Sempre que a repressão aperta num lugar, basta gastar uma grana e mudar toda a operação. O preço do pó no destino final é tão alto, por causa da repressão, que todos os custos envolvidos são comparativamente insignificantes.

Por causa disso, todo mundo envolvido é muito bem remunerado. Segundo as contas de Reuter, um piloto de avião pode receber 500 mil dólares para

fazer um único voo, transportando 250 quilos de cocaína. Diluído na receita gigantesca que a cocaína traz, esse custo corresponde a apenas 2% do preço final. O lucro é tão grande que vale a pena para a organização abandonar o avião após a primeira viagem e comprar outro para fazer a segunda (isso custaria apenas outros 2%).

Com tanto dinheiro para gastar, o tráfico pode abordar alguém naquela massa de emigrantes sem eira nem beira que cruzam a fronteira americana todos os dias e oferecer, digamos, 5 mil dólares para ele enrolar heroína numa camisinha, engolir e tentar a sorte na fronteira. Considerando que cada pessoa aguenta engolir uns 750 gramas de droga e que algo como um a cada dez é pego pela polícia, o custo total da organização com essa operação é de 11 mil dólares para cada quilo de heroína que passa para o outro lado do muro, segundo os cálculos de Reuter. Esse mesmo quilo vale cerca de 500 mil dólares quando chega a seu destino. Portanto, mesmo com um custo de transporte estratosférico, ainda sobram 489 mil dólares de margem por quilo. Nada dá tanto dinheiro.

Dinheiro traz poder. Se o tráfico pode contratar milhares de pessoas para tentar passar droga pela fronteira, algumas vão conseguir. Caso a repressão aumente, basta ampliar o recrutamento – sempre haverá quem aceite um emprego tão bem pago. O autor de *Drug Crazy* calcula que, hoje, com todos os helicópteros, a altíssima tecnologia, o custo astronômico da vigilância, a fila de duas horas com revistas e interrogatórios, algo como 5% da droga que chega à fronteira seja apreendida. O resto passa.

O efeito bexiga faz com que o cultivo de drogas fique sempre mudando de uma região para outra, para escapar da repressão. No processo, quem nunca teve contato com a droga acaba experimentando, já que, como se sabe, disponibilidade faz o consumo crescer. Resultado: a guerra contra as drogas faz com que mais e mais gente use drogas.

Tradicionalmente, o sucesso da guerra contra as drogas é medido por dois indicadores: a quantidade de pessoas presas e a de drogas apreendidas. Nos anos 1980, Reagan acreditou que poderia erradicar as drogas porque percebeu que conseguia aumentar muito esses indicadores investindo em repressão. Só que ele cometeu um engano. Hoje se sabe com bastante certeza que nenhum desses dois números é muito importante.

Por causa do efeito bexiga, apreender droga não tem resultado algum. Os traficantes conseguem aumentar a produção ou transferir os cultivos com

muita facilidade e custo insignificante. A sociedade gasta uma fortuna com megaoperações para vigiar fronteiras ou destruir cultivos, e, para o tráfico, isso nem faz cócegas. Esse custo com as apreensões é como se fosse um pequeno imposto que o traficante paga para operar, muito mais baixo que aquele que se cobra de qualquer indústria legítima.

Da mesma forma, colocar traficantes na cadeia é basicamente inútil. Para cada soldado do tráfico que é preso, a força gravitacional da demanda puxa mais alguém para o negócio. Uma consequência cruel de prender muitos traficantes é que a demanda atrai para esse trabalho adolescentes e crianças, que em geral não podem ser presos. Em todos os países em que a repressão é dura, há menores de idade trabalhando para o tráfico, o que não deixa de ser irônico, levando em conta que essa guerra toda supostamente começou para proteger as crianças.

Outra consequência é que as cadeias lotam. Nos Estados Unidos, esse efeito é óbvio. Nos anos 1970, quando a guerra contra as drogas começou de verdade, havia pouco mais de 300 mil prisioneiros no país todo; em 1998, o número chegou a 1,8 milhão. Uma pessoa é presa nos Estados Unidos por causa de maconha a cada 45 segundos, e mais da metade de todos os detidos no país inteiro é gente que cometeu crimes ligados a drogas. Em 2009, foram para a cadeia 1,6 milhão de pessoas por causa de drogas e só 580 mil por crimes violentos. Hoje, 25% de todos os prisioneiros do mundo estão nos Estados Unidos, a terra da liberdade.¹¹

O Brasil vai pelo mesmo caminho. Em 2006, o país mudou a lei de drogas e eliminou a pena de prisão para usuários. Em compensação, aumentou muito o rigor com os traficantes, cuja pena mínima passou a ser de cinco anos de cadeia. Entre 2006 e 2011, o número de presos por tráfico cresceu 120%, de 40 mil para 87 mil. A população carcerária do país, que era de 361 mil pessoas em 2006 e encosta em 500 mil em 2011, já é a terceira maior do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos e da China¹². As prisões estão superlotadas, com 170 mil pessoas a mais que o número de camas, apesar de o Brasil ter sido, no mundo inteiro, o país que mais criou vagas em seu sistema carcerário nos últimos vinte anos. Só o estado de São Paulo construiu mais cadeias que qualquer país na década de 2000.

Se a estratégia não mudar, esses números nunca vão parar de crescer, porque, para cada traficante preso, outro é recrutado. Quantos mais forem presos, mais haverá para prender. Essas prisões saem baratas para o tráfico, mas caríssimas para a sociedade: cinco anos de cadeia, a pena mínima, significam 5.500 cafés da manhã, almoços e jantares para o contribuinte

pagar.

A sociedade acha que drogas são vampiros, e traficantes, seres malignos; portanto, há um clamor popular por vingança contra eles. A maioria das pessoas, porém, se esquece de que os recursos de um país – assim como os do orçamento doméstico – são finitos. Gastar uma fortuna com prisões significa ter de economizar com outras coisas. Recentemente, o ex-governador da Califórnia Arnold Schwarzenegger lembrou que, em 1980, seu estado gastava 3% do orçamento com prisões e hoje gasta 11%. No mesmo período, o orçamento do sistema universitário foi reduzido de 10% para 7,5%.¹³

No Brasil, a situação é mais dramática, porque os recursos são mais limitados. Enquanto nossas forças policiais se esfalfam para enxugar gelo, prendendo traficantes todos os dias, 99% dos homicídios cometidos nem sequer são investigados, segundo disse em entrevista a jurista Luciana Boiteux, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nossa política de tolerância zero com as drogas na verdade é uma política de tolerância total com o crime.

Uma “organização criminosa” do tráfico não é igual a uma empresa, que tem responsáveis legais, endereço fixo e CNPJ. Ela é mais como uma rede conectando indivíduos, cada um deles trabalhando para si próprio. Na verdade, ela é puro capitalismo, sem nenhuma interferência ou regulação do Estado, movida pelo interesse individual de um monte de gente surfando no tsunami da demanda.

Essa rede conecta pessoas em lugares diferentes do mundo. Por exemplo, o agricultor na Bolívia – ou na Colômbia, no Marrocos, no Afeganistão –, que vive na dureza, excluído de qualquer economia, plantando só para comer, sem dinheiro para comprar sabonete; aí chega um sujeito simpático, bem vestido, num avião, e oferece um negócio que, como por magia, ajeita sua vida. Há também o piloto de avião em alguma cidade média do interior, que, para transportar droga, recebe talvez cinquenta vezes mais que num trabalho comum. E, claro, o moleque favelado dos pontos de distribuição, crescido numa família desestruturada, pai ausente porque já estava no tráfico, sem esperança de nada na vida.

Todos eles são notícia na imprensa. Há um sujeito, contudo, que nem aparece na mídia. Em geral é aquele que teve a sorte de nascer no meio do caminho da droga – entre o agricultor e o moleque de rua –, alguém com acesso ao pequeno poder – contatos na prefeitura, no cartório, na polícia, na

justiça –, que enxerga as duas pontas do tsunami e é esperto o suficiente para planejar um “dinheiroduto”. É esse sujeito que se dá bem com a proibição. Ele é o intermediário, que ganha de montão sem tocar um dedo na droga, porque está protegido por um muro de empresas de fachada que ele pode comprar com a grana que faz. Como não encosta na droga, nunca é preso.

Quem vai para a cadeia são os outros, aqueles que correm mais risco, porque lidam com a droga, produzem-na na roça, carregam-na na estrada, guardam-na nos hangares. Mais que todos, vão presos aqueles que levam a droga para a rua. Esse é o trabalho mais perigoso de todos. A rua está cheia de policiais, e quase sempre eles são cínicos, violentos, endurecidos pela frustração de terem recebido a Missão Impossível. Na rua, é fácil ser preso, torturado por várias horas, metralhado, encharcado de gasolina e incinerado, e outras experiências muito pouco apreciadas. Enfim, é um trabalho estressante.

Quando falamos de “traficante”, geralmente estamos nos referindo a esse cara, o último da rede, ou talvez ao gerente dele, o atacadista. É neles que a sociedade despeja toda a frustração de um sistema maciçamente disfuncional. Eles são os únicos que conseguimos prender, então são eles que lotam as penitenciárias – “garotos novos, quase sempre negros, vindos de famílias desestruturadas e sem nenhuma perspectiva de trabalho”, segundo a descrição de Luciana Boiteux, que tem pesquisado o perfil da população carcerária no país.

Não há só meninos na cadeia. O número de meninas e mulheres cresce sem parar. São em geral mães e namoradas dos garotos, pegas porque tentaram levar droga para dentro da cadeia. Quando são detidas, deixam filhos e irmãos sem cuidado do lado de fora, desestruturando famílias e criando todas as condições para que mais crianças acabem se tornando dependentes ou traficantes. Parece estúpida essa ideia de levar droga para a prisão, mas a verdade é que muita gente faz isso. A disponibilidade de droga dentro de uma cadeia é ainda maior que fora.

É fácil entender por quê. O ambiente lá dentro é terrível: a superlotação é de três camas para cada quatro pessoas; o cheiro, infernal; a comida, asquerosa; a tensão, constante. Nessas condições, droga é uma necessidade física. Situações de estresse extremo criam um desejo por substâncias que ativem as áreas de prazer do cérebro, para reduzir um pouco o sofrimento. Isso é natural, e não apenas em humanos. O psiquiatra americano Ronald Siegel conta que, quando a Guerra do Vietnã começou e os bombardeios tornaram o lugar um inferno, os búfalos-d’água vietnamitas começaram o

comer as papoulas do lugar. Quando os bombardeios acabaram, os animais voltaram a sua dieta habitual.¹⁴ O mesmo acontece na cadeia.

Há também na prisão alguns sujeitos mais experientes, que aproveitam o tempo para recrutar novos talentos e para passar para frente um pouquinho do conhecimento que adquiriram ao longo de tantos anos de trabalho dedicado. Nesse ponto, talvez a queixa de Schwarzenegger seja injusta. Sim, é verdade que se gasta cada vez mais com prisões e cada vez menos com universidades, mas as penitenciárias estão se tornando centros de formação profissional. É lá que estamos preparando a próxima geração de mafiosos violentos que vão mandar nas ruas. Ao final da pena, todo mundo está dependente de droga, sem dinheiro nem possibilidade de trabalho honesto e cheio de contatos no mundo do crime.

É difícil prender alguém por um crime consensual. Se um sujeito vende droga para outro, nenhum dos dois vai à delegacia dar queixa. Isso gera mais um incentivo perverso: para que a polícia desrespeite direitos individuais para conseguir botar alguém na cadeia.

“Nada na história dos Estados Unidos erodiu a proteção de nossa Declaração de Direitos mais que a guerra contra as drogas”, afirmou o juiz americano James Gray, que trabalhou a vida toda tentando aplicar as leis da guerra contra as drogas, com resultados frustrantes. Em 2001, ele lançou um livro impactante,¹⁵ no qual reuniu depoimentos de centenas de juízes do país todo denunciando o erro terrível das leis antidrogas americanas, que importamos para o Brasil.

“Pode haver alguns juízes neste país que acreditam que as políticas atuais estão funcionando, mas eles são certamente uma pequena minoria”, escreveu no livro, que narra como quase todas as garantias individuais da Constituição americana foram “flexibilizadas” em nome de vencer o inimigo maior – quem liga para direitos quando há um vampiro a ser abatido? Os Estados Unidos foram fundados por um grupo de rebeldes cansados dos desmandos da monarquia e, por isso, sua Constituição foi uma das primeiras do mundo a garantir direitos como os de liberdade de religião, de expressão, de imprensa, de reunião, o de petição ao governo, de estar livre de buscas não razoáveis em sua privacidade, de julgamento justo, de proteção contra punição excessiva, de um Estado com poder limitado. Todos esses direitos foram claramente diminuídos nas últimas décadas por causa da guerra contra as drogas.

Nos Estados Unidos, esse desrespeito aos direitos é agravado pela lei de

apreensão herdada dos tempos de Reagan, que permite à polícia confiscar a propriedade, o carro ou o dinheiro de alguém que trafique drogas, leiloar e ficar com o lucro – antes mesmo que o caso vá a julgamento. Hoje a receita advinda dessas ações é prevista em orçamento por muitos departamentos de polícia. Aí surge mais um incentivo complicado: a polícia prefere caçar traficantes a homicidas, por exemplo, porque pegar traficantes dá dinheiro.

Em alguns casos, isso levou a abusos extraordinários. Por exemplo, em 1992, trinta policiais invadiram um sítio nas redondezas de Los Angeles, movidos por uma denúncia anônima de que havia 3 mil pés de canábis na propriedade. O dono, assustado com o barulho, recebeu os invasores com uma arma nas mãos e foi metralhado. Não havia nenhuma planta de canábis ali. Revelou-se depois que o incentivo para a ação tinha sido a perspectiva de apreender aquela terra valiosíssima.

Invasões de propriedade como essa são bastante comuns e muitas vezes acabam em morte. Mais recentemente, em maio de 2011, no Arizona, a polícia arrombou a porta da casa de José Guerena, um *marine* veterano do Iraque. Diante do pânico de sua esposa e de seu filho de 4 anos, ele pegou seu rifle e foi perfurado por sessenta balas. Não havia nada ilegal na casa, e depois se revelou que a polícia não tinha nenhum mandato com o nome de José. Ao que tudo indica, foi um engano.

Embora no Brasil os mesmos direitos sejam garantidos pela Constituição, nossa cultura democrática é mais frágil, e a polícia não leva tão a sério o respeito a direitos. Aqui a tolerância ao abuso do Estado é alta. Para vencer o vampiro, a sociedade brasileira diz à polícia que ela não precisa seguir a lei, e então os policiais se acostumam com isso. Daí às milícias dominarem os bairros e policiais sentirem-se no direito de executar a tiros juízes que os colocam na cadeia é um passo. A guerra contra as drogas cria um clima que faz as execuções sumárias e as torturas serem corriqueiras no país. Impossível saber quantos dos “traficantes” mortos em “trocas de tiro” com a polícia são mesmo traficantes ou realmente trocaram tiros.

Outro direito fundamental que acaba sendo desrespeitado pela guerra contra as drogas é o de estar livre de discriminação. Hoje, nos Estados Unidos, o número de negros presos é maior que o de escravos antes da abolição.¹⁶ Da mesma forma, no Brasil, os presos por crimes ligados a droga são quase todos negros, e, na Europa, quase todos árabes.

No mundo inteiro, leis antidrogas prendem praticamente apenas membros de minorias étnicas. Isso acontece porque, em geral, eles moram em bairros periféricos, em casas menores, com paredes mais finas, em ruas mais estreitas

e mais frequentadas pela polícia. Leis antidrogas são infringidas por todas as classes e por todos os grupos étnicos em proporções semelhantes, mas os ricos (e brancos) fazem negócios e consumos atrás de muros altos protegidos por cachorros bravos. Portanto, é muito mais fácil prender negros.

Outra desigualdade reforçada pela lei de drogas é de idade. Pessoas mais velhas normalmente têm carro e casa própria e podem usar ou vender drogas sem chamar atenção. Gente nova não. Por isso, quase todos os presos são jovens, no começo da vida – e não precisa dizer que boa parte de suas ambições termina ali.

Quando se cruzam esses dois dados, raça e idade, a situação fica dramática. Nos Estados Unidos, 25% dos jovens negros têm problemas com a polícia. Isso aumenta o ressentimento entre as classes e transforma o tecido social num trapo puído. Cria-se um clima de “nós contra eles”, que se revela em crimes cruéis, cheios de ressentimento.

Você viu acontecer, pela TV e pela internet. Em 2006, aquela menina inglesa, sensível e intensa, com uma voz rouca de arrepiar os pelos da nuca, gravou um disco que alguns críticos imediatamente declararam histórico. Amy Winehouse, quando lançou *Back to black*, tinha todo o potencial do mundo, parecia destinada a virar mito e produzir dezenas de discos geniais.

As coisas não saíram como o planejado. Amy apaixonou-se por um traficante, afundou-se em álcool, cocaína, heroína e tudo o mais que a tirasse do normal, e nunca mais conseguiu gravar um disco. Morreu em 2011, aos 27 anos, depois de muitos rumores sobre quando seria sua morte.

O que aconteceu com Amy é o que leva as pessoas a acreditar que drogas são vampiros. Natural que seja assim. O que mais, a não ser um vampiro, poderia em apenas cinco anos transformar uma moça saltitante e rechonchuda num esqueleto patético, fraco demais para manter o coração batendo?

Acontece que a realidade é um pouco mais complicada que a analogia draculesca faz supor. Drogas não são más ou boas; elas são substâncias químicas que mudam temporariamente a composição de nosso cérebro. Mas o cérebro continua sendo o nosso. Por uma série de diferentes motivos moldados pela evolução, muitas pessoas gostam de alterar o funcionamento da mente. Aliás, não só pessoas: o psiquiatra Ronald Siegel estudou dezenas de mamíferos e aves que voluntariamente consomem alguma planta com o objetivo claro de se intoxicar.¹⁷ Siegel escreveu que esse impulso por estados alterados se manifesta em grande porcentagem dos indivíduos. Por exemplo, é

isso que uma criança está buscando quando gira rapidamente até ficar tonta e cair no chão. É idiotice? Pode ser, mas quantas crianças não adoram fazer isso?

Segundo o escritor americano Michael Pollan, “todas as culturas sancionam pelo menos uma planta que causa alterações mentais e, invariavelmente, proíbem com rigor as outras”.¹⁸ Ou seja, é natural para a humanidade ter o impulso de usar drogas, assim como é natural que haja tabus relacionados a elas, já que são tão perigosas e imprevisíveis.

Humanos têm apetite por mudar o funcionamento da mente, que é maior em umas pessoas que em outras. Esse gosto por alterar o estado mental está em todos os povos do mundo, em todas as épocas da história. A exceção sempre citada é a dos esquimós, que não encontraram nada na neve que desse barato.

Acontece que esse impulso está absolutamente descontrolado em algumas pessoas. Elas estão sempre famintas por mais, como se quisessem preencher com drogas algum buraco na alma. O médico húngaro-canadense Gabor Maté escreveu um livro interessante sobre isso,¹⁹ no qual discute a origem desse buraco. Para ele, comportamentos obsessivos – com drogas inclusive – são fruto de uma infância difícil, na qual a criança, por algum motivo, não recebeu o suficiente para se desenvolver bem. Maté conhece perfeitamente a sensação, porque sua própria infância foi assim. Ele cresceu no gueto judaico de Budapeste, sob ocupação nazista, enquanto seu pai estava num campo de trabalhos forçados e sua mãe fazia o que podia para vencer a depressão, agravada pelo assassinato de seus pais em Auschwitz. Maté se desenvolveu com a sensibilidade à flor da pele, sentindo uma incompletude eterna, que, quando dói demais, ele preenche com compras compulsivas.

“Pessoas com dependências severas foram na maior parte crianças que sofreram abuso”, disse ele numa entrevista recente.²⁰ “Portanto, a guerra contra as drogas é uma guerra contra pessoas que foram abusadas desde que nasceram. Estamos punindo pessoas por terem sido abusadas. Criamos um sistema que repudia, marginaliza, empobrece e adocece os dependentes.”

Amy era uma pessoa assim: faminta de amor, eternamente incompleta. Nossa sociedade foi incapaz de salvá-la, mesmo com sua morte anunciada com anos de antecedência. Droga não é um vampiro. Não é um demônio que ataca pessoas passivas e lhes destrói a vida. O impulso destrutivo que matou Amy não estava na droga: estava dentro dela. Amy fez escolhas e pagou o preço por isso. Nossa sociedade, quando atribui todo o mal a substâncias químicas, de certa maneira retira dos indivíduos a responsabilidade por suas escolhas. E retira de si própria a responsabilidade por cuidar daqueles mais

vulneráveis.

Outra terrível consequência inesperada de nossa política de drogas é que as pessoas estão experimentando substâncias sem a menor proteção e acabam se dando muito mal. Nosso atual sistema até favorece o desenvolvimento de dependências, porque a adrenalina da ilegalidade gera um pico de prazer químico no cérebro, e esse pico dá vontade de repetir a dose. Sem falar que a tensão estimula o uso de drogas mais potentes, que são consumidas mais rápido, sem chamar tanta atenção.

Enfim, recapitulando: nosso atual sistema incentiva violência, acentua desigualdades regionais, sociais e raciais, enriquece bandidos, extermina idealistas, coloca crianças no tráfico, tira dinheiro de universidades para construir prisões, custa imensamente caro, gera frustração e ressentimento, esgarça o tecido social, corrói direitos, treina criminosos, aumenta o uso de drogas e as torna mais potentes e perigosas.

Por que então não mudamos? Por um motivo simples: os políticos. Políticos, veja você, são dependentes de drogas.

Quer dizer, não diretamente. Políticos são indiretamente dependentes de drogas.

Eles dependem é de votos. Sem votos, não ganham eleições e, portanto, não conquistam cargos, e sua carreira acaba. Ou seja, o trabalho fundamental de um político é conseguir votos. Votos são ganhos na TV, em anúncios de poucos segundos. Nesse tempo curto, é preciso passar uma mensagem clara e poderosa, capaz de ressoar na cabeça do eleitor no dia da eleição. E não há mensagem mais poderosa que “Eu sou contra as drogas”. Logo, políticos são dependentes da guerra contra as drogas. Não é por acaso que quase todos os integrantes da Comissão Global, que querem mudar a política de drogas, são políticos aposentados, que não precisam mais brigar por votos.

Essa dependência criou uma dinâmica na qual há dois tipos de políticos: aqueles que acham que droga é um vampiro e que se deve exterminá-la com mais violência, e aqueles que pensam diferente, mas não falam nada, porque têm medo de perder votos. Em consequência, os ultrarradicais dominam o debate. As mudanças são sempre para tornar a repressão mais dura, as penas mais longas, a polícia mais bem armada e os orçamentos da repressão mais altos. E isso alimenta um ciclo vicioso, porque gera mais violência e morte e, portanto, assusta mais a sociedade, que passa a querer maior endurecimento, que, por sua vez, vai causar mais violência e morte, aumentar mais ainda os

gastos e assustar mais ainda as pessoas.

No mundo inteiro, qualquer voz que se levante para pedir um pouco de moderação é imediatamente desqualificada, como se fosse aliada dos vampiros. É como afirma o relatório do centro de pesquisas inglês Transform Drug Policy:²¹ “Há uma crença de que analisar a proibição significa questionar a proibição e que questionar a proibição é um ato em si imoral, que coloca o questionador em aliança com as conhecidas infâmias do tráfico de drogas. Ironicamente, essa posição perpetua o *status quo* e, portanto, favorece os traficantes de drogas”.

Por causa disso, no mundo inteiro, quando alguém dentro de um governo ousa sugerir, ainda que de maneira moderada, alguma mísera mudança de abordagem, é imediatamente mandado embora. Nos Estados Unidos, em 1993, a cirurgiã geral da república Minnie Joycelyn Elders foi despedida pelo presidente Clinton por dizer que o país deveria pesquisar os efeitos de uma eventual legalização das drogas sobre os níveis de violência. No Reino Unido, em 2009, David Nutt, presidente do Conselho Nacional sobre Abuso de Drogas, perdeu o cargo por afirmar que a maconha faz menos mal à saúde que o álcool. E, no Brasil, em 2011, Pedro Abramovay, secretário Nacional de Política Antidrogas, foi demitido do governo Dilma por lamentar que nossa lei não fizesse distinção entre os grandes traficantes e os subalternos no crime, que estão lotando as cadeias.

Nenhum dos três foi mandado embora por algo que fez, mas por ter manifestado uma opinião, por ter proposto um debate. E, em todos os três casos, a opinião era tecnicamente embasada e bastante razoável. Elders apenas pediu mais pesquisa, ela nem sequer se disse favorável à legalização. Nutt, que é psiquiatra e neurofarmacólogo, falou algo de que quase nenhum especialista do mundo discorda: o álcool claramente é muito mais perigoso que a maconha, tanto porque causa mais dependência, é mais tóxico às células e provoca doenças crônicas como a cirrose quanto porque gera violência doméstica, crimes de todo o tipo e acidentes de trânsito.

Abramovay, especialista em política de drogas respeitado no mundo todo, foi dispensado por causa de uma entrevista que deu nos primeiros dias do governo da presidente Dilma ao jornal *O Globo*. Tudo o que ele disse foi o seguinte: “A gente teve uma lei nova em 2006, que separou o usuário do traficante. O usuário não tem prisão e, do jeito que está hoje, praticamente não tem pena. E para o traficante há uma pena altíssima. Só que a realidade é muito mais complexa. Você não tem só essas duas divisões”.²² O repórter então perguntou se um projeto novo, que reduzisse as penas dos pequenos

traficantes, seria enviado ao Congresso, e Abramovay respondeu: “É uma ideia, sim, discutir com o Congresso”. Só isso.

Foi uma declaração bastante contida. O jornal publicou a frase dele corretamente, mas a manchete na capa foi: “Governo propõe fim de prisão para pequenos traficantes”, o que não era bem verdade e apavorou o Palácio do Planalto. A presidente Dilma não quis nem discutir o tema: Abramovay perdeu o cargo.

Interessante é que o mesmo *O Globo* defendeu em editorial de 2011 exatamente a mesma posição de Abramovay, de maneira muito mais assertiva: “Outras medidas, como a adoção de penas alternativas para pequenos e eventuais traficantes, ainda não escolados no submundo da criminalidade, também podem se juntar a uma política mais eficaz de combate às drogas”.²³

Da mesma forma, a *Folha de S.Paulo* tem uma posição bem razoável sobre drogas, como mostrou em editorial em 2011:²⁴ “Chegou o momento de avançar na matéria, dando novos passos para a legalização”. No entanto, quando o deputado Paulo Teixeira apoiou a adoção de cooperativas de cultivo de canábis para combater o tráfico, a *Folha* publicou na capa a informação incorreta de que ele “defende o uso de maconha”.²⁵

Enfim, os jornais brasileiros, assim como boa parte da mídia mundial, reconhecem racionalmente o fracasso de nossa política de drogas, mas, quando o vampiro mostra os dentes, eles também gritam de pavor. “É como se fosse mais forte que eles”, me disse Abramovay. “Eles têm as ideias certas, mas, na hora de destacar uma frase na capa, eles sabem o que as pessoas querem. E o que as pessoas querem é essa imagem assustadora.”

Os jornais, muitas vezes, são movidos por boas intenções. Para eles, é tudo uma questão de “mensagem”. Temos de enviar a “mensagem certa”: drogas são perigosas. E temos, a todo custo, de impedir os outros de transmitir a “mensagem errada”, que pode deixar as crianças com vontade de experimentar drogas, alimentando o problema.

Nos Estados Unidos, essa ideologia das “mensagens” foi a responsável por uma série de problemas. Por exemplo: por muitos anos, o acesso a agulhas descartáveis no país era difícil, o que gerou uma explosão de contaminações de aids e hepatite C. Distribuir seringas seria mandar a “mensagem errada”. Em nome da mensagem certa, muita gente morreu, mesmo sem usar drogas injetáveis, porque fez sexo com usuários de drogas que se contaminaram.

Outra tragédia causada pela insistência em não passar a “mensagem errada” é a relutância de jovens em chamar a polícia ou a ambulância quando uma pessoa do grupo começa a passar mal. Em 1997, em Plano, cidade texana de 200 mil habitantes, vinte adolescentes morreram de overdose ao longo de um ano, naquilo que ficou conhecido como “o massacre da heroína do Texas”, por causa da venda accidental de um carregamento de droga pura demais. Na época, o escritor americano Mike Gray telefonou para Plano e sugeriu às autoridades que anunciassem publicamente que qualquer um que internasse um amigo com overdose no hospital seria poupado de perguntas e não seria detido. As autoridades texanas recusaram a ideia e responderam que isso seria “mandar a mensagem errada”. “Aparentemente, eles preferem mandar a mensagem de que é melhor deixar seus amigos morrerem que levá-los ao hospital para salvar suas vidas”, escreveu Gray.

Aqui no Brasil, Dilma, ao demitir Abramovay, deixou implícito ao resto do governo que a discussão está encerrada, apesar da obviedade do fracasso de nossa atual política. Em consequência, ninguém mais no governo tem coragem de fazer qualquer tipo de comentário sobre esse tema urgente.

Na oposição, a situação não é muito diferente. Fernando Henrique Cardoso, que é a principal liderança histórica do PSDB, iniciou o debate. Como reação, vários líderes de seu partido e dos partidos aliados saíram dizendo que FHC, que costuma estar certo sobre tudo, estava imensamente errado sobre essa questão. O tema não ganhou tração no Congresso e políticos que aceitam o risco de debater são tão raros quanto moscas azuis. O debate está pegando fogo no Brasil, mas os políticos em Brasília continuam fingindo que nada está acontecendo.

Os políticos, na verdade, quase sempre atrapalham os progressos que são feitos. Eles se metem no trabalho dos médicos, tentando impor formas de tratamento obrigatórias, embora não entendam nada disso. Eles se metem no trabalho dos juízes, determinando penas mínimas que impedem que decisões racionais sejam tomadas caso a caso – por exemplo, evitando colocar na prisão por cinco anos a mãe que apenas queria cuidar do filho, ainda que de maneira equivocada. Mergulhados em sua dependência, eles não deixam ninguém trabalhar.

Só há um jeito de os políticos curarem esse vício trágico: eles precisam saber que, se continuarem apostando nesse sistema que causa morte e crime, serão abandonados pelos eleitores. Precisam saber que nós percebemos que eles estão se aliando ao narcotráfico ao defender a atual ordem das coisas. E precisam saber também que serão recompensados caso deixem a dependência

para trás e comecem a usar a cabeça para ajudar a nos tirar desse buraco em que eles nos enfiaram. Enfim, políticos e dependentes também respondem a incentivos.

Enquanto isso, não dá para esperar que o Congresso tome a iniciativa de resolver o problema. Coitados, eles são dependentes, é impossível confiar neles. A mudança, portanto, precisa acontecer de baixo para cima, por pressão social e por conquistas na justiça. E ela começa pela maconha. Entenda por que no próximo capítulo.

[3.](#) Dados da ONU.

[4.](#) Relatório disponível em inglês, espanhol e russo em: <http://www.globalcommissionondrugs.org/Report>. Acesso em: set. 2011.

[5.](#) Catecismo da Igreja Católica.

[6.](#) Esse trecho faz parte de um sermão do evangelista cristão americano Billy Sunday (1862-1935), um jogador de *baseball* aposentado que se converteu e foi muito influente na campanha pela Proibição.

[7.](#) GRAY, James. *Why Our Drug Laws Have Failed and What We Can Do About It*. Filadélfia: Temple University Press, 2001.

[8.](#) Segundo dados de 2011 do Instituto Internacional de Imprensa, o México é o país onde mais se mata jornalistas no mundo, mais até do que em zonas de guerra.

[9.](#) *Drug Crazy* pode ser lido de graça, em inglês, em: <http://www.booktrope.com/book/41/1719>. Acesso em: set. 2011.

[10.](#) REUTER, Peter. “Can Production and Trafficking of Illicit Drugs Be Reduced or Only Shifted”. In: KEEFER, Philip; LOAYZA, Norman (Ed.). *Innocent Bystanders: Developing Countries and the War on Drugs*. Washington: The World Bank/Palgrave Macmillan, 2010. p. 95-134. Disponível em: http://www.publicpolicy.umd.edu/files.php/faculty/reuter/keefe_r_volume_proofs.pdf. Acesso em: set. 2011.

[11.](#) Dados do Centro Internacional de Estudos Prisionais, do King’s College de Londres.

[12.](#) Dados do Departamento Penitenciário Nacional, publicados em “Lei antidrogas aumenta lotação carcerária”, *Folha de S.Paulo*, 25 jul. 2011.

[13.](#) O discurso do governador-exterminador, conhecido como *The State of the State*, está em <http://www.youtube.com/watch?v=6JVnpU59dHo>. Acesso em: jan. 2012.

[14.](#) SIEGEL, Ronald K. *Intoxication: Life in Pursuit of Artificial Paradise*. Nova York: Dutton, 1989.

[15.](#) GRAY, James. *Why Our Drug Laws Have Failed and What We Can Do About It*. Filadélfia: Temple University Press, 2001. A introdução do livro, em inglês, está disponível em: http://www.temple.edu/tempress/chapters_1400/1589_ch1.pdf. Acesso em: set. 2011.

[16.](#) ALEXANDER, Michelle. *The New Jim Crow: Incarceration in the age of colorblindness*. The New Press, 2010.

[17.](#) SIEGEL, Ronald K. *Intoxication: Life in Pursuit of Artificial Paradise*. Nova York: Dutton, 1989.

[18.](#) POLLAN, Michael. *The Botany of Desire*. Nova York: Random House, 2002. O livro tem um ótimo capítulo sobre a botânica da intoxicação, com foco na canábis.

[19.](#) MATÉ, Gabor. *In the Realm of Hungry Ghosts*. Berkeley: North Atlantic Books, 2011.

20. A entrevista, para o programa de TV *Democracy Now*, está disponível em inglês em: <<http://www.democracynow.org/2010/2/3/addiction>>. Acesso em: set. 2011.
21. *After the War on Drugs: Blueprint for Regulation*, disponível em: <<http://www.tdpf.org.uk/blueprint%20download.htm>>. Acesso em: set. 2011.
22. “Governo propõe fim de prisão para pequenos traficantes”, *O Globo*, 11 jan. 2011.
23. “A descriminalização das drogas”, *O Globo*, 8 mar. 2011.
24. “Legalizar as drogas”, *Folha de S.Paulo*, 19 jun. 2011.
25. “Petista defende uso da maconha e ataca Big Mac”, *Folha de S.Paulo*, 17 abr. 2011.

Maconha e a solução

GRANDE PARTE DOS MALES causados por nossa atual política de drogas é consequência do enriquecimento dos traficantes. Portanto, qualquer estratégia para diminuir esses danos terríveis precisa encontrar formas de “desrentabilizar” as drogas ilegais, ou seja, de arrancar dinheiro do bolso dos traficantes. Há um jeito simples de fazer isso: tirar deles a droga ilícita mais usada do mundo, a maconha.

O tal vampiro das drogas na verdade é mais um frankenstein: uma mistura de vários membros diferentes costurados um no outro para formar um monstro assustador. Quem criou o monstro foi, em grande medida, o administrador de empresas Harry Anslinger, que trabalhava em Washington nos anos 1920, no escritório encarregado de aplicar a proibição do álcool. Com o fim da proibição, em 1933, a burocracia governamental responsável por combater as bebidas correu o risco de perder seus empregos. Anslinger, que não era bobo, escapou transferindo-se para outra agência governamental, o FBN – escritório federal de narcóticos. Ele tornou-se o comissário do FBN, mas a mídia preferia chamá-lo de “czar antidrogas dos Estados Unidos”.

O FBN tinha muito menos pessoal e orçamento que a agência que lidava com álcool, o que é natural, já que álcool era um problema imensamente maior que “narcóticos”. Na época, só quem sofria com drogas nos Estados Unidos eram donas de casa que haviam ficado dependentes de remédios à base de opiáceos e veteranos que voltaram da Primeira Guerra Mundial dependentes de morfina. O problema era sério, claro, mas pequeno. O número de usuários dessas drogas era pequeno, o que não ajudava Anslinger a justificar os altos orçamentos com os quais tinha se acostumado nos tempos da proibição do álcool.

Para deixar seu frankenstein realmente assustador, Anslinger resolveu costurar no corpo do monstro outra substância, bem mais popular: a maconha. O frankenstein era um monstro grande e malvado; o tamanho provinha da maconha, e a malvadeza, da morfina. Não importava que a maconha nem sequer fosse um narcótico (droga que entorpece) ou que não houvesse nenhuma evidência de que ela causasse dependência física.

Anslinger começou sua campanha da maneira certa: com a ajuda da imprensa. Ele levou o frankenstein para as redações dos jornais e passou a descolar reportagens sobre o novo mal que estava invadindo os Estados Unidos, a maconha: uma droga mortal, bem pior que a heroína, que transformava homens em monstros, fazia meninas se matarem à primeira tragada ou, Deus nos livre, se entregarem aos caprichos de homens de cor.

Os jornais acharam que publicar aquelas reportagens era algo bom a fazer, porque assim as crianças ficariam com medo e não chegariam perto do monstro – durante todo o século XX, a mídia teve essa atitude. Rapidamente os donos de jornal perceberam que o tema vendia como cerveja gelada em bloco de carnaval. Como já foi dito, é da natureza humana usar substâncias que afetam a mente, assim como ter tabus relacionados a elas. Tabus mexem com as pessoas – somos morbidamente fascinados por esses temas. À medida que as reportagens geravam furor, os jornais subiam o tom, o que gerava mais furor. O pânico foi se instalando.

Ler essas reportagens dos anos 1930 é bastante divertido hoje em dia. Os textos se utilizam dos mesmos truques literários dramáticos empregados por autores de livros de terror da época. Um deles começa assim: “O corpo espalhado de uma jovem menina repousava esmagado na calçada, na manhã seguinte de seu mergulho do quinto andar de um prédio de apartamentos em Chicago. Todos disseram que foi suicídio, mas na verdade foi assassinato. O criminoso é um narcótico usado na forma de cigarros, relativamente novo nos Estados Unidos e tão perigoso quanto uma cascavel em posição de ataque”.²⁶

O nome do assassino era “marijuana”, palavra até então pouco usual entre os mexicanos, mas que soava exótica, bem adequada a uma cascavel. Note que o texto tenta passar a impressão de que o usuário de canábis é apenas um ser passivo, vítima de uma substância maligna, sem nenhuma responsabilidade por seus atos.

Com essas reportagens nas mãos, Anslinger pegou seu pires e foi ao Congresso Nacional pedir orçamento. Sua estratégia: convencer os distintos políticos de que a maconha era uma ameaça completamente nova e muito mais séria que o ópio e a heroína, cujos males eram conhecidos. Portanto, ele precisaria de muito mais recursos. Se você ler as atas das audiências realizadas na época para discutir a possibilidade de proibir a maconha,²⁷ vai perceber que quase todas as provas apresentadas eram recortes de jornal com reportagens de ficção, como a transcrita anteriormente. Entre as “evidências” exibidas, havia a foto de uma cabeça macerada a pancadas, de uma suposta vítima de um viciado em maconha.

Apenas um médico foi chamado a participar das audiências, o presidente da Associação Nacional de Medicina, William Woodward, que se opôs veementemente à proibição e acusou aquela comissão de ser uma farsa, baseada em boatos sem comprovação. Ele foi voto vencido, e a maconha passou a ser proibida em 1937, quatro anos depois do fim da proibição do álcool. O frankenstein ganhou vida e a burocracia governamental criada para

proibir o álcool salvou seus empregos.

Anslinger tinha talento para se eternizar no poder e foi czar antidrogas dos Estados Unidos por incríveis 32 anos, até John Kennedy se cansar dele, em 1962. Além de moldar a política de drogas americana, ele foi o principal representante americano em convenções internacionais sobre o tema. Por décadas ele defendeu uma proibição global rígida e violenta. Depois da Segunda Guerra Mundial, o poder americano foi às alturas por seu papel heroico na vitória sobre Hitler. Nesse clima, Anslinger finalmente conseguiu o que queria. Em 1961, a Convenção Única sobre Drogas Narcóticas foi assinada e o mundo inteiro se comprometeu a combater o tráfico, nos termos de Anslinger.

Nos Estados Unidos, maconha era vista perto da fronteira com o México desde a Revolução Mexicana de 1910, quando houve a primeira grande onda de migração para o norte. Sua reputação não era das melhores, e o fato de aqueles morenos, quando fumavam, ficarem em rodinhas dando risada de quem passasse não ajudava muito. Já se dizia que ela levava à loucura. Seu efeito na mente fazia com que os médicos especulassem que ela matasse neurônios, como o álcool. Havia boatos de que dava força sobre-humana e que criava vantagens injustas no mercado de trabalho, rumores comuns sempre que uma droga é associada a imigrantes. Ainda nos anos 1910, os estados americanos da fronteira começaram a proibir a canábis, com base nesses boatos – a Califórnia foi a primeira, em 1913. Na década seguinte, a maconha subiu o Mississippi com negros, filhos e netos de escravos, e foi parar em Saint Louis, onde viu – e inspirou – o nascimento do jazz.

Era uma droga de pobre, o que é fácil de entender. A canábis cresce onde se jogar semente, qualquer um pode plantar, e uma única planta pode fornecer maconha suficiente para uma pessoa por um ano inteiro. Canábis é mais fácil de produzir que chá – e, antes da proibição, era igualmente barata. No México, fazia séculos que ela era usada por curandeiras nas comunidades rurais, como parte importante da tradicional medicina à base de ervas, indicada para várias doenças, entre elas glaucoma e bronquite.

Maconha serve de remédio desde sempre. O primeiro tratado de ervas medicinais que se conhece, o *Pen Tsao*, concebido há 4.700 anos na China, já inclui referência destacada à canábis, e há registros de usos médicos em praticamente todas as civilizações antigas do Velho Mundo. Extrato de canábis era remédio na Índia desde a Antiguidade e, quando os ingleses chegaram lá, logo descobriram suas virtudes medicinais. Por isso, o Império

Britânico exportava extrato de canábis, que era vendido em farmácias do mundo todo, e provavelmente foi o anestésico mais usado contra dor de cabeça até o século XIX, quando a aspirina foi inventada.

A planta era também importantíssima na economia mundial, já que a fibra de seu caule, o cânhamo, era a principal matéria-prima de tecidos e papéis. Tecidos de cânhamo foram empregados nas telas dos pintores da Renascença, nas velas dos barcos das Grandes Navegações e no papel da Declaração de Direitos que fundou os Estados Unidos da América.

Além disso, há registros do uso ritual da canábis em várias partes do mundo. Um dos relatos mais célebres é o do historiador grego Heródoto, que, no século V antes de Cristo, descreveu o hábito dos citas, antigo povo do Oriente Médio e da Ásia Central, de, quando um rei morria, se fechar numa tenda de tecido, aquecer rochas até elas ficarem incandescentes e jogar maconha nas brasas, para produzir uma sauna psicoativa. No seu livro *História*, Heródoto compara o efeito da maconha nos homens enlutados aos do vinho entre os gregos: “Quanto mais sementes atiram ao fogo, mais se embriagam, até o momento em que se levantam e se põem todos a cantar de prazer”. O relato de Heródoto ganhou credibilidade em 1929, quando uma escavação arqueológica na Ásia Central encontrou restos de maconha torrada junto à estrutura de uma tenda, numa tumba cita antiga.

Por séculos, a canábis foi levada pelo homem a todos os lugares aonde ele ia. Já no início da Idade Moderna, ela crescia praticamente no mundo todo. Era, talvez até mais que o trigo, uma planta em relação simbiótica com a humanidade, cultivada por muitos povos e utilizada para os mais diversos fins. Era também uma planta em coevolução com a humanidade, cujos genes refletiam as necessidades humanas, porque eram selecionados pelo homem.

Ela nem sempre era igual. Nos países tropicais e nas montanhas altas, a planta fêmea da canábis, quando florescia, ficava coberta de uma resina melequenta, enquanto, em países frios, as flores eram bem mais sequinhas. Especula-se que a diferença se deva ao fato de que essa resina funciona como uma espécie de protetor solar para a flor. Os trópicos e as grandes altitudes são os lugares onde há maior incidência de raios ultravioletas; portanto, foi neles que a evolução dotou a planta de óleo. Por uma dessas coincidências da vida, é esse óleo que causa o efeito psicoativo da maconha.

Maconha, portanto, era uma droga dos trópicos e das montanhas, dos indianos que chegavam à Inglaterra dos confins do Império Britânico, dos árabes que cruzavam o Mediterrâneo para o sul da Europa, dos escravos importados da África para as colônias americanas, dos mexicanos em busca

de trabalho no norte. Uma vez que é tão fácil e barato cultivá-la, sua vocação é ser a droga dos imigrantes, dos agricultores, dos pescadores e dos artistas.

A América branca não conhecia maconha (embora produzisse muito cânhamo) e acreditou nas histórias de Anslinger, que não tinham nenhuma comprovação científica. E, como, diferentemente do álcool, tratava-se de uma droga ligada a grupos sem poder político, a proibição foi muito mais fácil de emplacar.

Por décadas, entre a proibição da maconha nos Estados Unidos, em 1937, e a convenção internacional de 1961 que tornava essa política global, a maconha foi uma droga ao mesmo tempo malvista e desconhecida pelas classes médias. Era uma substância que todo mundo achava perigosíssima, mas quase ninguém conhecia, a não ser em comunidades marginalizadas ou em países da Ásia, África e América Latina.

A história da relação entre o Ocidente e a maconha deu uma reviravolta repentina no verão de 1967, quando um bando de garotos mal-ajambrados tomou as ruas de San Francisco, na Califórnia, e declarou que tudo aquilo em que seus pais acreditavam estava furado. Fazia doze anos que os Estados Unidos estavam atolados na Guerra do Vietnã, e cada ano mais gente morria naqueles pântanos distantes. Na Ásia, soldados americanos fumaram maconha e vários deles gostaram muito. A novidade trazida pelos veteranos se espalhou rápido entre a juventude e logo o tsunami da demanda começou a puxar plantas do México, onde elas cresciam havia séculos por causa do uso tradicional. O Verão do Amor, como ficou conhecido na história, foi a explosão da insatisfação da juventude turbinada pelo *flower power* – o “poder da flor” da canábis. De repente, maconha estava em todo lugar.

Agora, imagine-se na pele de um fazendeiro tranquilo de Oklahoma, ou de um distinto gerente de banco do Iowa, que penteia as crianças engravatadas antes de levá-las à missa de domingo. Você junta dinheiro a vida toda para mandar seu filho à universidade. Aí, nas férias, ele volta para casa com aqueles cabelos compridos, vestindo aqueles trapos, ouvindo aquela música barulhenta, desafiando sua visão de mundo, fumando aquela porcaria. Não é difícil entender que um pai ficasse preocupado – e irritado. Os Estados Unidos foram tomados pelo pavor, pela sensação de que as quatro bestas do Apocalipse estavam soltas, de que os valores sobre os quais o país tinha se fundado estavam desabando. O frankenstein estava solto e a turba queria linchá-lo. No ano seguinte ao do Verão do Amor, o político californiano Richard Nixon venceu as eleições presidenciais prometendo acabar com a

bagunça.

Depois que assumiu a presidência, em 1969, Nixon encomendou um estudo sobre a maconha para embasar a repressão. Como não confiava totalmente nos cientistas, pediu a um político conservador que comandasse a pesquisa. Raymond Shafer, ex-governador republicano da Pensilvânia que chegou a sonhar em ser presidente, foi escolhido para chefiar a comissão, pesquisou a canábis, descobriu que seus males estavam sendo exagerados e sugeriu que o governo regulasse o mercado, para que ele não caísse nas mãos de criminosos.²⁸ Nixon reagiu como um típico político: entrou em pânico. Jogou o relatório de Shafer no lixo e declarou a guerra contra as drogas, em 1971, uma década antes de Reagan, em franca contradição às políticas propostas por especialistas que ele mesmo havia reunido. É essa a guerra que hoje começa a dar claros sinais de esgotamento, depois de quatro décadas de fracasso.

Sentei no Golden Gate Park, em San Francisco, e abri a latinha prateada, comprada por dezoito dólares numa farmácia. Dentro dela havia oito bolinhas felpudas, de um verde-vivo que parecia fosforescente. Eram pequenas flores, cada uma pouco maior que uma pérola, pouco menor que uma bola de gude. Não eram flores vistosas, de pétalas brilhantes e coloridas, pareciam mais aquelas florzinhas de capim, de mato, que a maioria das pessoas nem nota e só os muito atentos acham bonitas.

Quando se olha para uma delas contra a luz, dá para enxergar um brilho branco sobre o verde, quase como o brilho do sal sobre a pele depois de tomar um banho de mar e se secar. Mas, passando o dedo, percebe-se que aquilo não é seco, longe disso. É a tal melequinha, a resina que causa o efeito da maconha.

Essas bolinhas resinadas são, com todo respeito, o órgão sexual feminino da planta. Há plantas de canábis macho e fêmeas. As canábis macho florescem antes e suas flores produzem pólen, um pó fino que flutua no ar. As fêmeas florescem em seguida. Quando o pólen se encaixa dentro da flor melequenta, nascem as sementes. Os agricultores descobriram que, se não há planta macho por perto, a fêmea começa a alongar mais e mais sua flor, escandalosamente, expondo-se mais e mais ao cortejo do pólen masculino. No processo, ela produz mais e mais resina, em vez de fazer sementes. Segundo Michael Pollan, o efeito psicoativo da maconha surge da “perpétua frustração sexual” da fêmea da planta.

Talvez essa resina, além de servir de protetor solar, seja uma isca para atrair

animais, um incentivo para que eles ajudem na dura e essencial tarefa de espalhar sementes. A história seria mais ou menos esta: após milênios de evolução sem rumo, um dia, muito tempo atrás, a canábis produziu uma molécula que, por mera coincidência, se encaixava como uma luva num pedacinho dos neurônios dos mais diversos animais, das cobras às aves, dos peixes aos mamíferos. E, quando essa molécula se encaixa no neurônio do animal, a mente dele começa a funcionar um pouco diferente. Animais gostam dessa sutil mudança; portanto, tendem a querer ingerir mais daquela resina e receber mais daquela molécula e, assim, espalhar mais sementes. Desse modo, a sobrevivência da planta está garantida.

Foi esse o processo de desenvolvimento da maconha: a evolução. E, mais especificamente, a co-evolução com os humanos. Eram os homens que semeavam a canábis – eles é que levavam as sementes para onde quer que fossem e zelavam atentamente para que não faltasse nada que a planta precisasse. Num livro recente,²⁹ os neurocientistas brasileiros Sidarta Ribeiro e Renato Malcher-Lopes dizem que a canábis “sabe muito sobre a complexidade humana”. Sabe porque os mecanismos da evolução gravaram nos genes da canábis as preferências dos humanos. “Não há outra planta medicinal ou droga recreativa que se compare à maconha, tanto em termos de seu alcance étnico-cultural quanto em termos da abrangência de sua ação biológica”, escreveram Sidarta e Renato.

Por milênios, quase todos os remédios usados na medicina humana eram extraídos de seres vivos criados pela seleção natural, como a canábis. Isso mudou radicalmente no século XIX, quando a lógica do mundo se alterou.

Nessa época, a mentalidade científica se impôs, com sua maneira metódica de estudar cada pedacinho da Terra com o objetivo de compreender o mundo todo. Foi também quando surgiram as grandes indústrias, que passaram a transformar recursos naturais em produtos padronizados comercializados.

Essas duas coisas aconteceram em parceria. Cientistas saíam pelo mundo encontrando remédios tradicionais, geralmente plantas usadas havia séculos por tribos que viviam em contato próximo com a natureza. Eles levavam essas plantas para o laboratório e tentavam isolar seu princípio ativo, sua essência, a molécula responsável por seu efeito. Aí, a indústria química, em parceria com a petrolífera, esculpia em laboratório uma molécula idêntica, feita de pedaços de moléculas de petróleo. Essa molécula era patenteada, produzida em massa e vendida em farmácias do mundo todo. A imensa escala fazia com que essa indústria fosse muito lucrativa.

O laboratório alemão Bayer foi o que teve o maior impacto na civilização

naquele período, com os remédios que patenteou. Um deles foi a versão sintética de uma molécula extraída da casca de uma árvore, o ácido acetilsalicílico, patenteado em 1897 e lançado no mercado com o nome comercial de Aspirina®. Outro foi a versão semissintética do látex extraído da flor da papoula, antes de ela amadurecer, patenteado em 1898 e lançado no mercado com o nome comercial de Heroína®, que seguia a mesma estratégia de *branding* e a mesma lógica de desenvolvimento. A cocaína também foi criada pela indústria farmacêutica a partir da folha que os índios dos Andes mascavam para suportar a altitude.

A aspirina tornou-se rapidamente o analgésico mais usado da Terra, suplantando o extrato de cânabis, remédio de uma geração anterior, feito de pedaços de planta dissolvidos em álcool, e não de moléculas de petróleo. Extratos de planta são menos consistentes e previsíveis que moléculas individuais, motivo pelo qual ficaram obsoletos. Nesse sentido, cocaína e heroína estavam num campo oposto ao da maconha, representantes de eras diferentes da história da medicina.

Na antiga medicina chinesa, a cânabis era considerada um tônico superior. Os chineses dividiram as ervas medicinais em três classes: inferior, média e superior. As inferiores curam doenças específicas, as médias alimentam a vitalidade e fortalecem as funções do corpo, e as superiores afetam todo o organismo, ajudando a estabelecer o equilíbrio e a melhorar as defesas do corpo.

Pela ciência ocidental do século XIX, esse conceito de “efeito global” não passava de superstição. Naquela época, os ocidentais acreditavam que o todo nada mais era que a soma das partes. Não havia “efeito global”, e sim doenças específicas em órgãos específicos, que podiam ser tratadas com moléculas de ação específica. Por essa teoria, a soma de vários órgãos saudáveis resultaria num indivíduo saudável. Cocaína, heroína e aspirina são fruto dessa ideia: extrair de uma planta sua essência pura. Se a planta inteira era útil, obviamente o princípio ativo, hiperconcentrado, seria ainda mais.

Já a cânabis era muitíssimo malvista pela indústria. Primeiro porque ela atrapalhava o progresso; os tecidos de cânhamo roubavam mercado dos novos equivalentes sintéticos, também feitos de petróleo. Segundo porque seu princípio ativo estava num óleo, numa resina pegajosa insolúvel em água; os cientistas, por mais que olhassem pelo microscópio, não conseguiam encontrar no meio daquela gosma a molécula-essência, o princípio ativo da maconha.

Maconha é essencialmente diferente das outras principais drogas proibidas no século XX. A primeira diferença é óbvia: cocaína e heroína foram desenvolvidas pela indústria; maconha, pela evolução.

Cocaína e heroína são basicamente uma molécula só, replicada aos montes, puro efeito farmacológico concentrado. Enfim, são medicamentos de uma lógica simples. Décadas depois de seu desenvolvimento, descobriu-se que essa superconcentração é nociva, porque o corpo, estimulado por uma dose grande e repentina, é jogado ao céu rapidamente – e depois cai no chão com a mesma velocidade. Esse modo abrupto de agir é a fórmula para causar dependência. Assim que o efeito passa, o corpo sente falta dele. Fenômeno similar é observado em outras invenções da ciência reducionista do século XIX: o açúcar branco e a farinha refinada, que também geram picos de energia seguidos de uma compulsão por comer mais, e por isso engordam e causam diabetes.

Já a maconha é imensamente complexa – uma mistura confusa de moléculas. Por muitas décadas ninguém sabia o que havia nela que causava o efeito mental. Só em 1963 o químico israelense Raphael Mechoulam conseguiu isolar o tetra-hidrocanabinol, mais conhecido como THC, que ele supôs ser o princípio ativo da maconha. Hoje se sabe que o THC é apenas uma entre dezenas de substâncias semelhantes, os canabinoides. Há pelo menos 66 deles conhecidos, e Mechoulam acredita que sejam mais de cem.

Portanto, maconha não é uma *droga*, como a cocaína e a heroína; ela é um sistema de drogas – um sistema complexo. Cada um dos diferentes canabinoides tem um efeito diferente, e muitos contrabalançam ou suavizam o efeito de outros. Por exemplo, o canabidiol (CBD) é absolutamente careta. Seu efeito é reduzir a ansiedade, causar um bem-estar generalizado e ajudar a focar a mente. Ele não dá barato nenhum; na verdade, reduz o barato do THC. O CBD tem imenso potencial medicinal.

Esse sistema de drogas era complexo demais para a ciência rudimentar dos anos 1970 e 1980 – nos tempos de Nixon e Reagan, ninguém entendia como ele funcionava. Só em 1988 descobriu-se finalmente como a maconha age no cérebro: há em nossos neurônios um “receptor” para os canabinoides, batizado de CB-1. Para explicar o que é receptor, os cientistas gostam de usar a imagem de uma fechadura: quando a molécula do formato certo (a chave) se encaixa nele, ele abre portas na célula que liberam substâncias químicas e fazem algo mudar no funcionamento dela. Receptor de canabinoide, portanto, é uma fechadura que se abre quando alguém fuma maconha.

Quando soube da descoberta, Mechoulam imaginou que nosso cérebro não

inventaria um receptor só para podermos fumar uma resina produzida por uma flor. Aquilo devia ter outra utilidade, e ele se pôs a pesquisar. Em 1992, participou do grupo que descobriu que existe naturalmente no cérebro de todos nós uma substância parecidíssima com os canabinoides da maconha, que se encaixa no CB-1. Trata-se de um “endocanabinoide”, ou seja, uma substância similar à da canábis que ocorre dentro de nosso corpo – nossa maconha interior (da mesma forma que endorfina é nossa morfina interior). Mechoulam batizou-o de anandamida, usando como raiz a palavra sânscrita *ananda*, que quer dizer “êxtase”.

Nos últimos anos, ficou claro que a anandamida e o CB-1 eram só o começo da história. Descobriu-se recentemente outro endocanabinoide, o 2-AG, e também outro receptor de canabinoides, o CB-2, que é comum em células do sistema imunológico, a proteção natural do corpo contra invasores. Tudo indica que haja ainda mais endocanabinoides e mais receptores e que eles formem um sistema imensamente complexo do corpo humano sobre o qual os médicos não sabiam nada: o sistema endocanabinoide.

Imagine a emoção de um pesquisador médico ao descobrir um sistema novo neste nosso velho corpo.

Quando Richard Nixon declarou guerra contra as drogas, em 1971, as substâncias foram divididas em diferentes categorias, de acordo com o risco oferecido e com seus eventuais benefícios. As categorias 3, 4 e 5 são constituídas de drogas perigosas, mas cuja comercialização é permitida sob rígido controle porque têm valor medicinal; nelas está grande parte dos medicamentos produzidos pelos laboratórios farmacêuticos. A categoria 2 é composta de drogas muito perigosas, que, no entanto, não podem ser completamente banidas porque também têm valor medicinal; cocaína e morfina estão nessa categoria.

Já a categoria 1 inclui as drogas mais perigosas de todas, com alto potencial de abuso e nenhum medicinal. A elas o único destino reservado seria a erradicação, o banimento, a estaca enfiada no coração. Maconha pertence a essa categoria. Mesmo a pesquisa científica passou a ser seriamente limitada e só poderia acontecer com autorização especial da agência de aplicação da lei antidrogas americana, o DEA. E o DEA autorizava apenas pesquisas que visassem a encontrar riscos causados pela maconha, nunca aquelas que buscassem eventuais benefícios.

Em 1975, o instituto de saúde do governo dos Estados Unidos, com

aprovação do DEA, forneceu dinheiro a pesquisadores da Faculdade de Medicina de Virgínia, perto de Washington, para que encontrassem evidências de que a maconha prejudica o sistema imunológico. Eles não as acharam, por mais que tentassem. Mas sabe como são os cientistas, né? Ô, gente curiosa. Como já tinham a canábis no laboratório, por que não tentar descobrir mais coisas sobre aquela substância quase secreta, que ninguém podia estudar? Eles então a testaram em tumores de ratos – de pulmão, mama e leucemia. Surpresa: segundo suas observações, os tumores diminuíram. E uma coisa interessante: a droga atacou o tecido tumoral, mas não afetou o tecido saudável.

O DEA não gostou dessa informação, porque considerou que passava a “mensagem errada”, e encerrou a pesquisa. No ano seguinte, o governo interrompeu o financiamento público para estudos com canábis. Eram tempos de endurecimento da guerra contra as drogas, e pesquisar a planta ficou quase impossível no mundo todo. Embora qualquer universidade tenha quilos e quilos de maconha dentro do *campus*, escondidos nos bolsos dos alunos, levá-la para o laboratório e fazer testes metódicos e rigorosos é proibido.

No entanto, apesar da proibição da pesquisa, o potencial médico da maconha começou lentamente a se revelar. Um personagem fundamental dessa história foi um motorista de táxi de Washington chamado Robert Randall, que, no início da década de 1970, tinha glaucoma e estava ficando cego. Seu olho direito já não enxergava nada, e o esquerdo ia pelo mesmo caminho. O médico tinha lhe dado cinco anos de luz, no máximo. Randall estava tomando um coquetel de remédios, cujos efeitos colaterais incluíam visão borrada, fadiga, perda do paladar, dor nas costas, fotofobia e calcificação dos rins. Ele teve de parar de dirigir o táxi. Um dia um amigo lhe ofereceu um baseado, ele fumou e imediatamente a visão melhorou, a ponto de a do olho direito voltar. Glaucoma é causado pelo excesso de pressão no fluido dentro do olho. Maconha relaxa a musculatura ocular e alivia a pressão.

Randall começou a plantar canábis em casa. Um dia, os federais entraram lá aos chutes e o botaram na cadeia. Ele fez alguns telefonemas para ativistas e para o governo, na tentativa de convencê-los de que seu uso era medicinal. No processo, descobriu que o governo já sabia do efeito da maconha contra o glaucoma, mas não divulgava para não passar a “mensagem errada”.

O fato de o governo ter escondido informação de possíveis beneficiários foi decisivo para Randall ganhar uma ação na justiça, em 1978. O juiz decidiu que ele realmente tinha necessidade de usar a planta, argumentando que “o

mal que ele procurava evitar, a cegueira, é maior que aquele que ele causou”. Assim, o governo teve de aceitar que Randall se medicasse, mas, como maconha é muito perigosa, não permitiu que ele continuasse a plantá-la; afinal, o risco de algo vazar para o mercado ilegal era grande demais. O próprio governo então resolveu fornecer a maconha, que era cultivada em uma fazenda fortificada no Mississippi, vigiada por soldados armados. Todos os meses, até morrer, em 2001, Randall ia buscar numa farmácia uma lata com 300 baseados pré-enrolados, dez para cada dia. Ele reclamava que a maconha era velha, mofada e cheia de sementes.

Outro dos pacientes que ganharam na justiça o direito de receber maconha do governo americano foi Irvin Rosenfeld, em 1983, um garoto que tinha uma doença rara chamada exostose múltipla cartilaginosa congênita, que é tão ruim quanto o nome sugere. Trata-se de uma síndrome imensamente dolorosa na qual grandes tumores ósseos se formam em todas as articulações, às vezes rasgando músculos e rompendo veias. Quem sofre disso tem dor o tempo todo e não consegue nem ficar sentado na mesma posição por mais de dez minutos. Rosenfeld nunca tinha fumado maconha, porque não gostava de fazer nada ilegal – na adolescência, ele dava palestras em escolas para alertar estudantes sobre os perigos das drogas. Certo dia, acabou aceitando um baseado, já que suas recusas constantes, combinadas com sua doença terrível, estavam atrapalhando sua popularidade. Em minutos seus músculos relaxaram e ele pôde descansar sentado por meia hora pela primeira vez na vida.

Ao longo dos anos, algumas dezenas de pessoas como Randall e Rosenfeld ganharam o mesmo direito na justiça. O programa do governo chegou a ter trinta pacientes tratando-se com maconha. Muitos sofriam de esclerose múltipla, doença progressiva e incurável que afeta jovens adultos e mata. Causada pela perda da capacidade dos neurônios de se comunicarem uns com os outros, ela causa uma lista gigantesca de sintomas, que vão de dolorosos espasmos musculares à perda da capacidade cognitiva e do controle dos intestinos e da bexiga. Maconha contribui muito para o alívio de boa parte desses sintomas: reduz os espasmos, diminui a dor, ajuda a controlar a bexiga, melhora o sono e provavelmente prolonga a vida, porque altera o curso da doença.

Muitos pacientes de câncer também ganharam o direito legal de fumar maconha fornecida pelo governo. A canábis reduz os enjoos terríveis e debilitantes causados pela quimioterapia. Essa pode ser a diferença entre viver e morrer, porque alguns pacientes só conseguem seguir com a químio depois de se livrar desses efeitos indesejáveis. Além do mais, a planta diminui a dor e melhora o sono.

Apesar de tudo isso, as autoridades americanas mantiveram a maconha na categoria 1 e continuaram afirmando sua falta de valor medicinal. A ideia de usar uma flor inteira como remédio, em vez de uma única molécula replicada à exaustão, com efeito conhecido e específico, não fazia sentido para a ciência da época. Tampouco fazia sentido que uma só droga ajudasse a tratar tantos sintomas tão diferentes uns dos outros. Mas, fizesse sentido ou não, mais e mais gente estava conseguindo provar na justiça que se beneficiava dos efeitos da canábis, e com isso ganhavam acesso às latas governamentais do Mississippi.

O governo considerava essa multidão de doentes ganhando na justiça o direito ao uso médico da maconha um bando de mentirosos inventando desculpas para defender o vampiro. Para colocar fim a esse recurso, financiou um laboratório farmacêutico para desenvolver uma cápsula de THC sintetizado: um remédio como os outros, feito do jeito que a indústria gosta, a partir de moléculas sintetizadas com átomos de petróleo.

Lançado em 1985, o Marinol foi um fracasso, porque os pacientes acharam que ele os deixava prostrados, sedados, extremamente ansiosos e paranoicos, e vários dos efeitos medicinais da maconha não foram replicados pelo medicamento. Além disso, os pacientes preferem fumar, porque assim conseguem regular o efeito – pela via oral, a substância demora mais para agir, pois o sistema digestivo é mais enrolado que o respiratório, e o efeito vem de uma vez, sem controle. O fracasso do Marinol foi um indício da impossibilidade de reproduzir um efeito complexo a partir de um sistema simples. Uma única molécula reproduzida simplesmente não funciona da mesma forma que uma planta inteira.

Em meados dos anos 1990, um grupo de pesquisadores espanhóis, liderados pelo biólogo molecular Manuel Guzmán, esbarrou naquele estudo com ratinhos da Faculdade de Medicina de Virgínia, a de 1975, que sugeriu que a maconha pudesse ser útil para combater tumores. Os espanhóis ficaram intrigados com o fato de que um achado tão importante não mais tivesse sido investigado por duas décadas. Pela lei, não era permitido pesquisar com canábis, mas eles podiam usar canabinoides sintetizados pela indústria farmacêutica. O resultado confirmou o achado dos americanos: pelo menos em ratos, canabinoides reduzem tumores, sem afetar células saudáveis.

Guzmán está na linha de frente da pesquisa que busca desvendar o ainda misterioso sistema endocanabinoide, uma nova área da ciência que está explodindo. Em 1996, só houve 35 pesquisas no mundo sobre o tema. Em

2010, foram 600. É uma das áreas mais quentes das neurociências.

O que se descobriu ao longo dessa década e meia de estudos foi que há receptores de canabinoides em todo o corpo humano em quantidades imensas, assim como no corpo de todos os vertebrados e até mesmo da estrela-do-mar. Nosso cérebro está lotado deles; nossos sistemas digestivo e imunológico também. Pelo jeito, bilhões e bilhões de nossas células têm um encaixe perfeito para moléculas parecidas com a da resina da flor da canábis fêmea. Células insuspeitas de nosso corpo todo, quem diria, são maconheiras.

“Maconha não é um remédio potente para nenhum sintoma específico”, diz Guzmán, um sujeito de 48 anos, mas que parece ter 30, usa tênis e camiseta e tem os cabelos cuidadosamente despenteados. “Se eu tiver uma dor de cabeça ruim de verdade, vou tomar paracetamol, que age de maneira potente num alvo específico. Já o papel da maconha é mais sutil e diverso.”

Os canabinoides afetam várias partes do corpo ao mesmo tempo, de modo sutil, complexo e difícil de decifrar. Guzmán compara seus efeitos ao ajuste fino de um rádio: eles não causam alterações bruscas nas células, não são protagonistas de nenhum processo vital; o que eles fazem é “modular”, mudar sutilmente o efeito de outras moléculas.

De repente, aquela velha história chinesa de um tônico superior que atua no equilíbrio de todo o organismo, que no século XX soava como superstição, passou a ter base científica. Temos mesmo um sistema no organismo humano que, em vez de atuar em um ponto específico do corpo, provoca uma “ação global”. *Holística*, para usar uma palavra da moda.

Os cientistas hoje sabem que o cérebro da mãe é inundado de anandamina, o principal endocanabinoide, quando ela dá à luz. Especula-se que a substância tenha o efeito de apagar da memória o trauma da dor quase insuportável do parto e de colocar a mãe num estado tranquilo e amoroso. O sistema também costuma ser ativado quando alguém se machuca gravemente, talvez por sua capacidade de reduzir a dor e pelo efeito protetor que os canabinoides parecem ter em muitas células, salvando-as da morte.

Ou seja, a anandamina pode ser considerada especialista em recomeços, em apagar lembranças traumáticas e preparar o corpo para uma vida diferente, e seu efeito no metabolismo da memória e do prazer é fundamental para isso. Ela também modula as emoções, o que parece ser importante para favorecer a criação de laços afetivos, que são essenciais para construir alianças em momentos de crise. O antigo ritual cita descrito por Heródoto, portanto, faz

todo sentido à luz da ciência do século XXI. As saunas de canábis após a morte de um rei podiam servir para apagar a dor da perda, celebrar o futuro e fortalecer laços sociais, que são fundamentais para um povo enlutado ter forças de seguir em frente.

Em nosso dia a dia, quantidades ínfimas de endocanabinoides fazem seu trabalho de maneira sutil no espaço minúsculo entre uma célula e outra. Algo bem diferente acontece quando alguém fuma a flor da canábis. Aí o efeito é generalizado: o THC e os outros canabinoides da planta são absorvidos no pulmão e circulam com a corrente sanguínea pelo corpo inteiro, ativando os receptores de canabinoides de todas as células ao mesmo tempo. É por isso que os efeitos da maconha são tão diversos: ela atua no apetite, na memória, no humor, na circulação sanguínea, na temperatura do corpo, na pressão intraocular, no raciocínio, no sistema digestivo, nas emoções. Tudo no corpo – e não só o cérebro – sofre uma “modulação”, um ligeiro ajuste temporário.

Esse ajuste é imensamente complexo. Além do fato de que são várias partes do corpo mudando ao mesmo tempo de modo sutil, não se trata de apenas uma molécula interagindo com o sistema endocanabinoide. Há talvez uma centena de diferentes canabinoides na maconha, e cada planta tem determinada proporção de cada um deles. Alguns canabinoides são altamente psicoativos; outros, nem um pouquinho. Alguns reduzem a ansiedade; outros a aumentam. Cada flor de canábis afeta as pessoas de uma forma, e cada pessoa tem certa disposição e quantidade de receptores de endocanabinoides – portanto, cada maconha age de maneira diferente em cada usuário. Há quem fume e fique ansioso; outros fumam e relaxam. Alguns fumos são anestésicos; outros aumentam a sensação de dor.

Com tanta complexidade, é difícil descrever os efeitos da maconha. Alguns apreciadores dizem que a palavra que melhor descreve o que um usuário sente é “desabituação”: a capacidade de olhar e sentir as coisas de um jeito diferente, que é consequência dessa sutil modulação exercida pelo sistema endocanabinoide. A desabituação se manifesta de muitas maneiras: vem em forma de gargalhadas com a ironia de algo que nunca tinha parecido engraçado, ou é a emoção diante da beleza de algo que até então parecia banal, ou um *insight*, uma iluminação súbita. A desabituação nem sempre é agradável. Muitas vezes ela causa incômodo, que pode facilmente virar paranoia e daí culminar em pânico. Nem todo mundo gosta do que vê quando muda de ângulo. Há também aqueles que se sentem inadequados e ridículos.

Mas pessoas criativas costumam gostar da sensação, porque ela gera novas ideias (ideias vêm de novas formas de ver as coisas). Profissionais criativos

são grandes consumidores da flor da canábis (o que não quer dizer que não seja possível ser criativo sem ela, claro). Talvez você não goste de maconha, mas certamente gosta de alguma música, algum filme ou algum livro que foi concebido sob a desabituação proporcionada pela maconha. De outro lado, gente que faz trabalho sistemático, que exige padronização e atenção a procedimentos estabelecidos, em geral não se dá muito bem com a erva.

Michael Pollan, naquele texto sobre a botânica da maconha que citei, sugere que essa desabituação é vizinha de outro sentimento, o maravilhamento, que é o ato de olhar para o mundo como se fosse uma criança descobrindo algo novo. O sistema endocanabinoide entra em ação no cérebro de crianças quando elas estão brincando; já nosso cérebro de adulto fica o tempo todo olhando para o mundo, comparando-o com o passado e planejando o futuro. Quando a maconha atrapalha a memória e conecta a pessoa no presente, nos sentidos, ela torna adultos um pouquinho mais parecidos com crianças.

Esse maravilhamento também pode ser chamado de “transcendência”, o poder de enxergar que o mundo é mais que aquilo que podemos conceber. As religiões monoteístas normalmente não gostam de plantas que dão uma sensação de transcendência, porque suas crenças se fundaram na noção de que o homem e a natureza são entidades separadas, com o homem num degrau superior, criado à imagem de Deus. Deus não pode estar na natureza. A transcendência não pode morar numa planta. Segundo Pollan, “cristãos têm um nome para quem acredita que o conhecimento espiritual está nas plantas: pagão”.

O progresso da medicina no século XX foi tremendo, em grande medida graças à parceria com a indústria farmacêutica. Ninguém nega isso. Esse progresso, porém, deixou imensas lacunas de conhecimento, as quais estão justamente em nossa falta de compreensão dos sistemas complexos. Se, no século XIX, a ciência acreditava que bastava dividir os grandes sistemas em pedacinhos e estudar cada um deles para entender o todo, na segunda metade do século XX ficou claro que os sistemas complexos – como a economia, o comportamento humano, o corpo humano, os ecossistemas, o cérebro, o clima – não obedecem a essa lógica. Sistemas complexos são maiores que a soma de suas partes.

A medicina contemporânea é ótima para resolver problemas simples, que são determinados por uma reação linear de causa e consequência – dor de cabeça, aspirina. No entanto, não entendemos quase nada de doenças

complexas e difusas, causadas por mil fatores diferentes e que se manifestam com mil sintomas diferentes. Quase todos os grandes mistérios da medicina de hoje são males complexos: câncer, doenças degenerativas do cérebro, moléstias autoimunes, distúrbios psiquiátricos. Pois então: se você olhar de perto para essas doenças, vai notar que em todas elas o sistema endocanabinoide parece estar envolvido de alguma forma, com seu papel modulador.

Por exemplo, neurônios se comunicam uns com os outros enviando substâncias químicas, conhecidas como neurotransmissores. Um dos neurotransmissores mais importantes do cérebro é o glutamato, que é excitatório, ou seja, aumenta a atividade do neurônio vizinho. Acontece que agitação demais acaba matando as células cerebrais – é o que os cientistas chamam de excitotoxicidade. Ao que tudo indica, o papel do sistema endocanabinoide nesse processo é ordenar a faxina do glutamato, interrompendo seu efeito e evitando que ele sufoque a célula de tanta agitação. Ou seja, endocanabinoides têm efeito neuroprotetor, ao contrário do que diziam os velhos boatos do século XX, que davam conta de que maconha matava neurônios. Várias das mais terríveis doenças neurodegenerativas do cérebro podem ser causadas por excitotoxicidade. Não é impossível que os males de Alzheimer, Parkinson e Huntington sejam todas doenças do sistema endocanabinoide. Pesquisas nesse sentido podem também abrir caminhos nos tratamentos de recuperação de derrames cerebrais e de lesões da coluna.

Há indícios de que os endocanabinoides tenham efeito parecido no processo de inflamação – eles avisam as células do sistema imunológico para cessarem o processo. A chave para as misteriosas doenças autoimunes, nas quais o corpo ataca a si próprio até a morte, pode estar aí. Da mesma forma, a reprodução celular parece ser modulada por canabinoides, o que tem imensa importância na compreensão do câncer e no desenvolvimento de tratamentos para regenerar lesões cerebrais (em ratos, canabinoides estimulam o nascimento de novos neurônios).

O recém-descoberto sistema também está ligado ao armazenamento de células de gordura, ao depósito dessas células em artérias, à manutenção da densidade óssea, ao apetite, e isso tem implicações no entendimento dos distúrbios de apetite e peso, arteriosclerose, osteoporose. Enfim, praticamente tudo aquilo que é misterioso no corpo humano pelo jeito tem algo a ver com o sistema endocanabinoide.

E nada é mais misterioso que a consciência, esse processo imensamente complexo operado pela massa molenga que fica dentro de seu crânio: o

cérebro.

Em 1987, utilizando a mesma lógica reducionista da aspirina, foi lançado o antidepressivo Prozac, que aumenta a concentração de um dos neurotransmissores mais importantes do cérebro, a dopamina. De lá para cá, remédios psicoativos, que servem para reequilibrar neurotransmissores, tornaram-se os produtos mais lucrativos da indústria farmacêutica. Remédios para melhorar o humor, reduzir a ansiedade, combater o déficit de atenção, as psicoses, o autismo são bastante caros e estão no topo da lista dos medicamentos mais rentáveis. Psiquiatras são paparicados por laboratórios farmacêuticos, que patrocinam pesquisas e pagam fortunas por consultorias. As convenções de psiquiatria são tão bem financiadas que se parecem com a festa do Oscar.

Com tudo isso, entre 1987 e 2007, o número de americanos com doenças mentais aumentou 150%: a proporção era de um doente a cada 184 pessoas e passou a ser de um a cada 76. Há uma epidemia de distúrbios psiquiátricos, que atinge até mesmo as crianças, diagnosticadas em massa com déficit de atenção. À medida que nosso conhecimento aumenta, os males que afetam a mente parecem ficar mais misteriosos e assustadores.

Nos últimos anos, surgiram suspeitas de que os remédios, em vez de curarem as doenças, na verdade ajudam a causar a epidemia. É essa a tese do livro do jornalista Robert Whitaker,³⁰ que sugere que esses medicamentos, ao fornecerem neurotransmissores para o cérebro, tornam os neurônios incapazes de fabricar as substâncias por si próprios. Com isso, eles podem estar transformando doenças agudas, que talvez passassem sozinhas, em males crônicos.

Uma série de pesquisas tem mostrado que os novos remédios psiquiátricos têm performance apenas um pouquinho superior ao placebo, que é um falso remédio sem efeito farmacológico algum. Mas é gigantesca a quantidade de efeitos colaterais, que, por sua vez, precisam ser tratados com outros medicamentos. Alguns desses efeitos colaterais são assustadores. Por exemplo, a psiquiatra americana Nancy Andreasen, pesquisadora da Universidade do Iowa, detectou num estudo que remédios antipsicóticos provocam o encolhimento do córtex cerebral, a principal área responsável pelo raciocínio.

Tudo indica que esse é mais um caso típico de tentar lidar com problemas complexos (os distúrbios cerebrais) com uma abordagem simples

(medicamentos baseados em apenas um princípio ativo). Como costuma acontecer, esse erro gerou uma infinidade de consequências inesperadas, que levaram a uma grande crise de confiança nesses remédios.

Mais uma vez, o sistema endocanabinoide pode conter a solução. Até hoje, a indústria tentou tratar distúrbios psiquiátricos mexendo nos principais atores do cérebro, neurotransmissores de ação bem óbvia, como a serotonina e a dopamina. Pelo jeito, isso pode ser como tentar consertar um relógio usando uma furadeira de broca bem grande. Talvez o sistema endocanabinoide, com seu ajuste fino, guarde os segredos para combater depressão, autismo, déficit de atenção, psicoses, esquizofrenia, ansiedade, dependência.

Muitos pacientes relatam que têm alívio desses males fumando maconha. Paradoxalmente, o mesmo governo americano que aprova remédios psiquiátricos psicoativos com dezenas de efeitos colaterais e que causam dependência veta terminantemente o uso da maconha, que parece ter efeito muito mais sutil. Maconha é menos perigosa que Prozac, Ritalina, Zyprexa, Celexa e outros que tais, porque ela não altera permanentemente a química do cérebro. Talvez ela não seja tão eficiente, talvez seja. Nunca saberemos enquanto a pesquisa for proibida.

“O sistema endocanabinoide é uma espécie de encruzilhada metabólica. Estudá-lo resolve vários mistérios, liga uma coisa a outra, conecta processos que achávamos que não tinham nenhuma relação entre si”, afirma o neurocientista Sidarta Ribeiro, chefe de laboratório do Instituto Internacional de Neurociência de Natal e um dos principais neurobiólogos do Brasil.

Com o aumento do conhecimento sobre ele, fica fácil entender o amplo efeito da maconha no corpo. O espanhol Guzmán diz que “é extraordinária a quantidade de coisas diferentes que ela faz num único paciente”. Essa atuação múltipla, para certos pacientes, é uma dádiva. Para alguns doentes de câncer, por exemplo, ela ao mesmo tempo reduz dor, diminui a neuropatia, que é um dano doloroso no sistema nervoso, favorece a reserva de nutrientes, melhora o apetite, inibe vômito, aumenta o bem-estar, combate a depressão, ajuda a suportar os outros medicamentos e, se Guzmán estiver certo em sua hipótese, ainda contribui para diminuir os tumores. Normalmente, cada um desses sintomas seria tratado com um remédio específico e cada um desses remédios causaria diferentes efeitos colaterais e dano cumulativo no fígado.

No século XIX, a ciência acreditou que, ao quebrar as coisas em seus componentes mais básicos, conseguiria decifrar o mundo inteiro, e a medicina

do século XX se baseou nessa premissa. Mas, com todo o avanço da medicina e as tecnologias incríveis que surgiram, alguns “remédios” antiquíssimos continuam insuperáveis pela indústria farmacêutica. Por exemplo: o milenar vinho tinto salva mais vidas que qualquer medicamento moderno para o coração vendido na farmácia, por causa da complexa combinação de vários componentes químicos atuando em conjunto no organismo.

Está provado que consumir plantas inteiras, com muitas fibras, antioxidantes e grande variedade de componentes desenvolvidos ao longo de milênios pela coevolução entre homens e plantas, tem efeito protetor contra câncer, doenças cardíacas, diabetes e outros males. Tudo isso é imensamente complexo – e a ciência do século XX não entendia complexidade.

No entanto, a maré virou. O tempo de achar a essência das plantas – uma única molécula que concentra todos seus poderes – passou. O século XXI será o das composições complexas e cheias de moléculas diferentes agindo em conjunto. Nesse novo mundo, a canábis parece especialmente promissora. É de esperar que, com o avanço do conhecimento sobre os canabinoides, surja uma nova geração de remédios, baseados em anandamida, em THC, em CBD ou em outros canabinoides. Muito provavelmente os medicamentos do futuro não serão mais feitos de uma molécula só: serão combinações de moléculas arquitetadas de maneira complexa. Talvez alguns deles sejam plantas “melhoradas” geneticamente para agir de modo planejado em um paciente específico.

É lógico que o fato de o sistema endocanabinoide estar envolvido na maior parte das doenças misteriosas do mundo não significa que maconha seja hoje a cura mágica para todas elas. Mas também não faz sentido proibir que se pesquise seu potencial.

“Se queremos entender coisas complexas como a consciência da mesma forma que entendemos, por exemplo, o fígado, precisamos ter pleno acesso a essas substâncias para estudá-las”, diz Sidarta Ribeiro.

Hoje as pesquisas com canábis são praticamente impossíveis, e isso significa que uma multidão de pacientes que poderiam se beneficiar do uso de canabinoides da planta não sabe disso, porque a proibição atravanca a ciência.

Claro, elas podem simplesmente comprar maconha no mercado ilegal, como milhões de pessoas fazem. O tráfico, entretanto, não é o melhor provedor de produtos medicinais de qualidade. Traficantes são indivíduos

bem diferentes de jardineiros ou farmacêuticos. Para começar, assim como os traficantes de álcool dos anos 1920, eles respondem a incentivos para produzir drogas mais potentes, o que, no caso da maconha, significa aumentar o teor de THC. Maconha com mais THC dá mais barato, mas também parece elevar o risco de efeitos colaterais graves, como ataques de ansiedade, surtos psicóticos e de esquizofrenia. Ao que tudo indica, o CBD é ótimo para evitar esse risco, porém a maconha ilegal tende a ser pobre em CBD, assim como o álcool ilegal da década de 1920 era muito pobre em antioxidantes e outras substâncias com valor medicinal.

Além disso, maconha ilegal costuma ser seca e prensada, para reduzir o odor e diminuir o espaço de armazenamento. Isso degrada a planta e faz com que antioxidantes e outros compostos com efeitos medicinais se percam. Sem falar que traficantes não ficam superpreocupados com a saúde dos usuários, então usam agrotóxicos e outras substâncias químicas sem dó. Isso amplia os males que a maconha causa.

Sim, porque, se é indiscutível que a maconha faz bem à saúde de muita gente, também não dá para negar que ela cause males a outros. Está aí uma das características de sistemas complexos: eles não são apenas bons ou maus, e sim as duas coisas ao mesmo tempo, diferentemente dos personagens das histórias de terror do século XIX. Os benefícios da maconha são desconhecidos por causa do vampirismo que tomou a ciência de refém no século XX. Mas os males são razoavelmente conhecidos, já que os governos, obcecados com a proibição, gastaram fortunas para financiar pesquisas focadas unicamente nos riscos.

Alguns dos males que a canábis causa são bastante indesejáveis. Dependência é um problema sério que afeta cerca de 10% dos usuários e que é pernicioso sobretudo em crianças e adolescentes. Menores de idade devem ficar longe da maconha. Pessoas com predisposição a psicose e esquizofrenia podem ter surtos que não teriam sem maconha, e esse problema parece estar se tornando mais comum à medida que a maconha no mercado ilegal torna-se mais potente. Dependendo da pesquisa, há também alguns efeitos cognitivos indesejáveis, em especial maior lentidão do raciocínio. Além disso, fumar faz mal à saúde sempre, porque causa bronquite e outros males respiratórios. Nesse ponto, o usuário de maconha tem a opção de usar um vaporizador, que é um aparelho que aquece o fumo o suficiente para volatilizar os canabinoides, mas não solta fumaça. Um bom vaporizador é o Iolite, apelidado no Brasil de iBeque, porque é discreto e tecnológico como um iPhone.³¹

Maconha afeta o corpo de modo muito sutil – modulando, ajustando – e, portanto, não mata. Ela não atinge o tronco encefálico, a região na base do cérebro que controla o coração e a respiração, e, por isso, é simplesmente incapaz de causar óbito, ao contrário do álcool e do tabaco. Não há dose letal conhecida para a maconha: por mais que a pessoa consuma, é impossível morrer disso. Nesse ponto, ela apresenta grande vantagem em relação a quase tudo o que existe na farmácia (aspirina, por exemplo, mata todos os anos 8 mil pessoas só na América do Norte).

Por décadas, o governo americano investiu pesado em pesquisas cujo objetivo era encontrar ligação entre fumar maconha e desenvolver câncer no sistema respiratório. Até hoje, porém, nada foi provado. Os cientistas não entendem por quê. Um cigarro de maconha tem, componente por componente, praticamente a mesma composição que um cigarro de tabaco – a única diferença notável é que em um há canabinoides, principalmente THC, e no outro, nicotina. Dezenas dos componentes do baseado são comprovadamente cancerígenos; assim, a conclusão lógica é que maconheiros deveriam ter mais câncer de pulmão que não fumantes. Mas isso não acontece. Até mesmo uma pesquisa feita na Jamaica, em rastafáris que acendem um baseado no outro e fumam várias dezenas todos os dias, revelou que essas pessoas não têm significativamente mais câncer que alguém que não fuma nem tabaco nem maconha.

Mais uma vez, talvez a resposta para esse mistério esteja no fato de que se trata de um sistema complexo, inacessível para a lógica reducionista do século XIX. Os componentes da maconha não agem separados um do outro – agem em conjunto, todos ao mesmo tempo, um interferindo na ação do outro. Talvez os canabinoides da maconha modulem o corpo de maneira que os danos causados pelos outros componentes do baseado sejam reduzidos. Enfim, talvez os canabinoides protejam contra o câncer.

O modo complexo como a maconha age no corpo traz vantagens mas também problemas. Um deles é que, como a tal “modulação” é geralmente muito sutil, muito tranquila e muito prazerosa, diversos usuários têm imensa dificuldade de dizer não. Cada vez que um baseado aparece, eles pensam: “Por que não?”. Isso não é propriamente perigoso, porque fumar um a mais não mata ninguém, nem queima neurônios, tampouco dá câncer. Mas também não é bom.

Um dos efeitos mais nocivos da maconha, quando se exagera na dose, é que as lembranças vão ficando borradas. A canábis atrapalha a fixação de novas memórias; portanto, quem fuma muito acaba não se lembrando de nada.

Memórias são nossa identidade, a base de nossa ligação com as pessoas, com os lugares, nossa bagagem. Não há dúvida de que às vezes é bom viajar com uma mala leve, porém andar pelo mundo sem nem sequer uma mochilinha parece meio sem sentido.

Se o efeito mais notável da maconha é mesmo a “desabituação”, também não é bom habituar-se a ela, fumando o tempo todo. Isso destrói as memórias, dificulta o aprendizado e o foco e, no fim das contas, acaba com o tal maravilhamento.

Mais uma coisa diferencia a maconha de quase todas as outras drogas ilegais: a forma como ela é distribuída. Se, no caso da heroína, da cocaína e de outros estimulantes, cada usuário compra de um traficante, geralmente um sujeito de dar medo, no caso da maconha a conexão é muito mais baseada em redes sociais. As pessoas, quando encontram um bom fumo, avisam os amigos, do mesmo jeito que elas fazem com livros ou filmes. A flor é distribuída por transações informais, entre conhecidos.

“Essas transações ‘discretas’ são essencialmente invisíveis para o público e para a lei, e nem o comprador nem o vendedor têm muito incentivo para carregar uma arma”, afirma *Drugs and Drug Policy*, livro esclarecedor sobre políticas de drogas lançado recentemente.³² As pessoas encontram-se não apenas para passar maconha uma para a outra, mas para outras coisas também. Não é possível destacar um policial para perseguir cada grupo de amigos pelas ruas. E, mesmo que fosse, ele não conseguiria ver alguém entregando um saquinho para a pessoa da poltrona ao lado no cinema escuro.

Maconha é de longe a substância ilícita mais usada do mundo. Na maioria dos países do Ocidente, os usuários representam mais de 10% da população adulta, e, em alguns lugares, perto de 30%. É uma minoria, mas uma minoria bem grande, conectada em rede, com capacidade de mobilização e voz na sociedade. Quando o uso de uma substância é tão difundido e tão difícil de fiscalizar, tentar proibir torna-se ainda mais fútil. Maconha, certamente, não vai embora. Ela já está entranhada em nossa sociedade. O que se pode fazer é desenvolver formas de conviver com ela que sejam menos nocivas para todo mundo.

Em 2 de junho de 2011, os líderes mundiais da Comissão Global de Política de Drogas reuniram-se em Nova York para pedir uma mudança profunda na maneira como nossa sociedade lida com as drogas. No dia seguinte, sexta-

feira, cheguei pedalando a Oxford, na Inglaterra, onde fui almoçar no belo jardim do castelo de Amanda Feilding, a condessa de Wemyss, que teve a ideia de juntar os líderes mundiais na Comissão Global.

Amanda é a fundadora da Beckley Foundation, que faz pesquisas de política pública para tentar encontrar formas mais racionais de tratar do tema. Ela é uma estrategista, que se enxerga como alguém movendo peças num tabuleiro, planejando o futuro e tentando encontrar meios de chegar a ele.

Um dos trabalhos mais recentes de sua fundação é *The Global Cannabis Commission Report*,³³ elaborado por uma seleção dos principais especialistas do mundo em política pública. O relatório propõe caminhos para regulamentar o mercado de maconha. Quando ele ficou pronto, Amanda colocou-o debaixo do braço e foi viajar o mundo, mostrando as pesquisas para várias personalidades importantes da política mundial. Foi essa peregrinação que mudou a opinião de Fernando Henrique Cardoso, que até então defendia apenas a descriminalização do usuário.

Amanda acha que a questão mais essencial do atual debate sobre drogas é a maconha. “Se regulamentarmos a canábis, sobram no mundo apenas 45 milhões de usuários de drogas ilícitas, um número manejável, um problema que pode ser resolvido.” Ou seja, sua ideia é esquartejar o frankenstein, separar o grande do malvado. “Se tirarmos a maconha da guerra contra as drogas, todo o sistema entrará em colapso, porque ninguém mais vai poder justificar esse gasto absurdo com uma quantidade tão pequena de pessoas”, diz ela.

A vantagem de fazer com que o sistema entre em colapso é que assim se torna possível criar outro sistema, mais adequado aos tempos complexos que vivemos.

Mas criar um sistema complexo do zero não é moleza. Para fazer isso, uma coisa é fundamental: começar por experiências inovadoras em pequena escala que joguem luz sobre o caminho que temos pela frente. Nos últimos anos, alguns países, geralmente contra a vontade de seus políticos, escaparam do consenso contra o vampiro e percorreram caminhos próprios. A segunda parte deste livro é o estudo de cinco desses casos.

²⁶. “Marijuana: Assassin of Youth”, *American Magazine*, jul. 1937.

²⁷. O livro *Drugs and Drug Policy in America*, editado por Steven Belenko (Westport: Greenwood, 2000), é um belo apanhado de documentos históricos sobre a proibição das drogas e contém muitas das atas das audiências de 1937. Outro bom registro dessa história está no livro *Reefer Madness – a History of Marijuana*, de Larry Sloman (Nova York: St. Martin’s Grifdfn, 1998).

²⁸. *Shaffer Report*, disponível em: <<http://www.druglibrary.org/shaffer/library/studies/nc/ncmenu.htm>>.

Acesso em: jan. 2012.

[29](#). MALCHER-LOPES, Renato; RIBEIRO, Sidarta. *Maconha, Cérebro e Saúde*. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2007.

[30](#). WHITAKER, Robert. *Anatomy of an Epidemic*. Nova York: Crown, 2010.

[31](#). O Iolite custa cerca de 200 dólares no exterior e não é encontrado no Brasil. Informações em: <<http://www.iolite.com>>. Acesso em: set. 2011.

[32](#). KLEIMAN, Mark; CAULKINS, Jonathan; HAWKEN, Angela. *Drugs and Drug Policy: What Everyone Needs to Know*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

[33](#). Disponível em: <http://www.beckleyfoundation.org/pdf/BF_Cannabis_Commission_Report.pdf>. Acesso em: set. 2011.

Parte II

Caso 1

As duas portas da Holanda

EM AMSTERDÃ, em 2011, havia 221 *coffee shops*, que são um misto de bar e café, especializados em vender maconha. Eles estão em todos os bairros da cidade e, em algumas áreas, há um do lado do outro. Tem sido assim desde os anos 1970. Os lugares em geral ficam abertos para a rua e as janelas de vidro não denunciam nenhuma grande preocupação em esconder o que acontece lá dentro. A palavra “maconha” não está escrita em nenhum lugar à vista. Mas basta se aproximar do balcão, olhar o cardápio e escolher uma variedade entre meia dúzia de tipos de maconha e a mesma quantidade de haxixe, a resina psicoativa da flor da canábis, extraída por métodos tradicionais, que na Europa costuma ser misturada com tabaco. A porta da frente do *coffee shop* é igual à porta da frente de qualquer tipo de comércio: inteiramente legal.

Mas, para os donos desses estabelecimentos, comprar maconha é ilegal. É proibido plantar, é proibido importar, é proibido vender no atacado – só é permitido vender para os clientes dentro do *coffee shop*, até um limite de 5 gramas. A porta dos fundos dos *coffee shops* é tão ilegal quanto a de qualquer boca de fumo brasileira.

A origem desse sistema surreal remonta a 1968, quando o movimento *flower power* chegou à Holanda, como aliás ao Ocidente inteiro. Os meninos holandeses deixaram os cabelos crescer e se aventuraram na experimentação de drogas psicodélicas, principalmente haxixe importado do Líbano.

O governo holandês se preocupou com a chegada da nova droga, formou em 1972 uma comissão de especialistas e pediu a eles que estudassem o assunto e propusessem uma política pública eficaz para lidar com ele. Até aí, a Holanda não fez nada muito diferente de vários outros países do mundo desenvolvido: o Reino Unido elaborou o relatório *Wootton*, em 1968; o Canadá, o *Le Dain*, em 1970; os Estados Unidos de Nixon, o *Shafer*, em 1972. O resultado do relatório holandês também não foi muito diferente dos outros: concluiu-se que a maconha não era muito perigosa e que regular sua comercialização seria o melhor modo de lidar com a questão. “A única diferença foi que, aqui na Holanda, os políticos leram os relatórios”, diz Mario Lap, especialista em políticas públicas de drogas que já trabalhou para o governo holandês e hoje presta consultoria para outros países em busca de racionalizar seus modelos.

Conversei com Mario no Voldenpark, o principal parque de Amsterdã, durante seu passeio com Lief, a cachorrinha de três patas que ele adotou numa viagem à Grécia. “Encontrei-a numa rua de Creta e lá eles não cuidam bem de animais. Ela ia morrer, eu tinha de cuidar dela”, conta ele, enquanto a esperta

Lief lança um olhar amoroso ao homem que salvou sua vida. Na Holanda, logo fica claro, os homens que pensam as políticas de drogas são pessoas que gostam de cuidar dos outros, não de puni-los.

Segundo Mario, um dos motivos pelos quais a Holanda agiu diferente dos Estados Unidos e de outros países europeus foi o fato de ser uma nação muito mais homogênea, sem tantas misturas étnicas. Enquanto nos Estados Unidos negros e mexicanos fumavam maconha, na Inglaterra eram indianos e em boa parte da Europa eram árabes, na Holanda a flor da canábis era apreciada por jovens loirinhos, etnicamente idênticos aos filhos dos políticos. Com isso, ficou mais difícil demonizar a droga. “Nos anos 1960, nossas penas eram muito duras, e alguns garotos foram condenados a cinco, seis anos de cadeia. Acontece que às vezes eram filhos de um amigo do juiz. Ficou claro que eles não eram perigosos, que muitos eram ativos, estudiosos, trabalhadores, e que as penas eram excessivas.”

Mas, além disso, havia uma questão cultural em jogo. A Holanda é um país de comerciantes, apaixonadamente capitalista, terra de gente pragmática, atenta a custos, boa de conta. Holandeses, como é típico de comerciantes, não são muito dados a julgamentos morais – freguês é freguês, e sempre tem razão. É o país da liberdade religiosa, desde os tempos em que na Espanha e em Portugal ainda se queimavam judeus. “Tolerância” é um valor tão central por lá que o principal monumento turístico de Amsterdã é a casa onde holandeses esconderam uma menina judia dos invasores nazistas, a Casa de Anne Frank.

No início dos anos 1970, a heroína começou a chegar à Holanda, e o governo decidiu que, se algo não fosse feito em relação à maconha, a saúde dos jovens seria afetada. Sua ideia foi permitir a venda de maconha para separar as chamadas drogas leves das pesadas, desmontando o frankenstein. No resto do mundo, a proibição juntou maconha e drogas muito mais perigosas nas mãos dos mesmos traficantes. Como heroína e cocaína são cem vezes mais lucrativas que maconha, os traficantes têm um incentivo para propagandear a droga mais cara para seus clientes. Isso gera o chamado “efeito escadinha”: usuários de maconha, como já têm acesso ao mercado, acabam experimentando heroína, e muitos ficam dependentes. No sistema planejado pelos políticos holandeses, a polícia vigiaria de perto o sistema de comercialização de canábis e fecharia a porta da escadinha.

Havia, porém, um problema. Anos antes, em 1961, um diplomata holandês tinha viajado a Nova York para participar da Convenção Única sobre Drogas Narcóticas, na ONU. A conferência foi dominada por um americano gordo,

careca e enfezado. Era Harry Anslinger, o eterno czar antidrogas americano, apresentado na Parte I deste livro. Anslinger foi à convenção falar com raiva da ameaça das drogas e exigia a colaboração de todos os países para acabar com elas.

Na época, aquilo que o representante americano exigia tinha certo peso, já que fazia apenas 18 anos que a Segunda Guerra tinha acabado e a Europa só se reerguera da destruição graças à generosíssima ajuda financeira dos Estados Unidos. Além disso, por que alguém discordaria de enrijecer o combate às drogas? Todo mundo sabe que elas são más. Resumo da história: embora o tal “problema das drogas” mal existisse na Holanda em 1961, o representante holandês assinou a convenção, que obrigava o país a impedir a produção e a comercialização de “narcóticos”, a não ser em raríssimas exceções para uso científico ou medicinal. A Holanda tinha se comprometido a não legalizar droga nenhuma, e, assim, não havia a possibilidade de regular o mercado de canábis sem quebrar um acordo internacional.

Verdade que infringir convenções da ONU não é como infringir leis – ninguém vai preso, elas funcionam mais como “acordos de cavalheiros”. Algumas convenções são levadas a sério mais que outras, umas viram letras mortas, atropeladas pela mudança dos tempos, esquecidas e engavetadas. Portanto, muito de seu valor é simbólico: segue-se determinada convenção porque se acredita nela. Além disso, um país pode impor sanções contra outro, quando ele quebra uma convenção. Os Estados Unidos, por exemplo, têm uma lei que nega qualquer tipo de ajuda econômica ou de aval para empréstimos a países que não estão colaborando com a luta global contra as drogas, o que até pouco tempo atrás manteve o experimentalismo latino-americano sob controle.

Verdade que a Holanda é um país rico, que não depende de ajuda americana. Mas é uma terra de comerciantes, como já foi dito. Conversas sobre retirar-se da convenção de 1961 eram encerradas com o argumento “Isso vai prejudicar nossas exportações de queijo”. Desse modo, a hipótese de regulamentar a cadeia toda, da produção ao consumo, estava fora de questão.

Então uma tese foi ganhando força: “Resolver meio problema é melhor que não resolver nenhum”. Se não era possível lidar com a questão do suprimento de maconha, dava pelo menos para cuidar da saúde dos jovens, evitando que eles tivessem de entrar em contato com criminosos e que pulassem para drogas mais pesadas.

Surgiu aí, em 1976, uma solução pragmática: a maconha não seria legal nem ilegal; ela seria *gedogen*. *Gedogen* é uma palavra do dicionário de

holandês que não tem nem tradução em português. Trata-se de algo ilegal, mas tolerado em nome de um bem maior. A maconha não foi legalizada, mas decidiu-se que ninguém seria preso por usá-la. No começo, o arranjo era bem informal. Amsterdã tinha duas casas de show ligadas ao movimento hippie, a Paradiso e a Melkweg (Via Láctea em holandês). Nesses clubes, havia gente vendendo haxixe. A polícia sabia quem eles eram, vigiava-os, porém não prendia ninguém.

Com o tempo, os vendedores de maconha holandeses foram se espalhando pelo país, em geral vendendo em suas casas. Meio que naturalmente, eles começaram a se organizar e a criar regras para regulamentar o trabalho, de maneira a disciplinar o ramo e evitar que o sistema descambasse para a confusão. Partiu deles, no começo dos anos 1980, a ideia de criar lojas especializadas, os *coffee shops*. Foram eles também que estabeleceram as cinco regras de ouro dos *coffee shops*:

Publicidade é radicalmente vetada. Sabe-se que publicidade causa aumento do consumo de drogas (assim como do de qualquer outra coisa). A própria palavra “maconha” é evitada, para não chamar a atenção das crianças. É por isso que os pontos de venda se chamam “*coffee shops*”, não “*cannabis shops*”.

A venda ou o uso de drogas pesadas são absolutamente proibidos.

Não pode haver bagunça. Os donos de *coffee shop* são responsáveis pela ordem pública no local.

Menores de idade não podem entrar em *coffee shops* nem, portanto, comprar neles, e é responsabilidade do estabelecimento pedir para ver a identidade.

A venda é só no varejo. No início, havia um limite de trinta gramas por transação, que recentemente foi diminuído para cinco gramas.

Depois de três décadas, é difícil negar que o sistema dos *coffee shops*, do ponto de vista da política pública, foi um tremendo sucesso. Seu objetivo central, que era afastar os jovens das drogas pesadas, foi claramente atingido: a Holanda tem um dos menores índices de uso de cocaína e heroína da Europa.

Mais surpreendente é notar que o número de usuários de maconha também é bastante baixo. Houve crescimento no número de usuários nos anos 1980, mas em níveis muito similares aos de países duramente proibicionistas. Ficou

claro que a lei tem influência muito pequena na decisão das pessoas de usar uma droga ou não.

“Uma das coisas mais interessantes que observamos nas últimas décadas é que há fatores muito mais importantes que levam as pessoas a usar drogas, em especial dinâmicas culturais muito difíceis de compreender”, diz Mario.

As taxas de uso no mundo mostram que não importa muito se a maconha é legalizada ou punida com pena de morte – mais importante é a imagem que ela tem entre os jovens. E, nesse sentido, a política dos *coffee shops* também teve efeitos muito interessantes. Na Holanda, maconha deixou de ser uma bandeira política ou um atestado ideológico. Não há uma “cultura maconheira” forte. Os usuários se vestem como qualquer pessoa. Não há um índice especialmente alto de *dreadlocks* ou de pôsteres de Bob Marley. A Marcha da Maconha de Amsterdã é um fracasso recorrente: ninguém aparece. Isso tudo parece ter o efeito de matar a associação entre maconha e rebeldia, que atrai usuários jovens. Maconha, na Holanda, não é *cool* – é coisa de turista. Efetivamente, o número de usuários adolescentes é um dos mais baixos da Europa.

O sistema dos *coffee shops* é apenas a parte mais conhecida de um sistema muito maior, bastante complexo, que nasceu organicamente na Holanda nos anos 1970 para lidar com as drogas. O início de tudo foi a decisão governamental de coordenar a estratégia no Ministério da Saúde, não no da Justiça, o que definiu o foco principal. Com a alma de comerciante holandesa, os custos foram controlados e investiu-se só em coisas que funcionam – enquanto na maior parte do mundo qualquer iniciativa valia, desde que fosse moralmente justa.

Esse foco em custo diminuiu o ímpeto centralizador do governo, que passou a apoiar iniciativas da sociedade civil, em vez de tentar fazer tudo por si mesmo. Surgiram grupos independentes, inovadores, que tinham liberdade para desenvolver metodologias para tratar dependentes de drogas e para reduzir o sofrimento e os problemas que elas causam. Nascia aí a filosofia da “redução de danos”, que depois influenciou muito as políticas públicas da Alemanha, Suíça, Austrália e vários outros países de tradição racional e pragmática. O objetivo da redução de danos não é erradicar as drogas do mundo, e sim impedir que elas causem mal – ou ao menos diminuir ao máximo esse mal.

Funcionou muito melhor do que o ultraradicalismo do nosso modelo.

Quando a heroína atingiu a Europa como um meteoro, na década de 1970, as organizações da sociedade civil holandesas rapidamente desenvolveram formas inovadoras de cuidar dos dependentes. Enquanto isso, no resto do mundo, eles foram encarcerados em massa e mandados para presídios cheios de drogas. Heroína foi um problema imensamente menor na Holanda que em praticamente todos os países da Europa. Além de reduzir as mortes por overdose a perto de zero, os holandeses evitaram a contaminação em massa com aids e hepatite C que atingiu o resto do mundo desenvolvido. Hoje, na Holanda, algumas das pessoas que ficaram dependentes de heroína nos anos 1970 continuam vivas e são indivíduos produtivos, com emprego e família, que vivem de maneira praticamente normal, a não ser pela dose que se aplicam todo dia para evitar o desespero mortal que a abstinência causa.

“Quando as ruas se encheram de dependentes, nós não fomos lá dizer ‘Droga é imoral’. Dizíamos ‘Como podemos ajudar?’”, explica Eberhard Schatz, que coordena o trabalho do Rebenboog Group de Amsterdã, segundo ele a maior organização de tratamento de dependentes do mundo.

O Rebenboog constatou que não adianta simplesmente querer tirar a droga da vida dos dependentes – é preciso colocar algo no lugar que ajude a lidar com o problema mais profundo, que levou o indivíduo à dependência. A organização mantém uma oficina de bicicletas e uma fábrica de velas e está prestes a abrir um restaurante. “Todos esses negócios são administrados por nossos ‘visitantes’, que é como chamamos os pacientes. Além de trabalharem fornecendo os serviços, eles é que tomam todas as decisões, às vezes até contra nossa vontade. É importante que eles assumam responsabilidades, que se sintam sujeitos, e não apenas objetos de nosso trabalho”, diz Eberhard.

Além disso, o Rebenboog dispõe de abrigos noturnos, fornece mentores para acompanhar cada “visitante” e dá ajuda àqueles que resolvem mudar de vida – por exemplo, comprando passagem para quem decide sair da rua e voltar para sua cidade natal.

Um serviço importante fornecido pela organização são as salas de consumo, nas quais dependentes de heroína podem tomar metadona – uma droga que mata o desejo incontrolável de injetar heroína – ou mesmo heroína de graça, de maneira que não precisem roubar para satisfazer o desejo.

“Temos seis salas de consumo em Amsterdã”, conta Eberhard. “Mas vamos fechar a maior parte delas nos próximos dois ou três anos.”

“Sinto muito pela má notícia”, digo a ele.

“Não. Não é má notícia, é muito boa. Vamos fechar porque o problema está

resolvido. Não há mais dependentes de heroína. Os que começaram nos anos 1970 estão morrendo de velhice e não há novos usuários.”

Está aí uma das diferenças entre a filosofia da redução de danos e a proibição ultrarradical que vigora em boa parte do mundo. A proibição tende sempre a ficar mais cara cada ano, porque exige um crescimento infinito das vagas na cadeia e da vigilância, para fazer frente à inovação constante do tráfico bilionário. Já a redução de danos tende a ficar mais barata cada ano, porque resolve problemas. Além disso, a proibição gera grande burocracia apegada ao poder, que não comemora quando resolve problemas, porque não quer perder o emprego.

E por que o problema da heroína foi resolvido na Holanda? O que eles fizeram que convenceu os jovens a não começar a usar a droga? Parte da resposta tem a ver com a opção de colocar o assunto nas atribuições da saúde, e não da justiça. Rebeldes que se injetam na calçada e são perseguidos pela lei às vezes viram ídolos de adolescentes desajustados, pacientes que vão a uma clínica tomar injeções não. Essa abordagem acaba com o glamour das drogas e aproxima o governo dos dependentes, que perdem o medo de buscar ajuda.

O livro *Drug Crazy* conta uma história impressionante que ajuda a entender a diferença que faz para um dependente ser tratado pela justiça ou pela saúde. Julie, uma irlandesa de classe média, cresceu numa casa grande num subúrbio rico sonhando em ser artista de cinema. Casou cedo e descobriu tarde que escolheu mal. O marido a deixou com três filhos e uma dependência em heroína. Por anos, Julie viveu na cidade inglesa de Liverpool, prostituindo-se, alimentando as crianças e o vício como podia. Sua vida virou uma eterna busca de dinheiro para a próxima dose, e a justiça ameaçava lhe tirar os filhos. Aí, ela foi recebida num programa experimental organizado pelo psiquiatra John Marks em 1982, que dava doses de heroína como parte do tratamento para curar dependentes da droga.

Quando Julie recebeu de uma enfermeira a primeira dose, acompanhada de uma seringa nova, o eterno desespero que ela sentia por não saber como faria para conseguir a próxima de repente desapareceu. Pela primeira vez em muito tempo, ela relaxou – e pensou. Então, ela olhou para as crianças e se deu conta imediatamente do absurdo de sua vida. Julie assumiu um compromisso com a clínica de largar a droga aos poucos, primeiro recebendo doses cada vez menores de heroína, depois metadona. Com o tempo, ela arrumou trabalho, fez planos para voltar a estudar, ajeitou a casa. Muita gente faz bobagem no mundo – aliás, quase todos nós fazemos. Mas, em geral, as pessoas sabem o que é melhor para elas. Se tiverem uma chance de se redimir

das bobagens, em boa parte das vezes, vão fazê-lo. Se estiverem na cadeia, isso não vai acontecer.

A história de Julie infelizmente não terminou aí. Em 1992, o programa da TV americana *60 Minutes* fez uma reportagem sobre o trabalho de Marks, mostrando como o cuidado sai mais barato e dá mais resultado que a repressão. Pouco depois, o governo britânico fechou a clínica, ao que tudo indica por pressão americana, por causa da repercussão do programa. Julie voltou para a heroína e para a rua. No pouco tempo em que conseguiu manter a clínica, John Marks notou que os casos de overdose caíram a zero, que os crimes contra a propriedade diminuíram a quase zero e que não tinha aparecido nenhum novo usuário na cidade. Os políticos não deixaram que ele continuasse trabalhando na Inglaterra, mas seu sistema inspirou iniciativas bem-sucedidas na Holanda e na Suíça.

Mas voltemos aos *coffee shops*.

Nos anos 1980, eles foram se profissionalizando e viraram pontos turísticos. O governo então decidiu que as cinco regras de ouro que os próprios *coffee shops* haviam criado virariam regras de verdade, sujeitas à fiscalização.

Naquela década, americanos começaram a chegar a Amsterdã. Eles eram aquilo que Michael Pollan chama de “refugiados da guerra contra as drogas” – jardineiros que cultivavam canábis nos Estados Unidos e que, quando Reagan endureceu a repressão, fugiram para a Holanda, atraídos pela tolerância com a planta. Lá, eles encontraram um clima horroroso, eternamente nublado e chuvoso, e uma população apaixonada por jardinagem – é a terra das tulipas.

Do encontro entre esses jardineiros dos dois lados do Atlântico Norte, nasceu uma era dourada da horticultura da canábis. Lembre-se de que, nos velhos tempos, a flor só ficava melequenta nos trópicos. Pois os novos cultivadores instalaram luzes dentro de casa para enganar as plantas e fizeram cruzamentos que acabaram gerando a melhor maconha já fumada pelo homem, capaz de crescer em qualquer latitude. Como costuma acontecer, a repressão gerou inovação, e a maconha se tornou bem mais potente, porque o cultivo *indoor* permite controle muito maior dos nutrientes dos quais a planta se alimenta. A Holanda se transformou no centro mundial de desenvolvimento de novas linhagens de canábis, e em pouco tempo esses cultivadores dominaram o mercado de fornecimento aos *coffee shops*, já que conseguiam suprir um fumo de excelente qualidade, que os traficantes de países onde a

maconha era ilegal não tinham como alcançar.

Nos anos 1990, o cultivo de canábis virou febre. Segundo o dono de um *coffee shop* com quem falei, “não existia uma rua no país inteiro sem um cultivador”. Acontece que a Holanda tinha seu meio problema: a produção era ilegal, só a venda nos *coffee shops* era permitida. Obviamente, havia aí uma contradição gigantesca: como vender algo que não é permitido nem comprar nem produzir? O governo holandês observava esse impasse com apreensão. A polícia sabia dos cultivadores, mas não tomava nenhuma atitude. “Era gente comum, como eu ou você”, diz Mario.

Nicole Maalste, pesquisadora de criminologia e sociologia da Universidade de Tilburg, entrevistou vários deles e escreveu um livro sobre o assunto. “Conheci uma enfermeira que plantava por uma renda extra. Também encontrei vários professores. Muitos eram gente que gostava de jardinagem, que tinha o dedo verde e que, no regime de tolerância no qual vivíamos, não via problema em ganhar algum dinheiro com isso.”

Mario, na época, trabalhava no governo e achou que essa explosão da jardinagem canábica holandesa era ótima notícia. “Era nossa chance de resolver a outra metade do problema – regular a produção interna – e viver tranquilos, com o ciclo fechado sob controle, sem depender do tráfico internacional”.

Em 1994, ele escreveu um projeto de lei regulamentando a produção e levou-o ao governo em Amsterdã. “Meu chefe disse que eu estava louco.”

Dessa vez, os políticos holandeses não estavam dispostos a ouvir os cientistas. “Nos anos 1990, os políticos desenvolveram uma síndrome amotivacional em relação às leis sobre canábis. Eles simplesmente não conseguiram agir”, explica Mario.

É bom lembrar que a década de 1990 foi o auge da guerra contra as drogas, a época em que nenhuma “mensagem errada” era admitida, nenhuma brecha era tolerada e havia um consenso global. Dessa vez, nem os holandeses foram exceção. “Eu avisei a eles que, se não regulássemos a produção, ela cairia nas mãos dos criminosos em cinco anos. Foi exatamente o que aconteceu.”

No começo dos anos 2000, circulou a história, depois desmentida, de que os produtores de canábis eram quase todos ciganos e migrantes do Leste Europeu, explorando mão de obra escrava. Com isso, surgiu uma pressão social contra o cultivo, e o governo holandês começou a reprimir os plantadores e fechar empresas que vendiam sementes. Quase ninguém foi preso, mas houve muitas altas, apreensões de imóveis e cortes de energia.

Imediatamente, a maior parte das pessoas de paz saiu do negócio. Enfermeiras e professores não têm muito interesse em se arriscar. Quem gosta de risco é quem não tem muito a perder, quem já não se dá mesmo muito bem com a justiça ou quem não tem nada na vida. O mercado foi sendo dominado por bandidos.

“É impossível saber ao certo, mas acredito que cerca de 50% dos fornecedores sejam criminosos. Dez anos atrás, era zero”, diz Mario. “E, como os criminosos levam vantagem porque podem usar violência, a tendência é ficar cada vez pior.”

Algumas titias continuaram cultivando, porém ficou perigoso demais levar a maconha aos *coffee shops*. Então, apareceu um personagem novo na cadeia: o intermediário, geralmente alguém mal-encarado, que compra de vários produtores e fornece para vários *coffee shops*. Isso é típico de regimes proibicionistas: Al Capone e Pablo Escobar foram intermediários de sucesso. Por causa do intermediário, o preço da maconha dobrou. Como os cultivadores agora são criminosos, e não mais jardineiros, a qualidade do fumo caiu e a contaminação com agrotóxicos aumentou. A variedade, que era incrível, despencou. “Antes, cada *coffee shop* vendia trinta ou quarenta linhagens diferentes de maconha. Hoje só há dez, e todas elas são mais ou menos a mesma”, conta Nicole.

A ameaça da lei deixou todo mundo paranoico. Ninguém mais mostra uma plantação a ninguém, por medo de denúncias ou de assalto – eu não consegui encontrar nenhuma. Com a participação do crime no mercado, tudo agora é uma ameaça. “As pessoas vão comprar equipamento de jardinagem e não sabem se podem confiar no balconista da loja”, diz Nicole. “Pode ser um assaltante, que vai esperar o tempo necessário para a planta florescer e assaltar a casa.”

Hoje, o sistema holandês dos *coffee shops*, que foi pioneiro no mundo, está em crise.

Quando cheguei ao *coffee shop* Rookies, Mark Jacobson, o dono, me pediu para transmitir seu agradecimento ao ex-presidente de meu país, FHC. “A gente apanha o tempo todo, chamam a Holanda de narcoestado. Que bom ouvir líderes mundiais dizendo que nosso sistema é um exemplo para o mundo.”

O Rookies é um dos cinco *coffee shops* em Amsterdã que também é hotel, permitindo aos turistas a comodidade de fumar maconha no terraço. Mark

abriu o lugar há dezoito anos. “E, em todo esse tempo, nunca houve nenhuma briga aqui dentro, nenhuma ocorrência policial. Eu digo isso para meus amigos donos de bar e eles não acreditam.”

Quando abriu, o Rookies também vendia cerveja e era muito frequentado por holandeses. Em 2007, a lei proibiu que se vendesse álcool em *coffee shops*. Desde que o crime começou a se envolver com o fornecimento de maconha, a quantidade de restrições aos *coffee shops* aumentou sem parar, para responder à pressão social, do mesmo jeito que acontece no resto do mundo. “Eu confesso que estou me cansando da luta. Se continuar piorando, vou fechar.”

Mark não se conforma com a dificuldade para trabalhar. Ele se considera ótimo cidadão. Seu *coffee shop* distribui um folheto benfeito com dicas de saúde, aconselhando a não fumar antes do trabalho ou da escola, a não misturar maconha com álcool ou remédios e a pedir ajuda aos balconistas em caso de dúvida sobre os efeitos. O folheto sugere que a pessoa “não tente resolver seus problemas acendendo um baseado”. Avisa também que, se algo sair errado, ela deve chamar a polícia ou ir a um hospital: “Na Holanda, você não será preso por pedir ajuda”.

“Pago 50% de imposto, porque é uma atividade ilegal”, diz Mark. “Tenho reuniões com a polícia todos os meses e sou totalmente responsável pela manutenção da ordem pública aqui. Mas não consigo empréstimos, ninguém faz seguro para mim.”

As dificuldades estão ficando maiores. Atualmente, a Holanda é governada por uma grande coalizão que inclui um partido anti-imigração ultraconservador, o PVV (Partido para a Liberdade), que defende políticas como cobrar imposto de mulheres muçulmanas para usar véu em público. O partido não é muito grande – recebeu 6% dos votos –, mas seu apoio é fundamental para o governo ter maioria, e por isso ele dá as cartas na administração. O PVV não esconde que odeia a fama da Holanda de ser um país tolerante com as drogas. Seu objetivo é acabar com o sistema dos *coffee shops*.

O país atualmente está discutindo uma série de mudanças no sistema, propostas por esses ultraconservadores. Os políticos querem que os *coffee shops* se transformem em clubes privados, nos quais apenas os sócios possam comprar. Para ser sócia, a pessoa precisaria morar na Holanda por pelo menos um ano, e lhe seria permitido comprar em apenas um *coffee shop*. Além disso, os *coffee shops* só poderiam funcionar a mais de 350 metros de uma escola.

“Se isso acontecer, acho que é o fim dos *coffee shops*”, diz Mark. “Sem os turistas, meu negócio deixa de existir. E, na Holanda, não há lugar nenhum que não esteja a 350 metros de alguma escola. O objetivo deles é ir restringindo mais e mais, até ficar impossível trabalhar.”

Mark também está cansado de ter de lidar com criminosos para conseguir a maconha. Antes, ele comprava de dezenas de pequenos produtores, e as relações eram informais, entre amigos. Hoje ele está cada vez mais nas mãos dos intermediários. Mark vende um grama de haxixe ou maconha por oito a dezesseis euros,³⁴ quase o dobro do que nos anos 1990.

“Bom, se não der mais para ter um *coffee shop*, abro um bar. Vou ter de lidar com mais brigas, mas pelo menos me deixam trabalhar em paz.”

Todos os especialistas em políticas públicas com quem conversei atacam a lógica das mudanças que estão sendo impostas pelo PVV para o sistema dos *coffee shops*. “Já tenho um ótimo negócio para sugerir se elas passarem”, afirma Tom Blickman, pesquisador de política de drogas do Transnational Institute, de Amsterdã. “Ficar sócio de um *coffee shop* e vender ilegalmente pelo dobro do preço para os turistas, do outro lado da calçada. É óbvio que é isso que vai acontecer: se restringirmos demais, o tráfico ilegal vai voltar.”

Eberhard Schatz, o especialista em dependência que comemorou o fechamento de suas salas de consumo, concorda com o prognóstico. Ele acha que uma chance de ganhar dinheiro tão fácil vai ser tentadora para os dependentes dos quais ele cuida. “A ilegalidade cria modos fáceis de ganhar dinheiro, e certamente alguns dependentes que estão em tratamento vão ficar tentados a vender maconha na rua e, com o dinheiro, voltar a comprar drogas pesadas”, prevê.

Quando visitei a Holanda, em junho de 2011, as mudanças não estavam decididas. Haveria audiências em outubro, no conselho de Estado, um órgão consultivo da monarquia holandesa, formado por especialistas em lei, pelo herdeiro do trono e por políticos aposentados. Muita gente duvidava que elas fossem aprovadas. Para Mario, “*coffee shops* não são legais, eles são *gedogen*. Obrigar as pessoas a ficar sócias deles é obrigá-las a ingressar numa organização criminosa. O governo não pode fazer isso”.

Além disso, há uma lei da União Europeia que proíbe a discriminação de cidadãos europeus. “Se um holandês pode comprar algo numa loja de Amsterdã, um francês ou um alemão podem também. É ilegal negar acesso a eles a algo que é permitido para nós”, diz Mario.

Na briga para aprovar as restrições, o governo holandês tem o apoio das cidades da fronteira com a Bélgica, no sul, que se incomodam com o grande fluxo de estrangeiros que cruzam a divisa para comprar nos *coffee shops*. O tsunami da demanda causa desordem e trânsito por lá. Já os prefeitos das grandes cidades holandesas se opõem às mudanças, sobretudo pela importância dos *coffee shops* para a economia. Hoje 10% dos turistas vão à Holanda só por causa dos *coffee shops*, e 30% fazem outras coisas, mas também visitam um *coffee shop*. O prefeito de Amsterdã em 2011, Job Cohen, um educador e cientista, avisou que não aceitará as novas regras e está negociando uma solução alternativa. A cidade de Utrecht, a sudeste de Amsterdã, está tentando encontrar um caminho legal para permitir a criação de cooperativas de cultivadores de canábis, que poderiam suprir legalmente a demanda dos *coffee shops*. “Se isso der certo, pode ser a salvação do sistema”, acredita Blickman. Se não der, o sistema dos *coffee shops* chegará a um impasse. “Do jeito que é hoje não dá para continuar sendo”, afirma Nicole. “Ou resolvemos o problema da porta dos fundos, ou é o fim dos *coffee shops*. Vários donos estão pensando em fechar as portas.”

Há vinte anos, havia cerca de 1.500 deles na Holanda, hoje são 665. Os outros foram vencidos pelas restrições crescentes ou pelo cansaço dos proprietários. A Holanda parece estar entrando no mesmo ciclo vicioso que os outros países. “E uma mudança importante aconteceu: hoje você houve o ministro da Justiça falando de drogas com mais frequência que o da Saúde”, diz Nicole.

A origem do problema holandês é a Convenção Única de 1961, assinada por 180 países, que proíbe todos eles de regular qualquer mercado de drogas, apesar das evidências de que isso está causando mais que evitando sofrimento ao redor do mundo. Para mudar uma vírgula numa convenção, é necessária a concordância de todos os signatários.

“Teoricamente, não deveria ser tão difícil mudar uma convenção. Quando o conhecimento humano avança, é natural que isso afete os acordos internacionais”, explica Martin Jelsma, também pesquisador do Transnational Institute. “Mas, com essa convenção, é diferente. Alguns países tratam-na como se ela fosse um texto religioso, imutável.”

Há uma coalizão curiosa em defesa da convenção, formada por Estados Unidos, Japão, Suécia, quase todas as teocracias islâmicas e a maior parte das ditaduras da Terra, que barra qualquer tentativa de mudança. O argumento deles é que a convenção tem valor simbólico e que qualquer flexibilização

seria “mandar a mensagem errada” para o mundo e acabaria levando ao colapso do controle do tráfico internacional.

Essa crença leva a situações bizarras. No início de 2011, a Bolívia solicitou uma alteração minúscula e totalmente razoável no texto da convenção: pediu que a folha de coca fosse excluída da proibição quando usada por povos indígenas. Mascar ou tomar chá da folha de coca é uma tradição de séculos dos povos dos Andes, tão enraizada quanto o vinho na França. Os estudos sobre seus efeitos à saúde são parcos, como é regra em relação a essas substâncias, já que a proibição impede a pesquisa científica. No entanto, pelo que se sabe, a folha traz mais benefícios que malefícios a seus usuários tradicionais, atenuando os efeitos da altitude e protegendo contra doenças crônicas por suas propriedades antioxidantes. Ela é tão inofensiva que, até um jornalista publicar uma reportagem sobre isso, chá de coca era servido na sala de espera da embaixada americana de La Paz. Mesmo assim, o pedido boliviano foi negado, porque “enviaria a mensagem errada ao mundo”.

Em junho de 2011, a Bolívia denunciou a convenção, o que, em linguagem diplomática, quer dizer que ela quebrou o contrato – retirou-se do grupo de signatários, recusando-se a cumprir a proibição. O país deve voltar a assinar a Convenção Única em 2012, dessa vez com a ressalva de que não pretende seguir o artigo que proíbe o uso tradicional da folha de coca. De qualquer maneira, a rebeldia boliviana teve grande valor simbólico, porque foi a primeira quebra do consenso, que pode abrir a porteira para outras dissensões.

“Claramente, os guardiões do sistema estão ficando nervosos”, diz Tom Blickman. “O medo deles é que vários países comecem a descartar certos aspectos da convenção, como a Bolívia fez.”

Por exemplo, a Holanda poderia denunciar a convenção e voltar a assinar com a ressalva de que pretende regular o mercado de canábis. Hoje, segundo todos os especialistas com que falei, não há clima para que isso aconteça – a Holanda não parece nem um pouco disposta a desafiar o mundo. Mas a possibilidade existe e, com a progressiva perda de autoridade simbólica da convenção, é questão de tempo que algum país faça isso.

Pedalandando pelas ruas perfeitas de Amsterdã, nas ciclovias muitíssimo bem planejadas, fica óbvio que se trata de um país que lida bem com a complexidade. Há grande variedade de meios de transporte – bondes, barcos,

bicicletas, motos, pés, carros e até ônibus anfíbios – e todos fluem quase naturalmente, sem muitas placas de sinalização, apenas com vias bem demarcadas que tornam o caminho certo natural. É isso um bom sistema: não nega a complexidade, somente cria incentivos para que as pessoas se comportem bem nela.

A cidade é linda, cheia de prédios antigos ao redor dos canais. Ela fica abaixo do nível do mar e só não afunda por causa de um complexo sistema de diques. Agora, com as mudanças climáticas, os holandeses estão se antecipando décadas para fazer obras preventivas para daqui a trinta anos. Sistemas complexos são assim também: precisam prever eventualidades e ser flexíveis para responder a elas.

Eu e minha esposa, Joana, passamos pelas ruelas tortuosas cercadas de *coffee shops*. Não há um igual a outro. Alguns são sofisticados e parecem casas de chá, com serviço atencioso e preços altos. Outros não passam de um balcão de fórmica fuleiro, lembrando mais um boteco ou uma *lan house*. Há os famosos e barulhentos, como o pioneiro Bulldog, com mesas na calçada e uma multidão de turistas. E há os silenciosos, escondidos, frequentados apenas por holandeses com aquela cara de quem sabe das coisas. Alguns são sociais, cheios de grandes grupos de jovens. Outros têm mesas ocupadas por um freguês só, lendo um livro ou um jornal, fumando um baseado como quem toma um chope ou um café.

Escolhemos o Rokerij, que nos pareceu o mais bonito e que foi escolhido pela revista *Time Out Amsterdam* o melhor *coffee shop* da cidade em 2009. A decoração exótica, cheia de referências a antigas civilizações, fazia lembrar um cenário arrancado de algum filme de Indiana Jones. Havia mandalas e imensas tapeçarias orientais nas paredes e os cantos eram ocupados por estátuas de pedra do deus-elefante Ganesh, que no hinduísmo é o guardião dos começos e dos recomeços. A música, rítmica e hipnótica, misturava batidas da África, da Ásia e do Brasil com a repetição eletrônica de que os holandeses gostam. Acima de nossas cabeças, vários ventiladores de pás de madeira escura giravam muito lentamente, para mover o ar, mas não muito.

Sentamos a um canto. Era final da tarde e o lugar estava vazio, porém foi enchendo enquanto anoitecia. Logo cada uma das cadeiras estava ocupada. Alguns chegavam sozinhos e, por falta de mesa, pediam licença para sentar com desconhecidos. Apesar da música ambiente, conversar era fácil, porque a maior parte das pessoas falava relativamente baixo, não como num bar. As conversas eram tranquilas, mas animadas; cada um lá parecia interessado nos outros. Havia gente falando, talvez, de trabalho, de projetos, de música, de

cinema, gente branca e negra, jovem e velha, holandeses e turistas, socializando, conversando, relaxando.

“Qual é o perigo que essa gente oferece?”, perguntou Joana.

Quando saímos de lá, já era noite e pegamos o caminho mais longo para a casa que tínhamos alugado, parando para nos encantarmos com as pontes, as fachadas, os canais, as vitrines. Cada detalhe de Amsterdã parece ter sido cuidadosamente planejado, tudo é prático, funcional, racional e lindo. Numa rua deserta, vimos passar uma moça loira pedalando uma bicicleta preta, enquanto cantava para a rua vazia uma canção lírica com sua voz angelical.

[34](#). Quando este livro foi escrito, em agosto de 2011, 1 euro equivalia a 2,30 reais. Maconha é muito mais caro na Holanda que no Brasil, onde se vende um “tijolo” de fumo prensado de 100 gramas por 400 reais (o que não compra 20 gramas na Holanda). Mas a qualidade lá é imensamente maior.

Caso 2

A revolução capitalista da Califórnia

ASSIM QUE CHEGUEI a San Francisco, procurei uma daquelas caixas de metal na calçada, típicas das cidades americanas, onde se distribuem jornais gratuitos. Logo na capa do primeiro jornal da primeira pilha que encontrei, havia o anúncio de uma clínica especializada em canábis medicinal. O anúncio vinha com um cupom de desconto de dez dólares.³⁵ Liguei para a clínica e a moça que atendeu me disse que não era necessário marcar consulta, bastava chegar e entrar. Foi o que fiz. Quando cheguei, a sala de espera estava cheia de gente, de todo tipo. Alguns dos pacientes pareciam perfeitamente saudáveis: por exemplo, dois rapazes, um latino e um oriental, que não tinham muito mais que 20 anos. Outros nem tanto, como uma senhora de cabelos ralos, respiração ruidosa e muleta. O médico ia chamando uma pessoa atrás da outra, e a fila andou bem rápido, só o tempo necessário para preencher um formulário de cinco páginas no qual tive de assinar meu nome 24 vezes, assumindo plena responsabilidade sobre tudo, garantindo que não tinha histórico pessoal ou familiar de psicose ou esquizofrenia, que não estava na escola, que era maior de idade e que compreendia que canábis é uma droga perigosa que causa dependência, entre outras coisas.

Quando o médico chamou meu nome, eu o segui até a sala ao lado.

Ele perguntou que condição médica justificava que eu fizesse uso medicinal de canábis.

“Ansiedade”, respondi.

Ele quis saber se eu tinha dificuldades para dormir, e eu disse que às vezes sim.

“Você dorme quanto em média?”

“Ah, depende da ansiedade...”

“Umas três, quatro horas por noite?”, sugeriu.

Concordei, sem convicção.

Ele apoiou o estetoscópio nas minhas costas, pediu para eu respirar fundo, escutou meu coração, e a consulta estava terminada, em não mais que dez minutos. Com meu cupom de desconto, minha carteirinha de paciente medicinal de canábis, aprovado pelo estado da Califórnia, custou 70 dólares. Em meia hora, eu estava legalmente autorizado a comprar maconha.³⁶

Pela lei californiana, não apenas portadores de esclerose múltipla, câncer ou glaucoma podem se medicar com canábis, mas também quem tem dor de

cabeça, insônia, ansiedade ou “qualquer outra condição para a qual a canábis traz alívio”. Esse “qualquer outra condição” potencialmente abre as portas para tudo: bloqueio criativo, dificuldade social, melancolia, tédio. Não é o governo que decide quem pode ou não comprar maconha, é o médico, e qualquer médico pode autorizar ou recomendar o uso da maconha. Há até clínicas especializadas em emitir carteirinhas sem criar dificuldades, como essa aonde fui.

Com minha carteirinha, poderia visitar dispensários, que são “farmácias” especializadas em maconha, diferentes dos *coffee shops* holandeses porque apenas vendem o produto – não permitem que se consuma lá dentro. Dispensários são conhecidos pelo modo desconfiado com que veem os jornalistas. Nas vezes em que tentei telefonar para agendar uma entrevista, quase sempre me bateram o telefone na cara. Mas, com a carteirinha de paciente, virei *vip*. Pacientes são muitíssimo bem tratados num dispensário.

Na mesma manhã em que tirei minha carteirinha, peguei minha bicicleta e saí procurando um dispensário pelo Mission, o bairro dos latinos e dos modernos de San Francisco. Não precisei procurar muito. Logo um grande luminoso vermelho chamou minha atenção com as palavras “coletivo de canábis medicinal”. Mostrei a carteirinha para o segurança na porta, preenchi um cadastro no lobby e ele me deixou entrar em outra sala, onde havia um balcão e uma moça bonita e atenciosa.

A variedade de produtos à venda era incrível. Havia *cookie*, pipoca, amendoim, chocolate, *pretzel*, pizza, manteiga de amendoim, azeite enriquecidos com canábis. Por doze dólares, estava à venda um suco chamado Irish Moss, um *shake* de banana, leite de coco, canela, maconha e mil especiarias, descrito como alimento funcional energético, cheio de benefícios à saúde e bom também para festas. Havia ainda óleos concentrados de canabinoides, que podem ser usados como medicamento, com conta-gotas, ou na preparação de receitas.

Mas o ponto alto do menu eram as dezenas de variedades de flores de canábis, divididas em três categorias: *indicas*, *sativas* e híbridas, cada uma vendida por doze a vinte dólares o grama (a onça, medida de peso equivalente a 28,3 gramas, sai por 250 a 300 dólares). *Indica* e *sativa* são as duas espécies do gênero *Cannabis*. Os especialistas dizem que a *indica* é mais noturna, e a *sativa*, mais diurna – porque uma dá sono e a outra deixa o pensamento elétrico. Portanto, elas agradam a tipos diferentes de pessoas e são adequadas para ocasiões diferentes. As *indicas* são ótimas para doentes terminais, com muita dor, que só querem conseguir descansar; as *sativas* são preferidas por

quem tem de se manter ativo sob o efeito da medicação e mais usadas para uso recreativo. A maioria das variedades hoje existentes é híbrida, com genes das duas espécies.

As dezenas de variedades estavam expostas em potes de vidro, como os das farmácias de antigamente, e cada uma tinha indicações diferentes da outra. Por exemplo, a Chem Dawg supostamente é boa para aumentar a energia e estimular a mente. A Diesel Wreck é adequada para tratar depressão, suprimir dores diurnas e aumentar o apetite. A Durban Poison tem efeito muito forte, mas mantém a mente clara. A Jack Herer é extremamente potente e causa euforia, e não é recomendada para iniciantes. A Afghani imediatamente pesa as pálpebras e é ótima para curar enxaqueca e insônia. A Super Silver Haze é boa para quem precisa se medicar o dia todo sem ficar chapado demais nem ter a atenção prejudicada. A Berry White é uma das preferidas dos pacientes de esclerose múltipla, além de melhorar o humor e o apetite. A Super Trainwreck é indicada para quem tem paranoia, porque não gera ansiedade, mas em compensação pode aumentar a sensação de dor. A Blackberry Bubba Kush é especialmente recomendada para pacientes de câncer que querem combater os efeitos insuportáveis da quimioterapia. A Sour Diesel é adequada para aumentar a criatividade e apurar os sentidos.

Há mais dispensários na Califórnia – cerca de mil – do que *coffee shops* na Holanda. A concorrência é acirrada, então os dispensários publicam anúncios publicitários na imprensa e fazem promoções especiais, como distribuir amostras grátis. Ninguém sabe ao certo quantos pacientes legais existem, porque não há registro central, mas estima-se que sejam algo em torno de um milhão, incluindo eu. O mercado de maconha legal movimenta mais de 1,5 bilhão de dólares por ano (4,5 bilhões segundo algumas estimativas)³⁷ e paga algumas centenas de milhões de dólares em impostos. “Hoje, a Califórnia sem dúvida vende mais maconha legalmente que qualquer outro lugar do mundo”, diz Ethan Nadelmann, diretor-executivo da Drug Policy Alliance, organização americana que está tentando mudar a lei de drogas no país.

Enquanto isso, maconha continua ilegal nos Estados Unidos e, segundo a lei federal, não tem nenhum uso médico reconhecido.

Como isso foi acontecer? Como um dos sistemas mais liberais e menos regulados de comercialização de maconha surgiu bem no coração do proibicionismo, justamente no primeiro estado americano a proibir a maconha? Para entender a origem dessa história, fui visitar o complexo do Hospital Geral de San Francisco, um grande conjunto de prédios melancólicos

de tijolos vermelhos. Um deles, o prédio 80, foi o foco de uma das maiores tragédias que já se abateram sobre a história da cidade.

Quem me recebeu lá foi Donald Abrams, um senhor de cabelos brancos e olhos verdes tristes, vestido com um jaleco branco de médico e segurando uma caneca de chá verde.

“Nos anos 1980, de repente, começou a chegar aqui um número imenso de jovens – algumas das pessoas mais ativas, mais brilhantes, mais promissoras da cidade. Eles se internavam neste prédio, emagreciam, ficavam num estado terrível e depois morriam”, conta Donald, que na época era um jovem oncologista.

Era a epidemia da aids, que se espalhou por todo o planeta na metade da década de 1980. Mas nenhuma cidade sofreu tanto com ela quanto San Francisco, sede da mais vibrante comunidade *gay* do mundo.

“Eu era oncologista e as primeiras manifestações da aids são cânceres, como o sarcoma de Kaposi e os linfomas. Foi natural que eu me tornasse especialista em aids quando ela apareceu. Além disso, como *gay* em San Francisco, era minha obrigação me dedicar à doença. Era minha comunidade que estava morrendo, incluindo meu parceiro, que se contaminou em 1986.”

Foi nessa época que o prédio 80 recebeu a visita de uma velhinha simpática, boa de forno e de papo, obviamente inofensiva, chamada Mary Rathbun. Mary se ofereceu como voluntária no hospital e passou a trabalhar para aliviar o sofrimento daquela gente doente. Ela era querida por todo mundo e em 1986 foi eleita “voluntária do ano” no hospital. Mary empurrava cadeiras de roda até a sala dos raios X, levava as prescrições médicas à farmácia, conversava com pacientes deprimidos e assava *brownies* para eles, o que lhe rendeu o apelido de *Brownie Mary*.

Ah, os *brownies* eram de maconha.

Maconha é ótima para pacientes de aids. O maior motivo para isso é que ela estimula o apetite. Se você sempre teve apetite, provavelmente não sabe a falta que ele faz. Pacientes de aids perdem não só a fome, mas a vontade de comer e, com ela, muitas vezes a de viver. Empurrar comida para dentro do esôfago vira um sacrifício. E eles perdem muito peso, tanto pela falta de apetite como porque a doença lhes queima energia, e as infecções oportunistas lhes secam o corpo. Uma verdade clara na evolução da aids é que quem consegue evitar a perda brusca de peso acaba vivendo mais e melhor. Maconha ajuda nisso.

Além do efeito no apetite, fumar muitas vezes melhora o estado de espírito

do paciente, o que parece ser outro fator importante para o combate das infecções, e reduz a terrível dor crônica que muitos sentem.

Brownie Mary era muito conhecida no prédio, mas virou uma heroína da cidade toda quando, em 1992, o policial Stephen Bossard abordou-a no caminho entre sua casa e o hospital e ordenou que ela lhe mostrasse o que estava carregando num saquinho de papel pardo. Eram *brownies* de maconha, e Bossard deu voz de prisão a Mary. O encarceramento da “voluntária do ano” não durou muito, porque juiz nenhum teria coragem de condená-la, mas serviu para criar um clima de simpatia pela causa. A situação da polícia não ficou melhor quando, anos depois, Bossard foi preso bêbado e nu no quintal de sua casa depois de atirar para o alto com seu revólver.

Foi também em 1992 que o namorado do doutor Abrams morreu, depois de seis anos com aids. Durante esse tempo, ele se recusou a tomar AZT, na época o único remédio que apresentava algum resultado no combate à aids. Em vez disso, fumou maconha todos os dias até a morte. Se isso teve ou não relação com o fato de que ele viveu mais que o dobro da média de um paciente de aids daquele tempo, ninguém sabe, porque pesquisas para testar a eficácia da maconha no tratamento de doenças são virtualmente proibidas nos Estados Unidos. (Abrams passou cinco anos tentando aprovar uma pesquisa que testasse o potencial medicinal da maconha para doentes de aids; só conseguiu aprovação quando reformulou a proposta para que a pesquisa fosse sobre o risco da maconha para os pacientes de aids.)

No mesmo ano, uma notícia chegou de Washington. O governo de George Bush pai anunciou que nenhum novo paciente seria admitido naquele programa governamental de fornecimento de latas de maconha medicinal. A justiça estava recebendo centenas de solicitações de pacientes de aids que queriam se juntar aos trinta que tinham conquistado o direito. Bush achava que isso acabaria enviando a “mensagem errada” ao país e encerrou o programa sem aprovar nenhum portador de HIV. Ou seja, enquanto San Francisco e a Califórnia choravam os mortos de uma epidemia trágica, o governo em Washington aumentava as restrições e mandava sinais de que não admitiria dissensões, nem mesmo se fossem de pacientes graves de uma doença incurável.

Em 1994, o ativista Dennis Peron, cujo namorado também havia morrido de aids, resolveu enfrentar a lei e, num ato de desobediência civil, abriu o Cannabis Buyers Club (clubes dos compradores de cânabís), com o objetivo de fornecer maconha medicinal, cultivada por ele mesmo ou por amigos, para os pacientes de aids. Brownie Mary fazia parte do grupo de fundadores do clube.

Começou assim a rebelião.

Os Estados Unidos foram fundados em oposição às monarquias centralizadas da Europa. Os pais da nação americana morriam de medo de que um tirano usurpasse a democracia e por isso criaram vários mecanismos para evitar a centralização excessiva de poder. O principal desses mecanismos é o federalismo, o sagrado direito de cada estado de decidir o que é melhor para si. A proibição do álcool foi um ataque ao federalismo, porque até então quem comandava a aplicação da lei era a polícia local. Por causa disso, para proibir o álcool, foi necessário acrescentar uma emenda à Constituição americana.

No sistema federalista, cada estado cria as próprias leis, desde que elas não entrem em conflito com as leis federais. E, entre todos os estados, a Califórnia, terra de rebeldes desbravadores, é tradicionalmente a que mais inova e experimenta com essas liberdades. Pela lei californiana, qualquer cidadão ou grupo de cidadãos pode levar um projeto de lei a plebiscito se conseguir reunir a assinatura de 8% do número de eleitores que votaram para governador. Por causa disso, hoje, os cidadãos californianos fazem leis com mais facilidade que os deputados.

Em 1996, Dennis Peron, do Cannabis Buyers Club, Brownie Mary e outros ativistas conseguiram colocar na cédula eleitoral a Iniciativa 215, pela qual o uso medicinal da maconha seria permitido, bastando para isso a aprovação de um médico. Quando a campanha eleitoral começou, a diferença entre os dois lados da disputa ficou evidente: de um lado, havia uma velhinha simpática que fazia trabalho voluntário no hospital, um viúvo apaixonado e um monte de gente com doenças sérias e dolorosas; de outro, todos os políticos de Washington, republicanos e democratas, inclusive o presidente Bill Clinton, que pediu aos californianos que não passassem essa “mensagem errada” ao resto da nação. A iniciativa foi aprovada, com 55,5% dos votos.

O governo federal entrou em pânico, porque achou que a lei causaria caos em todo o sistema, com uma explosão na produção e no uso de maconha (nenhum desses medos se confirmou depois). Sob orientação de Clinton, o DEA, que é agência federal de aplicação das leis antidrogas, começou a ameaçar os médicos californianos, dizendo que qualquer um que recomendasse maconha a um paciente seria processado e perderia sua licença.

Então, os médicos californianos, entre eles Donald Abrams, foram à justiça contra o governo federal, alegando que aquela ameaça era um desrespeito à Primeira Emenda da Constituição americana. O fato de ser a primeira dá a medida da importância dessa emenda para a alma americana: trata-se daquela que garante a liberdade de expressão. Um médico precisa ser livre para conversar honestamente com o doente, sem a intervenção do governo, e, se há algum remédio conhecido que pode trazer alívio ao paciente, ele não só tem o direito de falar sobre isso, mas a obrigação, estabelecida no juramento de Hipócrates, que todo médico faz quando ingressa na profissão. O juiz concordou com os médicos e Washington perdeu mais essa.

O sistema de canábis medicinal californiano, então, não foi uma criação dos políticos. Ao contrário: o povo do estado impôs a mudança ao governo e os médicos garantiram na justiça o direito de implementá-la. Isso explica por que o sistema dá tanta liberdade aos médicos e aos pacientes. Se o governo em Washington não tivesse sido tão irredutível, talvez conseguisse negociar um modelo mais restritivo. Para começo de conversa, se Bush pai não tivesse encerrado o programa governamental que fornecia baseados a pacientes de doenças graves, provavelmente a iniciativa nem fosse a plebiscito.

Bush filho assumiu a Presidência em 2001 e, em seu governo, o DEA fez batidas policiais constantes nos dispensários, sob a alegação de que estavam ilegais de acordo com a lei federal. Isso só serviu para aumentar a simpatia popular pelos ativistas, graças a cenas constrangedoras como a de uma parálitica arrancada da cadeira de rodas para ser algemada no chão ou a de um jovem com esclerose múltipla chorando de dor e raiva em frente a um cultivo destruído.³⁸ Os californianos foram se irritando com essa intervenção federal em assuntos estaduais e a guerra contra a maconha medicinal tornou-se mais e mais impopular. Com isso, outros estados começaram a seguir a liderança californiana e aprovar também o uso, geralmente por iniciativa popular. Hoje, dezesseis estados e mais o distrito de Colúmbia, onde fica a capital, já aprovaram a lei.

Quando Obama assumiu a Presidência, ele prometeu que, ao contrário de Bush, respeitaria as leis estaduais e não fecharia mais dispensários que estivessem de acordo com elas. Assim, os estados ganharam a briga contra a federação.

Agora, eles estão tentando dar um passo além. Em 2010, a Califórnia realizou outro plebiscito, dessa vez para aprovar a Iniciativa 19, também conhecida como “ato de regulação, controle e taxação da canábis”. A proposta era legalizar a maconha para todo mundo, com ou sem recomendação médica,

e cobrar um imposto de 50 dólares para cada onça produzida, o que geraria uma arrecadação de 1,4 bilhão de dólares por ano, segundo estimativa do governo. Esse imposto alto serviria para evitar uma queda muito brusca no preço da maconha, já que, considerando a facilidade de produzir, o único motivo pelo qual ela custa tanto é a proibição. A Iniciativa 19 foi derrotada por pouco – perdeu no plebiscito de 53,8% a 46,2%.

No entanto, outro plebiscito semelhante vai ser proposto novamente em 2012 na Califórnia e também no Colorado. Levando em conta o impacto fiscal em tempos de crise e a crescente simpatia da população americana pela legalização, parece questão de tempo que um estado consiga a aprovação. A rebelião está avançando.

E essa rebelião, como costuma acontecer nos Estados Unidos, está sendo legitimada pelo capitalismo: é a iniciativa privada que segura a bandeira da revolução, em nome do mercado. Nenhuma cidade simboliza isso tão bem quanto Oakland, que quer se tornar a capital nacional da indústria legal da maconha.

Oakland e San Francisco são vizinhas, situadas em lados opostos da mesma baía, conectadas por uma ponte de cartão-postal. Mas parecem que estão em mundos diferentes. Enquanto San Francisco é charmosa, linda, rica e possui um dos maiores índices de restaurantes por habitante no mundo, Oakland é perigosa, decadente, violenta e possui uma das maiores taxas de homicídio por habitante nos Estados Unidos (36 assassinados a cada 100 mil habitantes, 50% mais que a média brasileira, seis vezes mais que a média americana). San Francisco é majoritariamente branca; Oakland, quase toda negra e latina. Oakland e suas vizinhas a leste da baía fornecem mão de obra barata e, claro, drogas para toda a baía de San Francisco. O tráfico é o maior inimigo da cidade desde os anos 1970, gerando violência, corroendo o espaço público e afugentando negócios.

Pois a indústria da maconha medicinal agora está empenhada em mostrar que as tais “drogas” não precisam ser apenas uma força destrutiva; elas podem construir coisas também. O empenho é tanto que os empresários locais de canábis, em 2009, sugeriram à prefeitura aumentar quinze vezes os impostos que pagavam – de 1,20 dólar para 18 dólares cada mil arrecadados – como estratégia para melhorarem sua imagem pública e se tornarem indispensáveis nas receitas municipais.

Quando a Iniciativa 215 passou, tudo o que ela estipulava era que pacientes

com recomendação médica teriam direito de plantar e usar canábis. A lei também definia a figura do *caregiver*, o “cuidador”, que teria direito de plantar e de fornecer maconha a um paciente, mas não de usá-la. O texto não fazia nenhuma referência aos dispensários nem determinava como seria o mercado de maconha – caberia a cada um dos 58 condados³⁹ da Califórnia regular isso. Oakland saiu na frente dos outros, propondo regras claras para a indústria, criando incentivos para empresas que se estabelecessem lá e encarando a nova indústria como uma oportunidade comercial para a cidade. No centro de Oakland, a prefeitura criou o distrito de Oaksterdam, um retângulo de três por quatro quarteirões, situado no pedaço mais movimentado da cidade, vizinho ao distrito financeiro. A palavra “Oaksterdam” sintetiza a ambição do lugar: ela é uma mistura de Oakland com Amsterdam.⁴⁰

No coração do distrito está a Oaksterdam University, que é aquilo que os americanos chamam de *trade school*: uma escola dedicada a um ramo da economia – no caso, o ramo é a indústria de canábis. A escola é privada, mas o projeto da Oaksterdam foi concebido em conjunto com a prefeitura, e a universidade doa dinheiro para o departamento de polícia para colaborar com a segurança no centro. Quando visitei o grande prédio de cinco andares, cuja fachada ocupa a metade de um quarteirão da principal avenida da cidade, era uma quarta-feira, primeiro dia de aula dos alunos do “semestre clássico”. O semestre clássico, que custa 700 dólares, é um curso com aulas semanais de duas horas e meia toda quarta-feira.

A aula começou às dez da manhã. O primeiro a subir ao púlpito foi o professor de Leis 101. Era um advogado magro e branco, de terno, que falou durante cinquenta minutos sobre como navegar no labirinto legal de um setor proibido pela lei federal e permitido pela estadual. Ele lembrou aos alunos que praias da cidade podem ser território federal e, portanto, não estão sob a proteção da lei estadual, e contou sobre várias decisões judiciais e brigas em curso nos tribunais.

Depois dele, um jovem negro assumiu o microfone para dar aula de Cidadania 101. Ele sugeriu aos alunos que nunca deixem maconha no console do carro, porque isso autoriza um policial a revistar o veículo (se estiver no porta-luvas, o guarda precisará de um mandato). Reforçou enfaticamente que jamais permitam a um policial fazer uma revista sem mandato, mesmo que ele garanta que “vai ficar mais fácil assim”.

“Vai mesmo. Mais fácil para ele prender você”, disse.

O professor também falou da importância de os donos de dispensário e produtores de canábis colaborarem com a vizinhança, mantendo o espaço

público, iluminando a rua para aumentar a segurança, contribuindo na limpeza, de maneira a ajudar a dar legitimidade para o negócio.

“E evitem medicar-se em público.”

A linguagem por lá é assim. Eles não dizem “fumar maconha”, mas “medicar-se”. Aliás, eles não falam “marijuana”, a palavra que traduziríamos como maconha, e sim “canábis”, “a planta” ou “medicamento”. Um *cookie* de maconha, por exemplo, é “*cookie* medicado”.

Outra dica do professor de Cidadania foi tomar cuidado com a disposição do lixo, para não incomodar os vizinhos ou chamar a atenção da polícia.

“Aliás, quanto a isso, prestem atenção à aula de Comestíveis 101. Vocês vão aprender que, no meio daquilo que muita gente considera lixo, ainda há muito medicamento.”

A terceira aula era de Horticultura 101. O professor era um jovem negro que claramente entendia plantas como se falasse a língua delas. Por cinquenta minutos, ele mostrou mudas, ensinou a diferença entre semear e fazer clones, apresentou diferentes fertilizantes, explicou as vantagens do plantio *indoor* (muito mais controle sobre os nutrientes) e as do *outdoor* (muito mais barato), falou de solo, substrato, nutrientes, lâmpadas. Foi essa aula a que mais mobilizou a atenção dos alunos, que faziam perguntas bem específicas, demonstrando que a maioria já entendia bastante do tema.

Como a aula era em Oakland, havia na classe uma maioria de estudantes negros e latinos, e muitos não faziam feio como figurantes em filmes de gângster, com suas roupas largas, visual inspirado originalmente no uniforme das prisões. Mas, entre os cinquenta alunos, havia todo tipo de gente, inclusive mocinhas loirinhas, rapazes de camisa social e senhores distintos. Pareceu-me uma boa faculdade, com professores sérios, que entendem do assunto. Todos os alunos com quem falei estavam satisfeitos com o curso, que incluía aulas de política, história, métodos de preparo, relações com o paciente, administração de dispensários. Além do “semestre clássico”, Oaksterdam oferece cursos intensivos de menos de um mês com aulas todos os dias, seminários básicos e avançados e cursos mais específicos, como de horticultura.

Quando a aula acabou, muitos alunos foram para a sala ao lado, onde há um “laboratório de cultivo”. Dois monitores voluntários usavam tesourinhas para cortar flores de canábis recém-colhidas. Sob luzes amarelas poderosas, duas dezenas de plantas tranquilamente fotossintetizavam.

Depois da aula fui ao Bulldog, um café que pertence à universidade (o nome é uma homenagem ao mais famoso *coffee shop* de Amsterdã). O Bulldog de Oakland não era um dispensário, porque não vendia maconha, mas tinha autorização da prefeitura para ser uma “área de consumo”. O lugar era dividido em dois ambientes. Na frente, o café, aberto para a rua, vendia só café, chá, *cookies*, *muffins* e *brownies* (não medicados). Nos fundos, uma salinha escura, decorada com capas de disco de *reggae* na parede, abrigava estudantes passando baseados uns para os outros. Como eram especialistas, eles tinham muito a conversar sobre cada baseado. Comentavam o aroma, o efeito, o sabor, com uma erudição que me fez lembrar aficionados de vinho.

Eu tinha marcado de me encontrar lá com Dale Sky Jones, a jovem executiva que gerencia a universidade. Dale chegou com um bebê de quatro meses amarrado num pano a seu peito. Pedimos um café e sentamos junto à janela da rua.

“O nome dele é Jackson.”

Dale e Jackson eram ambos loirinhos e a imagem dos dois sob o sol na janela do Bulldog tinha um quê de angelical. Ela, diferentemente da velha geração de ativistas pró-legalização, homens de meia-idade de cabelos longos e camisas largos de fibra natural, descia bem pela garganta dos conservadores americanos. “A Fox News me adora. Eles vêm sempre me entrevistar. Eles gostam demais da história de sucesso de Oakland, do poder da iniciativa privada de transformar as coisas.”

Fui entendendo que a Oaksterdam University era mais que uma escola de negócios para uma indústria; era também uma escola de ativismo e uma organização dedicada a mudar percepções. “Os opositores vão continuar colocando bloqueios na estrada. Nosso trabalho é construir desvios. Nosso papel é formar gente com poder de mudar a lógica das coisas e conquistar apoios na sociedade que vão dar sustentação para a indústria no futuro. É ajudar a tornar a mudança inevitável e irreversível.”

Enquanto falava comigo, Dale sorria e mantinha seus olhos azuis fixos nos olhos azuis de Jackson. “Assim podemos conversar. Se eu tirar os olhos dele, ele vai reclamar.”

O corpo de Dale estava inundado com os hormônios da maternidade e ela se emocionava facilmente. Uma pocinha se formou sob seus olhos quando ela me contou da emoção de ver o centro de Oakland se recuperando. “Não fomos nós que fizemos isso. Foram eles, foi a comunidade toda do centro de Oakland. Veja como isso melhorou.”

A bem da verdade, o distrito de Oaksterdam não é nenhum paraíso turístico. Fui pedalar pelos quarteirões e vi algumas áreas que eu não gostaria de cruzar a pé. Um homem forte de roupa puída pareceu bem interessado em minha câmera, e não acho que fosse por gostar de fotografia. Havia moradores de rua e vários personagens estranhos.

No entanto, havia também, aqui e ali, algumas áreas vivas, agitadas, cheias de lojinhas, restaurantes e cafés. A principal delas era a que cresceu em volta do Blue Sky, um dispensário que funcionava à moda de Amsterdã, permitindo que os pacientes se mediquem lá dentro. O Blue Sky tinha também, segundo consta, um dos melhores cafés da cidade.

Os comerciantes da região em geral concordavam que a chegada da indústria da canábis teve efeito positivo no centro. Fui almoçar num restaurante tailandês e perguntei ao proprietário o que ele achava. O tailandês me olhou suplicante, quase implorando para que eu o deixasse fora daquilo. Como a maioria dos moradores, ele preferia não dar entrevista sobre o tema, mas acabou concordando que o bairro estava mais seguro e que havia mais clientes (além do quê, eles pareciam estar com mais fome).

Entrei numa loja de roupas sofisticadas, a Mister K, de ternos e gravatas, broches, brilhos e lenços, do tipo que os negros religiosos do país gostam de usar. Quando cheguei, o proprietário, um senhor negro extremamente elegante, de chapéu e gravata, estava ao telefone e bufou de impaciência ao notar meu bloquinho de repórter e a câmera em meu pescoço. Assim que desligou o telefone, ele disse, ríspido: “Ok, vamos acabar logo com isso. O que você quer saber?”.

Perguntei sobre o efeito da indústria. Ele negou que ela fizesse bem para o bairro e reclamou dos carros dos usuários ocupando as vagas de estacionamento da rua. Reclamou também da falta de compostura de alguns deles, que incomodavam seus clientes mais conservadores. Assim como em qualquer lugar do mundo, nem sempre os usuários de maconha e os não usuários gostam uns dos outros. Mas, com a regulação e o esforço de relações públicas da indústria, a convivência em Oakland pelo menos parece ser mais pacífica que em outros lugares.

Havia muita gente jovem pelo distrito, em especial estudantes de Oaksterdam. A universidade atrai gente do mundo inteiro, inclusive brasileiros. Assim como aconteceu com Amsterdã nos anos 1980, Oakland está virando uma meca de cultivadores do mundo. Encontrei, por exemplo,

um italiano que disse que se mudou para lá porque adorava plantar maconha e em seu país corria o risco de passar trinta anos na cadeia por isso.

Vi também pelas ruas um bom número de homens e mulheres mais velhos, uns de cadeiras de rodas, com tubos plásticos presos à orelha – gente doente, que ia para Oakland buscar ajuda.

Marquei um piquenique num parque com Lucy e Mark (nomes fictícios), um casal de alunos de Oaksterdam. Eles apareceram com um bebê de 8 meses. Enquanto comíamos o frango assado que eles tinham trazido e bebíamos a água de coco que foi minha colaboração, Lucy contou que teve um emprego corporativo até o final da gravidez. Trabalhava numa empresa de serviços financeiros, dessas que ajudam as pessoas a investir. Passava nove horas por dia no escritório. Quando se aproximou o dia do parto, o chefe lhe avisou que não poderia dar licença-maternidade (que não é um direito garantido por lei nos Estados Unidos). Ela ficou chateada, por acreditar que amamentação é muito importante. Pediu então para mudar de regime de trabalho, para meio período. O chefe negou. Ela se demitiu, o que lhe causou uma mistura de pavor e empolgação. “Eu nunca imaginei que fosse ter coragem de pedir demissão”, disse.

Lucy resolveu que cuidaria do bebê e, nas horas livres, ajudaria Mark a tocar um negócio que ele estava começando: plantar canábis para vender para os dispensários. O pai dela não sabe que ela faz isso; a mãe, sim, e se descabelava de preocupação.

“Plantar não exige grande investimento de dinheiro, apenas dedicação”, explicou Mark. “Nesses tempos de crise, em que não há empregos e criar uma empresa custa muito caro, que outra possibilidade existe para quem está começando a vida, como nós?”

Lucy toma conta da parte administrativa do negócio, Mark é o horticultor e cuida das plantas. O casal é parte de um coletivo de umas vinte pessoas. Eles estavam conseguindo produzir pouco menos de três quilos de maconha por mês, vendidos a cerca de 5 mil dólares o quilo. Os dois ficavam com uma porcentagem grande do dinheiro, porque faziam uma porcentagem grande do trabalho (eles não me disseram exatamente quanto). A pessoa que levava a maconha ao dispensário também era bem remunerada, não tanto pela dedicação do trabalho, mas pelo risco que corre. Apesar da garantia de Obama de que deixaria a indústria da canábis medicinal em paz, ainda havia muita insegurança jurídica, por causa da contradição entre a lei estadual e a

federal.

Mark trabalha umas quarenta horas por semana. Sua rotina é a de um agricultor: ele acorda cedo, inspeciona cada folha em busca de insetos e fungos ou para checar se alguma está ficando amarelada, coloca nutrientes no solo, mede o pH, observa o crescimento. Sua pele é bem branquinha para um agricultor, o que se explica pelo fato de que ele não passa muito tempo debaixo do sol: o plantio é *indoor*, por causa do medo de exposição.

Enquanto conversávamos, eu tentava tomar notas, mas o bebê ficava subindo em meu colo e arrancando a caneta de minha mão. Perguntei a Mark se eu poderia visitar o cultivo. “Hummm, não sei.”

Por mais que a maconha pareça efetivamente legalizada quando se visita um dispensário, as pessoas envolvidas na produção continuam paranoicas e boa parte do cultivo está escondido dentro de banheiros e armários. Recentemente uma empresa de consultoria no setor de energia americano divulgou uma pesquisa⁴¹ na qual calculou que 1% de toda a energia produzida nos Estados Unidos é gasta para fazer pés de canábis crescerem dentro de casa. Na Califórnia, segundo a pesquisa, esse número chega a incríveis 8%.

Plantar dentro de casa é muito ineficiente. Mas, por causa da proibição, uma única planta vale cerca de 2 mil dólares, o que a torna provavelmente o arbusto mais valioso do mundo. Com tanto dinheiro, o custo com energia fica insignificante.

O fato de a canábis medicinal ser legal no estado e ilegal no país é uma bizarrice jurídica que teve um efeito colateral inesperado: manteve grandes empresas fora da indústria.

“Com certeza, todos os grandes fabricantes de chocolate estão morrendo de vontade de entrar no mercado, mas seus consultores jurídicos estão lhes dizendo que não façam isso”, disse Scott van Rixell, 36 anos, criador do Bhang, um chocolate medicado lançado em 2010, cuja popularidade explodiu em menos de um ano.

Scott é um *chef* e empreendedor que já tinha uma fábrica de chocolates *gourmet* no Novo México. Em 2009, anunciou ao conselho da empresa que estava saindo do negócio para se dedicar a fazer chocolates medicados na Califórnia. “Eles acharam que eu estava louco. Disseram que era crise de meia-idade.”

Scott é um *outsider* no ramo da canábis, visto com suspeita pelos veteranos

de cabelos compridos. Suas roupas de executivo chamam a atenção nas convenções da indústria.

Ele acha que é inevitável que, no futuro, com a legalização, o mercado se abra para corporações. Com isso, uma série de grandes empresas – alimentícias, farmacêuticas, de tabaco, de álcool – certamente vão entrar no negócio.

“Meu plano é fazer a Bhang crescer, criar reconhecimento e, quando isso acontecer, vender.” Para isso, ele procura fazer um produto consistente, confiável, de qualidade indiscutível, que se destaque do resto do mercado, que ele chama de “*cookies* da titia”. “Cada quadradinho de chocolate Bhang tem exatamente o mesmo efeito de qualquer outro quadradinho Bhang”, orgulha-se.

Hoje em dia, muitos ativistas históricos pró-maconha na Califórnia são contra a legalização total, porque acham que o esquema atual é mais interessante, por proteger os pequenos produtores.

O dispensário Harborside Health Center é possivelmente a maior empresa legal de canábis do mundo, com faturamento próximo a 30 milhões de dólares por ano. Criado em 2006 com a intenção de ser uma referência para o resto do país de como um dispensário deve ser, o Harborside fica junto ao porto de Oakland, na beira de uma rodovia, com amplo espaço para estacionamento. É um lugar discreto, sem placa na porta, só um segurança imenso e imensamente gentil, que recebe os clientes com um voz doce e explica as regras da casa: “Não queremos incomodar os vizinhos, então é proibido medicar-se no estacionamento ou na rua”.

Lá dentro um rapaz oriental me recepcionou sorridente e perguntou se eu era membro do coletivo. Eu disse que não. Pela lei californiana, todo paciente com carteirinha igual à minha ou com carteirinha de “cuidador” tem direito de plantar maconha para si ou para outros pacientes. Mas não há o credenciamento de comerciantes ou produtores de canábis. Por causa disso, os dispensários são sempre “coletivos”, criados por alguém que é paciente ou cuidador para atender outros pacientes – teoricamente não é uma loja fornecendo produto a um cliente, mas uma cooperativa na qual todo mundo é sócio (embora o sócio fundador, Steve d’Angelo, não revele seu salário). Portanto, o primeiro passo quando se chega a um dispensário é sempre fazer o registro e ingressar no coletivo. Quando concluí esse processo, o rapaz me saudou, caloroso. “Pronto. Agora você é membro de nosso coletivo. Você

pode legalmente comprar medicamento de nós e nos vender medicamento.”

Dentro do dispensário, duas filas, com umas dez pessoas cada uma, levavam a dois balcões: um para produtores, outro para pacientes. No balcão para produtores, eram vendidos sementes, mudas e produtos de jardinagem para pessoas que queriam plantar a própria canábis ou fazer uma renda extra fornecendo para o coletivo.

No extenso balcão para pacientes, seis funcionários extremamente atenciosos conversavam sem pressa com cada pessoa e demonstravam conhecimento erudito de cada uma das quarenta variedades de maconha à venda. Nenhum cliente passava menos que cinco minutos conversando, perguntando, pedindo recomendações, descrevendo o modo como dormia, o que sentia, o que esperava da medicação. Os atendentes abriam os potes de vidro com maconha para deixar os pacientes sentirem o cheiro, discorriam sobre as diferenças entre as variedades, emprestavam uma lupa para permitir que eles olhassem os cristais de resina, mostravam as novidades e recomendavam o que estava melhor naquele dia.

O Harborside oferece também vários tratamentos de graça para os membros do coletivo, como massagem, acupuntura, ioga, reiki, naturopatia. O lugar definitivamente tem a vibração de um centro de saúde, limpo, bem iluminado e com clientes sendo tratados de maneira cuidadosa. Nas filas, uma menina nova e linda de bolsa *hippie*, um jovem de cabelos bem cortados e camisa polo, um negro gordo de boné e roupa de rapper, um senhor de cabelos brancos, terno bege e sapatos bem engraxados, uma mulher de longos cabelos grisalhos. Gente nova e velha, rica, pobre e remediada, democrata e republicana.

Do outro lado da rodovia, não muito longe do Harborside, há uma casa grande sem nenhum letreiro na porta, com as janelas fechadas por cortinas. Lá funciona o Steep Hill Lab, o primeiro laboratório especializado em analisar canábis. Fui recebido por Addison de Moura, um rapaz branco, de cabeça raspada, muito gentil e muito sério.

Addison me explicou o trabalho que eles fazem lá. O laboratório possui cromatógrafos e espectrômetros, equipamentos de química orgânica usados para detectar os componentes de uma amostra. Com isso, eles podem determinar com precisão a porcentagem de THC, CBD e também de outro canabinoide, o canabinol, ou CBN. “São os três que testamos hoje, mas, à medida que a ciência for descobrindo mais sobre o efeito dos outros

canabinoides, vamos começar a medi-los também.”

Saber a porcentagem de cada canabinoide é fundamental para um paciente, em especial se ele for de um grupo de risco – quem, por exemplo, tem muita ansiedade ou tendência a psicose precisa evitar concentrações altas demais de THC e baixas demais de CBD. Em alguns dispensários, como o vizinho Harborside, todos os produtos à venda são etiquetados com a porcentagem de cada princípio ativo, medida pelo Steep Hill.

O laboratório também testa amostras para detectar contaminação com fungos ou pesticidas e emite o selo CannabisSafe, o atestado de segurança de uma amostra. Perguntei a Addison se a formação dele era em química ou em farmacologia, já que ele sabia tanto dessas coisas todas. “Eu? Não, não. Não sou cientista. Minha formação é em canábis.”

Ele entrou no ramo porque fumava maconha, e muito. “Eu achava que era um usuário recreativo, mas depois descobri que estava inconscientemente me automedicando de meu distúrbio de déficit de atenção.”

O DDA é um distúrbio que atrapalha o rendimento escolar, porque a criança não consegue manter o foco na aula. Addison foi mau aluno e, quando se formou, não encontrava nenhuma oportunidade decente de trabalho. Aí ele começou a plantar canábis e a fornecer para o mercado ilegal, “que era o único que existia...”. De acordo com o que diz a lei, ele era traficante.

Com a legalização do uso médico na Califórnia, Addison resolveu se legalizar também. Em 1998, tirou sua carteirinha de paciente e começou a cultivar para os dispensários. Em 2007, abriu o laboratório com um sócio, e o negócio agora vai muito bem, com faturamento anual de mais de 1 milhão de dólares e duas dezenas de funcionários. Addison também presta consultoria para cultivadores. “Por exemplo: um plantador que tem uma ou duas lâmpadas com alguns pés de canábis decide aumentar o negócio e compra cem luzes, para ter uma produção de centenas de quilos. Isso muda toda a natureza do trabalho, dá um medo imenso dar esse salto. Nós, que temos experiência e entendemos do cultivo, ajudamos a fazer essa transição.”

Perguntei a ele se a vida agora está melhor que antes, quando ele plantava. “Do ponto de vista do negócio, está muito melhor. Mas, para a cabeça, o trabalho de plantar e mexer na terra fazia muito melhor para mim do que esse trabalho de gerenciar uma empresa com dezenas de funcionários.” Addison converteu-se ao budismo e está meditando para controlar a ansiedade da vida de executivo. Além disso, ele se medica.

Em 1967, quando o Verão do Amor acabou, ocorreu o que acontece ao fim de todo verão: o outono chegou. Com ele, surgiu um movimento poderoso entre os jovens *hippies* que tinham tomado as ruas de San Francisco: o *back to the land* (“volta à terra”). O plano era simples: comprar uma terrinha no meio do mato, construir a própria casa, plantar a própria comida, desenvolver a própria tecnologia e viver numa rede de pessoas jovens fazendo a mesma coisa. Eles pegaram o carro, cruzaram a ponte Golden Gate e viajaram para o norte da Califórnia, uma área linda e selvagem, povoada por árvores milenares do tamanho de arranha-céus, as sequoias. A região, até então esparsamente ocupada por agricultores, em geral conservadores e religiosos, foi invadida por uma multidão de *hippies* adeptos do “faça você mesmo”. O “faça você mesmo”, claro, incluía plantar a própria canábis.

Nos anos 1970, com o patrocínio do governo americano, aviões começaram a sobrevoar as plantações de canábis do México atirando herbicida. Com isso, a maconha rareou nos Estados Unidos e o pouco que chegava vinha contaminado. De repente, os *hippies* notaram que podiam ganhar dinheiro plantando canábis para o mercado ilegal americano. Surgiu assim, em consequência do efeito bexiga, o Triângulo da Esmeralda, há décadas a principal região produtora do país. Os três vértices do triângulo são os condados de Mendocino, Humboldt e Trinity, pátria da melhor maconha do mundo nos dias de hoje.

Viajamos para o norte na trilha dos *hippies*, até chegar a Ukiah, que, com 16 mil habitantes, é a maior cidade do condado de Mendocino. Em Ukiah e arredores, há muitos vinhedos. O condado produz vinho, em geral em pequena escala, para um mercado de butique que aceita pagar caro por algo feito artesanalmente. Os proprietários parecem ter orgulho de suas uvas, plantadas muitas vezes na frente de casa, na beira da estrada.

A uva, porém, não é a maior atividade agrícola da região, e sim a segunda. Embora não haja estimativa confiável, é consenso que a canábis é a principal atividade econômica do lugar, mobilizando algo entre um quinto e metade da população dos condados. Saí pelas ruas procurando sinais dessa indústria, mas eles não estavam evidentes. Os cultivos estão longe da vista de curiosos.

Assim, a principal atividade econômica do condado de Mendocino é praticamente invisível. Ela só se revela por algumas pistas sutis, por exemplo: pela grande quantidade de concessionárias vendendo caminhonetes 4x4 com rodas imensas e pelo grande número desses carros passeando pelas ruas sujas de barro, sinal de que seus proprietários se embrenham pelo mato com frequência; pelos cartazes que anunciam produtos agrícolas, com cores

psicodélicas e logotipos doidões, indício de que não são voltados para o típico plantador de tomate; ou ainda pelo grande sortimento de tesourinhas no supermercado Walmart local, vendidas sob medida para o trabalho de cortar as flores após a colheita (a resina estraga rapidamente as tesourinhas, o que faz com que os estoques da loja local precisem ser muito maiores do que no resto do país).

Parei na redação do *Ukiah Daily Journal* para perguntar aos jornalistas sobre a indústria. O editor me recebeu gentilmente mas sua expressão mudou da hospitalidade ao pânico quando mencionei o tema de minha pesquisa. Claramente ele não queria falar sobre o assunto. Algo parecido aconteceu quando entrei numa loja que vendia camisetas do Triângulo da Esmeralda, livros de cultivo de canábis e cachimbos de vidro. A moça que me atendeu disse: “Tudo o que vendemos é para ser usado de maneira legal. Não podemos nos responsabilizar pelo que os clientes fazem com nossos produtos”.

Na rádio local, havia um programa chamado Open Line, no qual o DJ recebia ligações de ouvintes, que não precisavam se identificar. Naquele dia, das onze ligações recebidas ao longo da hora que o programa durou, oito eram sobre cultivo de canábis. Um ouvinte disse que odiava maconha e era a favor da legalização, para os cultivadores pagarem imposto como todo mundo. Outro falou que plantava canábis e era contra a legalização, porque o sistema era corrupto e não queria fazer parte dele. Uma ouvinte afirmou que não gostava dos plantadores, mas reconheceu sua importância para a economia local, que não teria nenhum dinheiro circulando sem eles. Uma senhora ligou para pedir que a rádio cobrisse outros assuntos que não a plantação de canábis. A uma certa altura, o DJ disse que sempre quis a legalização, porém lamentou que, quando ela vier, vai expulsar do mercado os casais de velhinhos que hoje são os principais plantadores de canábis do lugar.

Foi para manter os velhinhos no negócio que Marv Levin criou o Coletivo de Fazendeiros de Mendocino, instalado no Area 101, um dos dispensários mais famosos de toda a Califórnia. O Area 101 fica setenta quilômetros ao norte de Ukiah, numa casa simples de concreto no meio das sequoias, cujas paredes externas estão cobertas de murais coloridos com temas *new age*. A placa na porta tenta explicar: “O modo ecoamigável e socioconsciente de conseguir o melhor remédio do mundo”.

Na entrada, há uma estátua de Ganesh, do tamanho natural de um homem. Ganesh, por ser o deus dos começos e recomeços, geralmente é homenageado quando um hindu abre um novo negócio ou compra um carro. Muitos dispensários californianos têm uma imagem dele, uma espécie de superstição local. Dizem que os federais do DEA só dão batidas em dispensários onde não há uma estátua do deus-elefante. Ganesh é muito associado à medicina canábica, porque os canabinoides, assim como o deus, são especializados em recomeços. Ao pé da estátua há um altar com fotos de pessoas que morreram depois de lutar com doenças crônicas, inclusive uma linda menina triste de no máximo 10 anos.

Quem recebia os clientes no dispensário era um rapaz claramente atormentado chamado Dave, que me atendeu com extrema simpatia, gestos nervosos e uma respiração rápida. Ele me deu um chocalatinho num saquinho plástico, agradei e ele informou: “É um brinde. É medicado”.

Dave sofre de neurofibromatose, uma doença que faz com que surjam tumores múltiplos no sistema nervoso em várias partes do corpo, o que causa dor constante e um monte de problemas nervosos. Ele me mostrou um dos tumores, um caroço sob a pele do braço, e disse que tinha acabado de extrair outro da nuca. Dave sempre fumou muita maconha, porque o ajudava a sentir-se mais ou menos bem. Com seu comportamento estranho, ele jamais teve chance alguma no mercado formal de trabalho. Por muitos anos, o único jeito de conciliar a necessidade de quantidades maciças de maconha e a falta de possibilidades de emprego era trabalhar para o tráfico. “Olha isso! Eu estou preenchendo uma nota fiscal”, disse. “Eu jamais pensei que um dia eu preencheria uma nota fiscal de maconha. Esse é o primeiro emprego legal que eu tenho na vida.”

A atenção de Marv estava sendo disputada por um monte de gente. Um casal de idosos *hippies*, inteiramente vestidos com tecidos multicoloridos tingidos com *tie die*, queria falar de sua nova safra. Dois donos de dispensários de San Diego acertavam os detalhes para vender o fumo do coletivo no sul da Califórnia. Um jovem casal de San Francisco queria lhe dizer que eles eram seus fãs e parabenizá-lo pelo trabalho.

“Vocês são os melhores”, disse a garota.

“Não somos. Somos apenas os menores”, respondeu Marv, com um constrangimento modesto.

Marv chegou por onde a maioria vem: pela rodovia 101, vindo do sul. Ele estudou em Berkeley, na baía de San Francisco, nos anos 1990 e mudou-se

para o norte em 2000. A canábis medicinal já tinha sido legalizada pelos californianos em 1996, mas quase não havia regulamentação, e os produtores, desconfiados, relutavam em sair das sombras. Aí Marv criou o coletivo, com o projeto de fornecer um canal legal para escoar a maconha produzida na região toda. Muitos dos membros do coletivo são egressos do movimento *back to the land*. “São casais de idosos plantando no quintal, e nosso papel é ajudá-los a fazer isso com segurança, dentro da lei, de maneira sustentável.”

Todo o fumo vendido no Area 101 é plantado ao ar livre, para poupar energia. Além disso, tudo é orgânico, livre de pesticidas químicos, plantado em terras legais, sem roubar água dos rios nem jogar lixo na água, com fiscalização da polícia.

A variedade é bem menor que no Harborside, mas o preço é mais ou menos a metade e a aparência do fumo é incrível. As flores têm cores vivas, cheiro marcante, como é de esperar numa planta orgânica e recém-colhida.

“Além de ajudar os produtores, nós cuidamos dos pacientes. Fazemos peças de teatro, shows de música com pacientes graves, temos seções de massagem. E estamos aqui sempre, para o que eles precisarem”, diz Marv.

O coletivo organiza o maior evento da cidade: a Emerald Cup, realizada em dezembro, três meses depois da colheita. Agricultores trazem amostras do melhor fumo que produziram no ano e o público paga com dólares pelo ingresso. Qualquer um pode entrar, mas, dentro da festa, há uma área restrita só para pacientes com carteirinha e recomendação médica, que elegem o melhor fumo do ano. Em 2010, o vencedor foi um fumo chamado Best Shit Ever.

Na antessala do escritório do xerife Tom Allman, a maior parede é ocupada por 24 retratos formais em preto e branco de todos seus antecessores no cargo, desde a fundação do condado, em 1853. Allman, como todos eles, usa no peito a estrela dourada de xerife, o símbolo que atesta que o povo o escolheu para cuidar de sua segurança. A eleição direta do xerife é um costume político curioso dos Estados Unidos, que dá enorme poder ao ocupante do posto. No entanto, nenhum outro daqueles sujeitos na parede teve, entre suas atribuições, o trabalho de inspecionar plantações de canábis.

“Já prendi muita gente por plantar um pé de maconha. Mas o trabalho do xerife não é fazer a lei, é aplicá-la, é cumpri-la. Eu tenho de seguir a lei que meus cidadãos consideram importante. E os cidadãos decidiram que plantar canábis para fins medicinais é legítimo, e é isso que devo fiscalizar.”

Allman é um homem encorpado, de bigodes e cabelos prateados, vestido com a mesma roupa bege e cheia de distintivos dos xerifes dos velhos seriados americanos. Na parede dos fundos de sua sala, há uma bandeira dos Estados Unidos e outra da Califórnia, e um gancho sustenta um chapéu branco de caubói. Allman foi eleito xerife em 2006 e, incomodado com a falta de clareza da Iniciativa 215, que ele considera confusa e cheia de lacunas, resolveu organizar a bagunça e mandou publicar no jornal local um anúncio de meia página explicando as novas regras. “O anúncio foi para os amantes da maconha, para eles conhecerem as regras que têm de seguir, mas também para os odiadores, para eles saberem o que está dentro da lei e o que está fora e poderem denunciar.”

O texto explicava que qualquer pessoa com carteirinha de paciente poderia plantar até 25 pés de canábis por propriedade, não importando se ao ar livre ou dentro de casa, desde que se respeitasse uma distância mínima de 300 metros de parques e escolas. Para estar dentro da lei, o cultivador teria de amarrar na planta uma fitinha de plástico azul emitida pelo escritório do xerife, vendida por 25 dólares. “Com as fitinhas, arrecadamos no ano passado 400 mil dólares, receita que pagou os salários e os carros de quatro policiais.”

Muita gente acha estranho que o xerife pegue dinheiro de vendedores de maconha. “Aí eu explico que não é isso. Estou cobrando de quem quer seguir a lei para ter recursos para prender quem não quer e, portanto, não gastar nenhum centavo do contribuinte na fiscalização dessa indústria.”

Ou seja, não há um vale-tudo, muito ao contrário. “Se você quebrar a lei aqui no condado de Mendocino, vai para a cadeia. Se você estiver envolvido com comércio ilegal de maconha, se causar dano ambiental, se invadir reservas florestais, se roubar água, vai ser preso.”

Allman não é grande fã de maconha. “Mas aqui é um pouco como nos desenhos animados, em que gatos e ratos ficam se perseguindo o dia todo, e aí acaba o expediente e eles vão tomar café juntos. A comunidade é muito pequena, todos se conhecem.” Queira ou não, o xerife convive com os agricultores. “E minha opinião foi mudando um pouco ao longo dos anos. Tenho um amigo que é um sujeito que contribui para a comunidade e que trabalha duro todos os dias de manhã até a noite, e ele me conta que não seria capaz de trabalhar sem um baseado por dia, porque a dor nas costas é insuportável. E, verdade seja dita, nunca, em 29 anos como policial, fui chamado a uma ocorrência de violência doméstica envolvendo maconha.”

Esse discurso soa estranho num homem de estrela dourada no peito. No resto do estado, os xerifes fazem comentários maldosos insinuando que

Allman é “o xerife que legalizou a maconha”. “Nas convenções estaduais de xerifes, ninguém se aproxima de mim ou de meu amigo Michael Downey, xerife de Humboldt, o condado vizinho, que criou regras semelhantes. Tudo bem. Conversamos entre nós.”

A teoria do xerife é que há uns 5% da população que odeiam a maconha mais que tudo e acham que quem encostar nela tem de ir para a cadeia, assim como uns 5% que amam a maconha acima de tudo e acham que ela é um presente de Deus que cura todas as doenças. “Meu trabalho aqui é evitar que esses 10% dominem o debate e governar para os 90% que querem viver em paz uns com os outros. O trabalho de um xerife é manter a paz.”

Saindo de Ukiah, do outro lado dos morros encantados cobertos de sequoias, o mar quebra áspero nos penhascos, para a diversão das focas e dos leões-marinhos. E, à beira do mar, no alto dos penhascos, cercada de capim dourado, fica uma das cidades mais lindas dos Estados Unidos. Mendocino, que deu nome ao condado, é um vilarejo muito menor que Ukiah, com menos de mil pessoas. Toda de casinhas de madeira esculpida em estilo vitoriano, a cidade foi fundada por uma comunidade de madeireiros religiosos que chegou em 1850 para derrubar sequoias e parou no tempo em 1940, quando as leis ambientais salvaram as árvores.

A cidadezinha estava cheia de famílias de turistas sorridentes e casais românticos, hospedados em lugares como o Mendocino Hotel, uma pérola arquitetônica arrancada de algum filme de faroeste com orçamento alto. O hotel é todo decorado com vasos de flores, e os tapetes têm estampas floridas, assim como o papel de parede, os bordados dourados das cortinas, a cobertura dos sofás em frente à imponente lareira. Era primavera, e flores cercavam Mendocino, crescendo selvagens no capim alto, e coloriam os jardins, alguns tão lindos que atraem filas de turistas com câmeras, esperando sua vez para fotografar. Há até uma flor gigante, uma haste violeta de mais de dois metros de altura, que nasce por todo canto. As flores gostam do clima de lá, do céu profundamente azul o ano todo, do sol constante e das noites muito frias mergulhadas em neblina. Mendocino é a cidade das flores.

Perguntei a alguns turistas no lobby do hotel se eles sabiam que estávamos no meio da principal região produtora de maconha dos Estados Unidos, e eles ficaram surpresos. A maioria nem desconfiava que a flor mais valiosa da cidade é a da canábis, cuja indústria é maior que o turismo.

Mendocino tem dois dispensários. Um deles é o Love In It, que fica dentro

de uma galeria de lojinhas para turistas, dessas que são percorridas o dia todo por famílias em passeio.

“Qual é o problema de estar à vista dos turistas? É uma planta, não algo que tenha de ser escondido. É a planta com mais benefícios do planeta, por que deveríamos ter vergonha dela?”, disse John, um rapaz loiro de 22 anos, que fundou o coletivo com três sócios: Keith, de 21 anos, e dois sujeitos mais velhos, entre 40 e 50. Keith e John ficam na loja, atendendo o público, e os outros dois, nos bastidores, plantando canábis.

Keith é um filho de militar que achou que maconha era o vampiro até a adolescência. Ia mal na escola, teve empregos que odiava, até que um dia arrumou trabalho numa *smoke shop*, loja que vende acessórios para maconheiros, além de livros sobre a história da proibição. “Havia poucos clientes, então eu lia muito. Aí aprendi sobre as mentiras que inventaram.”

Ele conheceu John na adolescência, mas eles só começaram a fumar quando adultos. Logo passaram a plantar canábis, no estado de Illinois, onde moravam. “A primeira vez que você fuma algo que você mesmo plantou é especial. É um senso de realização que eu nunca tinha sentido antes”, contou Keith.

Os dois se mudaram para a Califórnia para trabalhar com isso e têm paixão por seu emprego – aquela paixão típica de usuários jovens de maconha. “As pessoas passam aqui e veem que é uma indústria nascente que tem amor por trás. Veem que maconha não é só violência e coisas ruins”, disse John.

O outro dispensário da cidade de Mendocino, a Cooperativa Leonard Moore, é o único que conheci na Califórnia toda com uma política de portas abertas – qualquer um pode entrar, mesmo sem carteirinha. “Queremos que todo mundo sinta-se à vontade para visitar. Isso aqui é para ser um comércio de bairro, como uma sorveteria”, explicou Melinda, uma loirinha com um sorriso imenso.

Assim como John, ela nunca na vida havia tido um emprego de que gostava. “Juro que achava que isso não existia. Mas finalmente tenho uma coisa como eu lia nos livros: um emprego que me deixa feliz de manhã quando acordo. Algo em que acredito mesmo, de verdade.”

Ela adora conversar com os clientes e faz amigos no trabalho todos os dias. “E pensar que, em outros lugares, eu poderia ser presa por fazer exatamente o mesmo trabalho. Que desperdício alguém prender uma pessoa como eu...”, disse, às gargalhadas.

Melinda contou que a cooperativa tem planos de criar visitas guiadas por

seus cultivos, para turistas, exatamente como a indústria do vinho faz.

O paralelo com essa indústria é frequentemente repetido pelos cultivadores de Mendocino. Assim como o vinho, maconha é um produto de baixa tecnologia, mas cuja qualidade varia imensamente de acordo com as habilidades do produtor e o cuidado dele com as plantas. Se a legalização vier, certamente grandes corporações entrarão no mercado fornecendo canábis por preço mais baixo e em volume muito maior. “Mas sempre haverá espaço para um produto de alta qualidade, mais caro, feito em pequenos cultivos”, acredita Nadelmann, da Drug Policy Alliance.

É exatamente essa a lógica da indústria vinícola californiana. Há no mercado vinhos razoáveis vendidos a 2 dólares, porém os apreciadores não se negam a pagar algumas centenas por uma garrafa realmente especial.

Se, no plebiscito de 2012, a Califórnia, que é o mais populoso e rico estado dos Estados Unidos, votar pela legalização da maconha, em desafio aberto às leis federais, a convenção da ONU de 1961 perderá muito de seu valor simbólico. “Nenhum país legalizou a maconha”, diz Nadelmann. “Se isso acontecer no centro da ideologia proibicionista, muitos países vão sentir-se livres para mudar também.”

A proibição global da maconha, que justificou a guerra contra as drogas, teve início na Califórnia, em 1913. Talvez ela comece a acabar lá também, 99 anos depois. O apoio à legalização nos Estados Unidos vem crescendo ininterruptamente desde a década de 1970 e agora já passa dos 40% entre a população, no país todo. A geração que foi jovem em 1967 hoje beira os 70 anos e não acredita mais nos mitos vampirescos sobre a maconha que seus pais repetiam. A mudança parece inevitável. Uma hora um plebiscito desses passa.

[35.](#) Quando este livro foi escrito, em agosto de 2011, 1 dólar equivalia a 1,60 real.

[36.](#) Para conseguir uma carteirinha, é preciso ter um documento de identidade californiano, que só é emitido para quem possui o número de segurança social. Para um estrangeiro ter direito a esse número, é preciso que ele exerça alguma atividade remunerada nos Estados Unidos (eu, por exemplo, recebi uma bolsa de pesquisa na Califórnia).

[37.](#) Os cálculos são da Norml (National Organization to Reform Marijuana Laws).

[38.](#) O documentário *Waiting to Inhale* tem uma seleção dessas cenas. Mais informações em: <http://www.waitingtoinhale.org>. Acesso em set. 2011.

[39.](#) No sistema americano, o condado, ou *county*, é uma subdivisão administrativa do estado. Na zona urbana, um condado equivale a uma cidade. Na zona rural, cada condado engloba várias pequenas cidades.

[40](#). Que é como os holandeses escrevem “Amsterdã”.

[41](#). MILLS, Evan, *Energy up in Smoke: The Carbon Footprint of Indoor Cannabis Production*: <http://evan-mills.com/energy-associates/Indoor_files/Indoor-cannabis-energy-use.pdf>. Acesso em: set. 2011.

Caso 3

O ciclo fechado da Espanha

TUDO O QUE PRECISEI FAZER foi assinar meu nome num documento, no qual eu declarava que era “consumidor habitual da planta *Cannabis sativa* em alguma de suas formas”. Efetuei o pagamento da anuidade de 15 euros e recebi a carteirinha verde do Cannaterapia Social Club, a mais nova associação de cultivo de canábis da Espanha, com sede ainda em fase de implantação em Madri. Tornei-me assim o sócio número 066, o que me permite comprar maconha sempre que for à Espanha.

Aliás, comprar não. “Você financia a associação na proporção em que consome”, segundo me explicou Carlos Perez Ronco, um dos criadores da Cannaterapia.

Palavras são importantes, como aprendemos na Califórnia. Lá, não se fuma maconha, medica-se com canábis. Já na Espanha, não se compra maconha: contribui-se com os custos envolvidos na produção. As pessoas pagam dez euros por grama que consomem.

A diferença entre isso e uma compra pode parecer insignificante, mas é do tamanho do mundo. Essa sutil inovação espanhola está se revelando uma saída revolucionária para o impasse global que impede o planeta de escapar do ciclo vicioso da guerra contra as drogas.

A inovação espanhola não é só semântica. Ela se baseia em dois princípios jurídicos sólidos e pouco controversos no país:

1) O direito à privacidade, que é garantido por lei em qualquer país democrático, mas que na Espanha é levado a sério. Quando a ditadura do general Francisco Franco acabou, em 1975, houve grande reação do país todo contra o autoritarismo e a invasão do Estado na vida privada. Nessa época foi instalando-se um clima no qual a ideia de que um oficial do governo tenha permissão de chutar sua porta e invadir sua casa é inaceitável. Por causa disso, há muito tempo o uso privado de drogas não pode ser punido criminalmente (o consumo público é razão para apreensão e multas, geralmente de algumas centenas de euros). A Espanha tolera que cada pessoa cultive três plantas de canábis em casa, para uso pessoal.

2) O direito à compaixão, fundado no catolicismo que permeia a cultura espanhola. Desde os anos 1980, os juízes espanhóis têm decidido que uma pessoa não pode ser punida por ajudar outra. Por exemplo, a mulher que leva droga para o filho na cadeia não é traficante, como no Brasil: é uma mãe, que,

independentemente de estar agindo certo ou errado, age por compaixão. Com base no mesmo princípio, a justiça espanhola tem considerado que um sujeito que, só para ser legal, sem lucro nenhum, junta o dinheiro dos amigos e compra maconha para o grupo todo não é traficante. Esteja ele fazendo bem ou mal aos amigos, está claro que sua motivação não é tirar vantagem. Portanto, ele é apenas um usuário.

Com base nesses dois princípios, hoje há na Espanha dezenas de associações de cultivo chamadas *cannabis social clubs*, que plantam canábis coletivamente, para uso privado, proibindo a venda. Todas elas exigem que seus membros sejam “consumidores habituais de canábis”, porque seu objetivo não é difundir o uso. Só o que querem é criar um canal alternativo de fornecimento para quem já usa mesmo, tirando os lucros das mãos dos traficantes sem que nenhum novo usuário tenha contato com a droga.

Num dia de calor sufocante nas vésperas do verão madrileno, saí de bicicleta para encontrar Martín Barriuso, de Bilbao, o presidente da Federação das Associações Canábicas (FAC), pioneiro do movimento que já viu muita coisa na vida – até polícia pedindo desculpas e devolvendo maconha apreendida. Sentamos numa varanda, pedimos um par de *cañas* – o chope espanhol, servido geladíssimo num copo pequeno, de 200 mililitros –, e ele me contou como tudo começou.

Nos anos 1990, Martín era um escritor e ativista que estudava modos de tratar dependência de drogas e defendia a legalização. “Naquela época nos cansamos dos velhos debates teóricos sobre legalização e decidimos que era hora de partir para a prática”, disse, em espanhol, enquanto eu perguntava em português, que Martín entende perfeitamente porque é casado com uma brasileira.

A história começou em Barcelona, em 1993, com um grupo chamado Arsec (Associação Ramón Santos de Estudos sobre a Canábis). Eles escreveram uma carta para o promotor público antidrogas da cidade, perguntando se seria ilegal fazer o cultivo coletivo de canábis sem fins lucrativos. A resposta do promotor foi vaga, mas encorajadora. Ele disse que “a princípio isso não é um comportamento criminal”, mas que só poderia responder objetivamente diante de um caso concreto. A Arsec então resolveu providenciar o caso concreto. Chamou os repórteres de TV e de jornal, avisou as autoridades e plantou canábis para cem pessoas, que repartiram o custo. A plantação foi apreendida, e os quatro diretores da Arsec, presos, julgados e condenados (mas não cumpriram pena, porque eram réus primários). O experimento fracassou,

porém a semente foi, literalmente, lançada.

Foi aí que Martín entrou na história. Em 1997, ele participou da criação da Associação Kalamudia, em Bilbao, que reuniu duzentas pessoas e, com base no direito consolidado de ter três plantas para uso pessoal, plantou seiscentos pés de cânabis. Kalamudia quer dizer “cânhamo” em basco, a língua falada no País Basco. O País Basco é um país dentro do país, com língua própria, orgulhoso de suas tradições e historicamente rebelde à autoridade central de Madri. É também um lugar com uma lógica econômica bem diferente do resto da Espanha. Enquanto a Espanha é dividida em grandes propriedades rurais, presenteadas há séculos pelo rei à nobreza, o país dos bascos é repartido mais igualitariamente, com imenso número de pequenas propriedades. É uma cultura que valoriza a autonomia e também a capacidade de produzir para suprir as próprias necessidades. Por tudo isso, a Kalamudia teve amplo apoio social quando anunciou publicamente seu plantio. Membros do parlamento regional declararam-se favoráveis ao experimento, assim como políticos locais de vários partidos, de esquerda e direita, artistas, médicos, sindicalistas. “O promotor levou o caso à justiça e pediu a apreensão, mas o juiz determinou que a polícia não poderia apreender a safra. Fizemos a colheita e a distribuição sem maiores obstáculos legais”, contou Martín.

A mesma coisa aconteceu em 1999. Em 2000, porém, ladrões invadiram a propriedade e roubaram a maconha da Kalamudia. A sensação de legitimidade da associação era tão grande que os sócios resolveram chamar a polícia para denunciar o furto, que foi investigado normalmente. Depois disso, eles decidiram que, por motivos de segurança, não chamariam mais a mídia no momento da plantação e que os cultivos seriam em lugares secretos e discretos.

Em 2003, Martín deixou a Kalamudia e fundou outra associação em Bilbao, a Pannagh. Em 2005, a polícia local estava investigando uma organização criminosa de tráfico e esbarrou acidentalmente em uma plantação, bem no momento da colheita – era o cultivo da Pannagh. Por hábito profissional, os policiais foram logo dando ordem de prisão aos quatro sujeitos que estavam colhendo flores. Martín era um deles. “Fomos algemados, jogados no banco de trás, tratados como delinquentes e levados para a delegacia. A maconha foi toda apreendida.”

Na delegacia, a detenção foi recebida com surpresa. “Um policial amigo meu me viu lá e perguntou: ‘*Hombre*, você? Preso?’”

Martín tem muitos amigos na polícia porque dá aulas de basco e vários policiais são seus alunos. Além disso, a associação possui sócios policiais.

“Houve polêmica na delegacia. Fomos defendidos por policiais que diziam que todo mundo sabia do cultivo e que não havia nada ilegal.”

Os quatro ficaram três dias na cadeia, e hoje Martín acha que foi um ótimo negócio. “Na hora ficamos alarmados, achamos que era um retrocesso dos direitos que tínhamos conquistado, mas hoje temos certeza de que a prisão foi boa para estimular o debate e para revelar o absurdo da situação.”

Cinco meses depois, em março de 2006, um juiz do País Basco decidiu que a Pannagh não tinha cometido crime nenhum e que o direito de cultivar canábis para uso pessoal estava estabelecido pela jurisprudência. A associação não se deu por satisfeita com a vitória jurídica: queria as flores de volta.

Acabou conseguindo, um ano e meio depois da detenção. “O fumo estava velho e seco e dava para ver claramente que as melhores flores tinham sido consumidas enquanto estavam sob a guarda da polícia. Mas recebemos de volta 17,4 quilos de canábis. Pelo que sei, foi a primeira vez que algo assim aconteceu no mundo.”

Nos rastros da polêmica que essa história gerou, dezenas de associações foram fundadas no país inteiro. Em 2011, a FAC (Federação de Associações Canábicas) tinha 29 clubes associados e onze estavam em processo de filiação. Os clubes estão espalhados por todo o mapa da Espanha, das Ilhas Canárias, na costa africana, às Baleares, no Mediterrâneo, dos pequenos vilarejos à capital do país.

Há uma concentração especialmente grande deles na Catalunha e no País Basco, as duas regiões autônomas de história mais rebelde do país, ambas potências agrícolas e orgulhosas de sua falta de alinhamento com Madri. Nesses lugares, mesmo os políticos apoiam a causa, porque isso os ajuda a firmar a imagem de independência, que pega tão bem por lá.

Quase todas essas associações andam às turras com a justiça. O clube Ave Maria, da Galícia, por exemplo, teve seu cultivo apreendido em 2010, reclamou na justiça e a juíza deu-lhe razão, sem no entanto devolver-lhe o fumo. A associação fez outro plantio, também apreendido. A polícia ainda apareceu uma terceira vez, para assegurar-se de que nenhuma planta continuava crescendo. O Ave Maria ficou sem colheita em 2010, mas estava tomando providências legais e sentia-se no direito de processar a polícia. “O baile está apenas começando”, avisou em seu site.

A maioria dos clubes se autodenomina “associação de estudos da canábis”. Além de cultivar, eles se consideram um fórum de pesquisa e difusão de informação. O Acció Cannàbica, da Catalunha, por exemplo, organiza oficinas de extração de haxixe e ensina técnica de cultivo para aumentar a independência dos associados. Martín acha que um dos papéis dessas organizações é difundir práticas de consumo responsável. O Ganjazz, outro clube do País Basco, se propõe “melhorar a qualidade do consumo dos sócios”, o que inclui compreender os riscos da canábis de maneira a aumentar a segurança dos usuários. Várias associações avisam sobre os perigos do consumo excessivo.

Todas elas impõem uma proibição rígida à revenda, que é motivo de expulsão (os associados podem, no entanto, compartilhar a maconha com seus amigos). Em geral, elas cobram uma anuidade de quinze a trinta euros e depois por grama consumida, até um limite de dois ou três gramas por dia. Os preços não são muito diferentes daqueles praticados pelos traficantes de rua, entre quatro e dez euros por grama, dependendo da região (traficantes obviamente não cobram anuidade). Portanto, as duas únicas motivações para se associar são declarar independência do tráfico e ter algum controle sobre a qualidade. Nenhuma das associações tem mais que poucas centenas de membros e algumas impõem limites rígidos ao número de sócios aceitos.

O dinheiro arrecadado costuma servir para alugar uma sede social na cidade e uma terra no campo para o plantio, assim como para remunerar um jardineiro e talvez um ou outro funcionário. Normalmente os sócios precisam ir à sede uma vez por semana para retirar sua cota e fazer suas colaborações financeiras. As sedes acabam também sendo uma área de convívio social. Elas não são lugares de acesso público: só é permitida a entrada dos sócios e, em alguns casos, convidados deles mediante o pagamento de uma taxa – os convidados não têm direito de retirar maconha.

Martín contou que a Pannagh produz o melhor haxixe do qual ele já teve conhecimento. “Desenvolvemos uma técnica de extração com foco na qualidade, não no lucro. É muito melhor que qualquer coisa produzida no Marrocos.”

Perguntei a ele se eu poderia visitar seus cultivos no País Basco. “De jeito nenhum. Ninguém pode. Não queremos nenhum movimento lá.”

O cultivo é feito em dezessete lugares secretos. Cada planta vale de 1.000 a 1.200 euros, o suficiente para que o roubo de maconha seja um grande negócio no País Basco. Há gangues que saem pelos campos com GPS no outono, época da florescência, nariz ao alto para sentir o cheiro característico.

Martín, que começou como ativista a favor da legalização, hoje é francamente contra ela. “Esse modelo que desenvolvemos com a ajuda do acaso é muito mais interessante. O que nós conseguimos foi o ciclo fechado.”

É justamente o que faltou na Holanda: um sistema que preveja do cultivo ao consumo, sem brechas para intermediários ganharem dinheiro de maneira ilegal. Não é surpresa que a cidade holandesa de Utrecht esteja se inspirando na experiência espanhola para criar uma cooperativa local que forneça mercadoria a seus *coffee shops*.

Martín acha que, se a legalização vier, inevitavelmente o mercado será dominado por empresas que só estão pensando em lucro e não terão os mesmos cuidados que os clubes em evitar a disseminação do uso e incentivar o consumo responsável. “Se a única alternativa à máfia é o capitalismo selvagem, eu pessoalmente prefiro que continue como é hoje.”

Para Martín, o sistema ideal é basicamente o que ele já tem no País Basco, acrescido de alguma segurança jurídica. “Precisa haver regras claras, para que as associações não fiquem permanentemente arriscadas a perder seus cultivos e para que nós não estejamos sempre ameaçados de ir para a cadeia. Estamos caminhando para isso.”⁴²

O número de espanhóis filiados aos clubes é de alguns milhares, não mais que 10 mil, enquanto o de usuários de maconha no país é de alguns milhões. Hoje, claramente, as cooperativas não fazem nem cócegas no tráfico ilegal. No entanto, todos os anos novas associações surgem, em todas as regiões do país.

Enquanto meu clube, o Cannaterapia, não inaugura sua sede, o único em atividade na região de Madri é o Private Cannabis Club, localizado no polo industrial de Paracullos de Jarama, um vilarejo ao lado do aeroporto da capital. O Private é uma casa grande, mas discreta, situada no meio de várias pequenas fábricas, identificada apenas por uma pequena placa de acrílico, que diz: “Local privado. Apenas para sócios. Para mais informações visite www.privatecannabisclub.com”.

Fui para lá de carona com uma garota que conheci em Madri, Sara Casado, que estava mesmo interessada em conhecer o Private, já que não é sócia. Sara tinha um amigo sócio, Ramón, que veio nos encontrar no portão, para permitir nossa entrada. Ele usava camisa com estampa de folhas e flores de canábis, boné com o desenho da folha de maconha e tênis pintados com as folhinhas

famosas. Comentei a coincidência das estampas e ele, em resposta, puxou a cueca para fora da calça jeans e me mostrou que havia uma folhinha impressa lá também. Ramón trabalha vendendo produtos de cânhamo, desde essas roupas que ele estava usando até azeites e barras de cereal feitos de sementes de cânabis, nutritivos, mas sem nenhum efeito psicoativo.

Não sócios podem entrar no Private por uma taxa de cinco euros, desde que estejam acompanhados de um sócio e assinem um documento atestando que já são “usuários lúdicos” de maconha, e, portanto, o clube não está estimulando o uso entre não usuários.

Logo à entrada, há um bar, parecido com qualquer outro da Espanha: as prateleiras cheias de garrafas com líquidos cor de malte e de vinho, as torneiras de cerveja junto ao balcão, uma pata de porco defumada pendurada ao fundo. Pedi uma *caña*, e Ramón disse que queria ver “a caixa”.

O barman então trouxe uma grande caixa de madeira, dessas equipadas com um detector de umidade, feitas para guardar charutos. Quando ele abriu, o cheiro doce da erva tomou o bar inteiro. Ramón escolheu o que queria e pagou – sua contribuição para financiar as atividades do clube.

Além do bar, o Private tem uma grande sala de estar, com seis sofás, e uma de jogos, com mesas de pebolim. Ao fundo, um restaurante, que me garantiram ser ótimo. Sócios pagam trinta euros para se filiar e depois mensalidades de dez euros, mais que a média dos clubes espanhóis. As mensalidades lhes dão direito de usufruir essa infraestrutura quando quiserem.

“Nossas contas são totalmente abertas e, quando sobra algum dinheiro, investimos no espaço. Por exemplo, acabamos de comprar um PlayStation para os sócios.” Quem me explicou isso foi Alicia Mendez, uma das duas pessoas que ganham salário para trabalhar na sede. Ela é uma jovem fatal de 25 anos, cabelos vermelhos, decote generoso, maquiagem negra acima dos olhos, saltos altos e uma grande tatuagem no braço com o desenho de Santa Bárbara empunhando uma espada ensanguentada.

Sentamos os quatro – Sara, Ramón, Alicia e eu – nos sofás e ficamos conversando.

Ramón contou que ele tem o intestino inflamado. Quando piora, sua barriga fica inchada, ele sente muita dor e uma indisposição invencível. “Cânabis faz desinchar imediatamente e me permite funcionar, ter uma vida normal. Eu preciso fumar o tempo todo.” Usuários médicos também são aceitos nos clubes, não apenas os “lúdicos”. Muitas associações dão preços especiais para

quem tem necessidades medicinais por consumos muito altos, como é o caso de Ramón.

Alicia disse que a polícia apreendeu o cultivo deles em setembro de 2010, e por isso a produção está em baixa – a colheita de 2011 aconteceria só no final do ano. “Estamos brigando na justiça. O que queremos é que chegue ao Supremo, porque aí vira um precedente nacional que todos os juízes têm de seguir. Mas eles não querem que vá tão alto. Preferem nos dar ganho de causa em instâncias mais baixas.”

Ela me explicou que cada sócio, quando entra no clube, deve fornecer uma previsão de consumo. É permitido o limite de cinquenta gramas por mês sem maiores explicações. “Mais que isso o sócio tem de apresentar uma justificativa, para nos certificarmos de que ele não está revendendo. Pode ser uma justificativa médica ou simplesmente dizer que consome muito porque desenvolveu tolerância. Nosso papel não é julgar se a pessoa está agindo certo ou errado: apenas não queremos o comércio ilegal.”

Sara contou que os espanhóis em geral não gostam muito da lógica do sistema californiano. “Tudo nos Estados Unidos é medicalizado. Aqui na Espanha gostamos de nos divertir. Acreditamos que temos direito de usar as coisas de maneira recreativa. Diversão não é errado.”

Diversão é mesmo coisa séria na Espanha. Quando o sol se põe em Madri, e o céu fica apinhado de andorinhas doidas dando rasantes famintos sobre os insetos, as esquinas e as praças da cidade enchem-se de mesas e cadeiras, à espera da noite. E a noite é selvagem. Depois que as andorinhas se recolhem, são as pessoas que saem, com a mesma fúria gulosa. Não importa o dia da semana, há sempre uma multidão nas ruas, peregrinando entre um bar e outro até o sol expulsar todo mundo para casa.

As mulheres, lindas, magras e com mais pele exposta do que coberta, se equilibram precariamente sobre saltos altos. Os homens, ardentes e românticos, declaram amor eterno. Numa noite morna, Joana e eu vimos um sujeito cair de joelhos em frente a uma recém-descoberta musa, numa rua estreita do bairro medieval de La Latina.

Lá perto, caminhávamos por uma ruela e a luz quente de um bar nos atraiu para dentro. Havia ali um balcão onde se derramavam histórias e, no canto oposto, uma escada discreta para o andar de baixo. Descemos e paramos num lugar cavernoso, de paredes de pedra e luz baixa. Logo fomos tomados pelo som áspero de unhas riscando as cordas de um violão. Era um jovem de 20 e

tantos anos, e ao lado dele um velho de pelo menos 70 contorcia a voz num grito torturado. Estávamos numa apresentação de flamenco.

Sentamos a uma das mesas de madeira antiga, à meia-luz. Entre as mesas, uma pista de dança apertada estava inteiramente tomada por duas mulheres de expressão concentrada que retorciam os braços erguidos como cobras encantadas. Não havia propriamente uma separação entre público, músicos e dançarinos. Todo mundo cantava, gritava, batia palmas e, quando um par de dançarinos se sentava, ao fim de uma música, outro se levantava. Certa hora, ao final de uma música, uma mulher magra e maquiada abriu seu leque com estrondo, deixou a cabeça cair para trás e soltou uma gargalhada teatral.

À frente de cada pessoa havia um copo. Poucos eram de *diet coke* com gelo; a maioria continha vinho ou um dos coquetéis baratos de vinho que os espanhóis adoram – sangria ou *tinto verano*, que é vinho tinto gelado com refrigerante e limão.

Um casal levantou-se e começou a dançar, como se a vida dependesse disso. Ele tinha a testa calva, cabelos negros e compridos e rugas de uma vida inteira. Ela era jovem e miúda; não era linda, mas o vestido justo e curto, pouco mais que uma tira de pano enrolado no corpo, favorecia cada atributo seu. Ele estufava o peito de braços erguidos; ela exibia as axilas e virava os olhos. Os dois giravam, tentando não desgrudar os olhos um do outro, o público gritava e batia palmas, e uma mulher cantava: “Malditas sejam as promessas que te fazem tocar o céu”.

Naquela sala havia drama, e paixão, e tragédia, e loucura, e morte. O que estava acontecendo ali era um ritual, e o tempo deixou de existir. Com exceção de alguns poucos detalhes (como a *diet coke*), aquela cena poderia estar se passando na Espanha de Franco, ou na Andaluzia moura, ou no Império Romano, ou em alguma caverna neandertal. E, naquele ritual, o álcool tinha papel central, lubrificando as relações, aproximando as gerações, criando um senso de harmonia, de abertura, no qual até nós, visitantes brasileiros, nos sentimos acolhidos.

Pela ideologia dominante do século XX, o que aconteceu lá poderia ser definido como “uso recreativo de álcool”. Mas resumir aquele evento a mera recreação me parece limitado. Muito mais estava em jogo. Aquelas pessoas cantavam e dançavam como seus ancestrais, reforçavam laços da comunidade, reverenciavam tradições, ritualizavam a vida. De certa maneira, o papel do álcool ali era religioso. O que se dava ali era a conexão com o divino, com o transcendente, com o sentido da vida.

Espanhóis são grandes consumidores de substâncias psicoativas. Seu índice de consumo de álcool está entre os maiores do mundo, assim como o de maconha e o de cocaína. No entanto, o país está longe de ser aquele que mais sofre por causa dessas substâncias. A taxa de uso problemático de drogas ilícitas é relativamente baixa. O número de mortes causadas pelo álcool é muito menor que o de países em que se bebe muito menos. Espanhóis consomem dez litros de bebidas alcoólicas por ano, em média. Para comparar: americanos bebem oito; brasileiros e suecos, seis. Mas o índice de doenças associadas ao álcool entre homens é de 5,5% nos Estados Unidos, 7,3% no Brasil e 6,3% na Suécia; na Espanha, é de 1%. No Brasil, de cada 100 mil habitantes, 24 pessoas morrem de cirrose, e 40, de acidentes de trânsito causados por álcool. Na Espanha, é metade disso.⁴³

Espanhóis são intensos e adoram os prazeres da vida. Eles bebem e comem o dia todo. Acontece que tanto as bebidas como as comidas são servidas em porções pequenas. Os *tapas* espanhóis são explosões de sabor, mas não muito maiores que o tamanho de uma mordida. Esse jeito de comer resulta em índices muito baixos de doenças cardíacas e de obesidade, que são problemas crônicos e crescentes nos Estados Unidos, terra de desejos sob rígido controle e de porções gigantescas.

Muito das vantagens espanholas nessas comparações tem a ver com hábitos saudáveis cultivados culturalmente, como o de beber vinho e o de usar azeite de oliva, ambos com comprovadas propriedades protetoras. Assim, não é inteiramente absurdo dizer que o uso que os espanhóis fazem do álcool também é medicinal. Na ideologia protestante americana que se tornou dominante no mundo no século XX, álcool é sempre ruim e a única relação saudável com ele é a abstinência. Entretanto, hoje a ciência sabe que, embora o álcool seja muito perigoso, o consumo moderado e regular de uma taça de vinho por dia é muito mais saudável que não tomar vinho nenhum. Nesse caso, claramente, moderação é melhor para a saúde do que abstinência. Tudo indica que é assim também em vários outros aspectos da vida. Espanhóis não negam os desejos, eles lidam com eles. Não negam os prazeres da vida nem seus dramas, mas cultivam a moderação, a temperança. Eles exageram também, porém, mesmo no exagero, são moderados – exageram só de vez em quando e no dia seguinte dormem bastante.

De certa maneira, é isso que as associações canábicas propõem para as relações entre o homem e a canábis: um convívio tranquilo, regulado pelo contexto social, que desestimule o exagero, que gere uma comunidade de pessoas cuidando umas das outras e que encontre formas saudáveis de uso que não resultem em problemas.

Madri é intensa, mais ainda no verão. No de 2011, então, a energia da cidade parecia palpável, concreta. A Espanha estava mergulhada numa das maiores crises econômicas de sua história, com o desemprego nas alturas. Os madrilenos, fiéis a seu estilo, decidiram que enfrentariam a crise enlouquecendo, divertindo-se hoje porque poderia não haver amanhã.

Em 15 de maio, o movimento dos “indignados”, convocado por jovens pelas redes sociais, tomou a praça central da capital, a Puerta del Sol, e estabeleceu um acampamento ali, que remetia às cenas de San Francisco no verão de 1967. Quando cheguei à cidade, um mês depois, o acampamento continuava armado, cheio de jovens promovendo seções de meditação, tocando canções de protesto no violão e planejando a rebelião para instituir um novo modelo de sociedade. A praça também estava repleta de senhores mais velhos, que iam para lá respirar os ares de idealismo revolucionário e andavam pelo acampamento com um olhar nostálgico das próprias revoltas, nos tempos de Franco.

Quando eu perguntava às pessoas contra o que eram os protestos, as respostas eram múltiplas – cada uma protestava contra algo diferente: contra a política, a economia, a corrupção, os privilégios dos políticos, o euro, a União Europeia, o capitalismo, o autoritarismo, as limitações da democracia, os Estados Unidos. O fato é que os políticos estavam acuados e havia no ar uma eletricidade, uma sensação de que qualquer ideia é possível e de que o mundo não será mais como antes. Em tempos assim, parece possível que as coisas mudem.

Arantza Vidal, uma física ruiva intensa e falante, presidente da Amec (Associação Madrileña de Estudos sobre a Canábis), era uma das pessoas que estavam contaminadas por esse clima. Fui encontrá-la às oito da tarde (no verão espanhol só anoitece depois das dez) em seu trabalho, o acelerador de partículas da Universidade Autônoma de Madri.

Um acelerador de partículas é uma máquina monstruosamente grande que mobiliza imensa quantidade de energia para impulsionar moléculas, átomos ou partículas atômicas a grande velocidade, provocando minúsculas colisões que podem revelar segredos sobre as intimidades misteriosas da estrutura física do mundo. O acelerador da Autônoma é um cilindro de metal de algo como dez metros de extensão por uns três de altura, ou seja, é bem pequeno se comparado com os grandes de verdade, como o Cern, na Suíça, que tem 26

quilômetros.

Perguntei a ela se maconha combina com o trabalho no acelerador. “Não, nunca. Eu controlo 5 milhões de volts. Quando algo sai errado, ocorre um relâmpago de verdade dentro dele. Trabalhamos com material radioativo. Eu jamais fumo antes de vir trabalhar, aqui eu preciso de atenção total e de espírito metódico. Canábis para mim serve para outras coisas: para depois que eu saio do trabalho, para me conectar a aspectos da vida que não têm nada a ver com trabalho.”

Arantza opera o acelerador. É ela que coloca em funcionamento os dois gigantescos eletroímãs que produzem um campo magnético que atira átomos a velocidades astronômicas através do cilindro. Do outro lado, detectores apanham esses átomos e descobrem coisas sobre eles. “Aqui em Madri usamos o acelerador para pesquisas históricas – como na análise da origem de partículas de ouro que vieram das colônias espanholas – ou para pesquisas de arte – por exemplo, para entender a composição da tinta de uma pintura do Prado. Também há arqueólogos que trazem antiguidades de lugares como o México. E fazemos muita pesquisa prática, para desenvolver novos materiais para a indústria.”

Arantza acha importante falar da complexidade de seu trabalho e da normalidade de sua vida. Recentemente uma reportagem sobre ela no jornal chamou a atenção de seus colegas cientistas, que não costumam falar em público sobre suas drogas de preferência. “Parte de nosso trabalho é ajudar a ‘normalizar’ a canábis: mostrar quanta gente comum, produtiva usa maconha sem que isso tenha qualquer efeito nocivo em sua vida.”

Arantza foi vice-presidente da FAC, porém discorda da posição de Martín contra a legalização da maconha. Ela acha que é utópico pensar que o sistema das cooperativas possa suprir toda a demanda por canábis. “Talvez faça sentido em Bilbao, que é uma cidade pequena cercada de zona rural, mas acho difícil que seja possível atender a toda a demanda de Madri, por exemplo, com esse sistema.”

Ela acha o modelo das cooperativas “lindo”, mas apenas um passo da luta pelo fim da proibição e pela regulamentação do mercado.

Aquele dia era o aniversário de 39 anos de Arantza. Depois que saímos da universidade, pegamos juntos o trem para o bairro boêmio de Lavapiés, no centro de Madri, e fomos brindar a ela com champanhe na sede da Amec. Lá encontramos uma amiga de Arantza, brasileira. Quando falei de minha pesquisa, ela disse que achava que o Brasil não estava pronto para a

legalização. Arantza ficou furiosa. “São países como o Brasil, como o México, que mais precisam da legalização. São eles os que pagam o preço mais alto da proibição. É lá que essa luta é mais importante.”

Numa tarde escaldante, sentei a uma mesa na calçada, em Lavapiés, com Raúl del Pino e Belén Gonzales, ele redator-chefe, ela coordenadora-geral da *Cannabis Magazine*, e nos refrescamos com *cañas*, enquanto a maternal proprietária do bar nos alimentava de azeitonas e salgadinhos.

Raúl é um sujeito calado, alto e de cabeça raspada, não é gordo, mas pesado. Belén é uma moça magra, bonita e agitada, como aliás há tantas na Espanha; sentada com as pernas cruzadas, fumava um cigarro numa piteira elegante. Eles me contaram do trabalho na revista e também nas feiras de canábis que eles organizam. Tanto a revista como as feiras vivem da verba publicitária de fabricantes de lâmpadas e equipamento de cultivo, de fertilizantes ou de outros produtos para agricultura, produtores de sementes e *grow shops* (lojas que vendem essas coisas todas). A tiragem mensal da *Cannabis Magazine* é de 20 mil exemplares.

Belén me ofereceu a piteira: “Quer?”.

Diante de meu espanto com a oferta, ela explicou, em voz baixa, mas não muito: “É haxixe”.

Belén fuma tabaco com haxixe, como muitos espanhóis. O cheiro do tabaco mascara o da maconha, e por isso esse hábito permite o consumo público. Notei que sua agitação tinha diminuído um pouco. “Combina com meu temperamento. Ajuda a focar minha energia, sou muito agitada. Mas não me empurra para baixo, porque o tabaco é estimulante.”

Esse é o maior problema de saúde ligado à maconha no país. Muitos dos fumadores de haxixe acabam ficando dependentes de tabaco, e por isso os índices de uso de tabaco não estão caindo na Espanha na mesma velocidade que na maioria dos países ocidentais.

“Já eu só fumo maconha”, disse Raúl.

Ele também costumava fumar haxixe com tabaco, mas mudou recentemente, e tudo melhorou em sua vida. “Minha saúde melhorou. Tenho menos sono, durmo melhor, minha performance sexual melhorou” – na Espanha, performance sexual é assunto aceitável à mesa.

Cada um usa sua maconha de seu jeito.

“Sim”, concordou Belén, “é como café.”

Em Madri, ficamos hospedados num apartamento que alugamos pela internet, no coração da cidade antiga, em La Latina. Era um lugar pequenininho, mas lindo, no último andar de um prédio baixo sem elevador, cercado de janelas que se abriam para as torres das igrejas no horizonte e para os rasantes das andorinhas. Uma das várias vantagens de alugar um apartamento em vez de ficar num hotel era que ele já vinha com biblioteca. Aliás, uma belíssima biblioteca.

Em nossa última noite na cidade, exploramos os livros nas prateleiras. Acabamos deparando com uma coletânea de poesia do espanhol Federico García Lorca. Num poema, ele diz que há almas que têm luzes azuis e manhãs amassadas, enquanto outras têm fantasmas doentes de paixões. Almas são mesmo diferentes umas das outras. Quem pode acreditar que é possível criar leis para obrigar todas elas a se comportar do mesmo jeito?

Acordamos de madrugada para deixar a cidade. Quando chegamos à rua, eram cinco da manhã e a noite ainda pulsava. Um bêbado passou, fazendo amizade, a caminho de casa.

Antes de deixarmos a Espanha, paramos em Sevilha por um só dia. Por coincidência, era dia de tourada e compramos ingresso na linda Plaza de Toros. Por meia hora, ao som de uma banda cuja música sublinhava o drama daquilo tudo, vários toureiros irritaram o touro e o espetaram até ele começar a respirar pesado, com o sangue escorrendo pelo flanco. Só aí o “matador”, o astro da noite, entrou em cena, com a capa vermelha e o peito estufado de orgulho.

A tourada é uma dança entre um homem e um touro. Um bom toureiro é o que consegue escapar das investidas furiosas apenas com um minúsculo passo, sem correr, sem bufar, sem temer. A tourada é uma dança entre um jovem e a morte.

Quando a espada do toureiro penetrou fundo nas entranhas do touro, e o animal imponente caiu de joelhos, agonizante, e um assistente se aproximou com um punhal para executá-lo com um golpe vigoroso na nuca, e depois ele puxou o punhal fazendo o corpo do touro estremecer por reflexo, e três cavalos rebocaram o cadáver para fora de lá deixando um rastro de sangue na areia, e o povo homenageou o matador jogando lenços brancos na arena, estávamos chocados. Atrás de mim, uma turista loira chorava.

Ainda assim, algo em mim entendia a grandeza do que tinha acontecido lá.

Jovens gostam de dançar com a morte. Quem pode proibir por decreto o impulso humano de correr riscos? Quem pode achar que é capaz de expulsar o drama da vida? Só mesmo os americanos, com seu otimismo infinito.

[42](#). Em novembro de 2011, Martín voltou a ser preso, juntamente com outros dois membros da associação. Os três foram soltos dias depois.

[43](#). Os dados são *Global Status Report on Alcohol and Health*, da Organização Mundial da Saúde. Disponível em: <http://www.who.int/substance_abuse/publications/global_alcohol_report>. Acesso em: set. 2011.

Caso 4

A piada inteligente de Portugal

NO BAIRRO DE SÃO JOÃO DE BRITO, em Lisboa, a Avenida da Igreja cruza com a Avenida de Roma. No meio do cruzamento, há uma pracinha que serve de rotatória, habitada por uma estátua de Santo António, que, em 20 de junho, quando a visitei, estava toda coberta de flores, já que tinha se passado só uma semana do dia do santo padroeiro de Portugal. O Instituto da Droga e da Toxicodependência (IDT) fica bem ali, em São João, no cruzamento da Igreja com Roma, em frente à estátua do santo.

Que Portugal é um país extremamente católico e conservador, mais até que o Brasil, fica óbvio de cara, pelos nomes das avenidas e pelas estátuas nos cruzamentos. Ainda assim, o país conseguiu criar, há dez anos, um dos mais modernos e pragmáticos sistemas do mundo para lidar com as drogas. O IDT, em frente a Santo António, hoje é local de peregrinação para formuladores de políticas públicas de todas as partes, incluindo países com longa tradição de pragmatismo e inovação.

“Recebo nesta mesa ministros da Saúde do mundo todo que vêm aprender como fizemos. Outro dia veio o da Noruega”, diz João Goulão, presidente do IDT, o “czar das drogas” de Portugal.

Segundo o especialista em políticas públicas Glenn Greenwald, num relatório que ele produziu para o Instituto Cato,⁴⁴ um *think tank* americano mais próximo dos republicanos que dos democratas, o caso português é uma lição para o mundo de como criar políticas de drogas justas e eficazes: “Os dados mostram que, julgando por virtualmente qualquer métrica, a descriminalização portuguesa foi um sucesso fragoroso”. Outra pesquisa, conduzida por uma especialista australiana e um inglês,⁴⁵ chegou a conclusões parecidas: “A evidência portuguesa sugere que combinar a remoção de punições criminais com o uso de respostas terapêuticas para dependentes de drogas traz várias vantagens”.

Nos últimos dez anos, desde que o novo modelo foi implantado, o consumo de drogas entre menores de idade caiu, o número de contaminações de aids e hepatite C despencou, o de usuários de drogas problemáticos diminuiu, o de dependentes de droga em tratamento cresceu, o índice de sucesso do tratamento aumentou, as cadeias e os tribunais estão mais vazios e conseguindo fazer seu trabalho com mais eficiência, a polícia está tendo mais sucesso no combate ao tráfico internacional, e a sociedade está economizando uma fortuna.

E o que Portugal fez de tão inovador? Olhando assim, num primeiro

relance, nada. “Não inventamos nada de novo”, diz Goulão. Cada uma das iniciativas da política portuguesa já havia sido tentada antes, com sucesso, em algum lugar.

A decisão de descriminalizar o uso de drogas é algo que praticamente todos os países desenvolvidos já fizeram, se não na lei pelo menos na prática, diante da constatação de que prender usuários só serve para lotar cadeias. As políticas de redução de danos que Portugal implantou – tratamento de dependentes de heroína com metadona, controle de qualidade de drogas em clubes noturnos, distribuição de seringas, acompanhamento psicológico de dependentes – já tinham todas sido testadas em algum outro lugar. O foco na prevenção é algo que todo mundo enfatiza. Por não querer desrespeitar a convenção da ONU de 1961, Portugal não criou nenhum canal legal de distribuição de drogas, como os três países descritos anteriormente. Nenhuma droga foi legalizada, a polícia continua detendo usuários e o tráfico ainda é duramente reprimido. “A única novidade é que conseguimos implantar um sistema coerente, com cabeça, corpo e membros, inteiramente pensado por especialistas, tendo como único critério fazer coisas que funcionam, sob o comando do ministério da Saúde”, explica Goulão.

No resto do mundo, políticas de drogas são colchas de retalhos, que misturam ideias racionais testadas com enxertos moralistas que só servem para os políticos agradarem a eleitores e posarem de durão.

Nada mudou, mas tudo mudou.

A história da convivência de Portugal com as drogas ilegais começou mais tarde que a dos outros países descritos neste livro. Durante a infundável ditadura portuguesa, que durou 48 anos, de 1926 a 1974, o país esteve fechado para o mundo. Portugueses raramente conseguiam passaporte para viajar ao exterior, e Portugal não era destino turístico. Portanto, o *flower power* de 1967 mal chegou lá. As experiências com drogas eram raras e circunscritas a algumas elites.

Isso mudou de repente em 1974, com o fim da ditadura. Não apenas as fronteiras se abriram, como o novo governo decidiu dissolver o Império Português, libertando as colônias africanas e encerrando a guerra colonial na qual as tropas portuguesas tentavam conter os movimentos de independência de Guiné-Bissau, Moçambique e Angola. “Milhares de soldados voltaram da África para Portugal, trazendo com eles toneladas de maconha”, diz Goulão.

Eram tempos libertários e o país entrou numa explosão de experimentação

com canábis. “Mas nossa população era ingênua com drogas. Por causa do desconhecimento, ela não sabia se proteger dos riscos.”

Logo em seguida, a heroína chegou rasgando, e muitos portugueses, que tinham gostado da maconha, mergulharam de cabeça na novidade. Foi devastador.

Portugal continuou sendo – e é até hoje – um dos países europeus com menor número de usuários de drogas. No entanto, era, ao mesmo tempo, um dos que tinham o maior número de usuários problemáticos – aqueles que são dependentes, que correm riscos injetando drogas, que recorrem ao crime para financiar seu hábito, que sofrem com danos sérios à saúde, que são menores de idade. O país então resolveu enfrentar os problemas com a receita tradicional: declarou guerra. Colocou o sistema de justiça para lidar com o assunto. O resultado foi o mesmo que no resto do mundo: os problemas aumentaram.

“A situação parecia cada vez mais descontrolada e os custos ficavam mais altos cada ano”, conta Goulão. “A imprensa mostrava as cenas terríveis de Casal Ventoso, bairro de Lisboa que tinha virado o maior supermercado de drogas a céu aberto da Europa. Em 1997, as drogas eram percebidas pela população, segundo as pesquisas, como o maior problema de Portugal, tanto de saúde como de segurança pública.”

A população estava assustada e exigia que o governo reagisse. E os políticos, dependentes da guerra contra as drogas, tinham o incentivo de que precisavam para engrossar ainda mais a repressão e, assim, aumentar ainda mais o problema. Foi aí que o país conseguiu escapar do ciclo vicioso.

Em vez de entregar mais dinheiro para a polícia e de afrouxar um pouco mais os direitos individuais, o governo decidiu formar uma comissão para buscar soluções tecnicamente embasadas. O grupo foi composto por nove especialistas “notáveis”, entre juristas, psiquiatras e psicólogos, e eles viajaram o mundo para entender como diferentes países tratavam do problema. Goulão, que tinha sido médico de família no litoral sul português e que trabalhava com dependentes havia décadas, fazia parte dessa comissão. Em 1998, o grupo entregou ao governo a Estratégia Nacional de Luta contra a Droga,⁴⁶ uma série de recomendações baseadas em iniciativas bem-sucedidas em outros lugares do mundo. A estratégia era uma espécie de modelo ideal, que juntava tudo de melhor que já havia sido experimentado, aplicado ao caso português.

Especialistas propondo modelo ideal é algo relativamente comum no

mundo. O que não é comum é os políticos adotarem as sugestões. No meio da estratégia, havia uma série de ideias polêmicas, que cairiam mal nas eleições. Para começar, propunha-se a descriminalização total dos usuários, o que os eleitores podiam interpretar como tolerância excessiva com o mal das drogas. Além disso, a estratégia incluía a distribuição de metadona até mesmo na rua, para que dependentes de heroína tivessem força para ficar longe da droga. Algumas medidas soavam como se o governo estivesse querendo estimular o uso de droga: distribuir seringas, testar a qualidade do *ecstasy* em casas noturnas... O tratamento dos dependentes, baseado em estabelecer uma relação de confiança, sem obrigar ninguém a nada, podia passar uma sensação de ingenuidade ou de falta de firmeza. Acontece que todas essas iniciativas comprovadamente funcionam para reduzir o uso de drogas e sobretudo o dano que elas causam.

Em geral, quando depara com um plano assim, um político tira todas as sugestões polêmicas e implanta só aquilo que vai fazer com que ele apareça bem na foto, na hora da campanha eleitoral. Ao fazer isso, desmancha toda a coerência da estratégia. Pois dessa vez foi diferente. “O governo fez algo que não é comum: aceitou integralmente nossas sugestões”, diz Goulão.

A estratégia foi submetida ao Congresso, onde a oposição conservadora caiu matando. O deputado Paulo Porta disse que, se aquilo fosse aprovado, viciados da Europa toda fretariam voos para irem se drogar em Portugal (profecia que obviamente não se cumpriu). Como sempre acontece em qualquer lugar do mundo quando alguém propõe um sistema menos radical e violento para lidar com as drogas, apareceram políticos pintando um cenário de terror, como se, a qualquer relaxamento da vigilância, o consumo de drogas fosse sair do controle. Mas o governo conseguiu apoio de que precisava para passar a estratégia no Congresso e ela foi implantada em 2001.

Dez anos depois, durante as eleições de 2011, o tema drogas nem foi mencionado na campanha eleitoral. Aquele que era o maior problema de Portugal hoje aparece em 13o na lista. O país ainda é católico e tradicional, e a imensa maioria dos portugueses continua contra as drogas, porém o assunto está pacificado. Visitei João Goulão numa segunda-feira. Na terça, o governo mudaria, e os conservadores que haviam se oposto ao sistema assumiriam o poder (Paulo Porta, o dos voos fretados, tornou-se o novo ministro dos Negócios Estrangeiros). “Mas o sistema virou tão consensual que não temos medo que os avanços sejam revertidos. Eu vou continuar no cargo e seguiremos no mesmo rumo”, afirma Goulão.

O principal motivo do sucesso da estratégia portuguesa foi o fato de ela estar vinculada ao Ministério da Saúde, e não ao da Segurança. Essa distinção pode parecer apenas um detalhe administrativo, mas é mais que isso. Justiça e saúde são dois modos diferentes de enxergar o mundo e agir de maneira totalmente distinta.

“A justiça é cega; tem de ser igual para todo mundo. A saúde não pode ser cega; cada paciente precisa de um remédio diferente”, diz Nuno Portugal Capaz, um dos membros da Comissão de Dissuasão da Toxicodependência (CDT) de Lisboa.

As vinte CDTs, uma em cada região do país, estão no centro da política portuguesa. Quando alguém é surpreendido pela polícia com uma quantidade inferior a 25 gramas de maconha, dois gramas de cocaína ou um grama de heroína ou anfetaminas, supõe-se que se trata de um usuário, não de um traficante. A droga é apreendida, ele é liberado para ir para casa e recebe uma intimação para comparecer na mesma semana a uma CDT, em vez de um tribunal de justiça, como acontece no resto do mundo (se a quantidade for maior, supõe-se que seja um traficante, que continua sendo enviado a um tribunal). Cada CDT é formada por três membros, cada um de uma área, em geral um jurista, um psicólogo ou médico e um assistente social ou sociólogo. Eles contam com o apoio de uma equipe técnica, também composta por três pessoas especializadas em dependência.

O usuário chega à CDT de manhã e é entrevistado por um dos membros da equipe técnica, normalmente um terapeuta ou assistente social. A conversa, que dura perto de uma hora, é conduzida com tranquilidade e respeito, para o usuário sentir-se à vontade de abrir seu coração, como faria em uma consulta médica. O objetivo é entender em profundidade os problemas que afetam a pessoa, o papel que a droga tem em sua vida, quanto o consumo é problemático, o contexto familiar, social, profissional. “Essa é outra diferença entre a saúde e a justiça”, diz Nuno. “Que juiz tem tempo de ouvir a história de vida de alguém? Não é esse o trabalho dele.”

Na entrevista, pode-se chegar à conclusão de que se trata de um traficante, não de um usuário, apesar da baixa quantidade de droga. Nesse caso, o sujeito é encaminhado a um tribunal. Da mesma forma, se o juiz no tribunal encontrar alguém com grande quantidade de droga, mas que definitivamente não vende substâncias ilícitas, pode decidir que se trata de um usuário e remetê-lo à CDT. Enfim, há diálogo entre a justiça e a saúde.

Após a entrevista, a equipe técnica entrega um relatório curto mas revelador aos três membros da comissão. Na mesma hora, o usuário é chamado para a audiência, que também é muito diferente de um tribunal. Ela acontece numa sala despojada, ao redor de uma mesa, com os três membros da comissão e o usuário sentados à mesma altura, e não com um juiz lá no alto de um trono, exalando autoridade. “Há um esforço consciente para sermos informais, de maneira a estabelecermos laços de confiança”, afirma Nuno, vestido, no dia de nossa conversa, com uma camiseta branca de uma banda de rock.

A audiência em si é normalmente muito rápida, dura cerca de quinze minutos, porque toda a informação relevante já está no relatório feito durante a entrevista com a equipe técnica. Normalmente, o usuário volta para casa umas duas horas depois de chegar lá, e o tempo entre a apreensão da droga pela polícia e o fim da audiência não passa de dois ou três dias. Essa rapidez contrasta com os arrastados processos da justiça, que levam anos. “Com esse tipo de população, não podemos estar a atrasar as coisas”, diz Nuno.

Na entrevista, a equipe técnica separa os casos em dois grupos principais: os dependentes e os não dependentes. Não dependentes, se for a primeira vez deles, são dispensados e o processo é encerrado. “É como um cartão amarelo.” O registro ficará guardado por cinco anos. Se, nesse período, ele for apanhado com drogas de novo, receberá algum tipo de sanção. Se não, o processo será destruído.

Já os dependentes recebem uma sanção logo na primeira vez. Mas, se eles voluntariamente concordam em se submeter a tratamento, a sanção é retirada. “Isso é bem diferente do conceito de justiça terapêutica, no qual um juiz determina que a pessoa deve se submeter a tratamento obrigatório. Num tribunal, o sujeito quer é sair de lá. Portanto, o réu vai concordar com tudo o que o juiz disser. Mas a chance de essa pessoa realmente se tratar é pequena, e os tribunais, que não foram feitos para isso, não têm condições nem competência para acompanhar o caso depois da sentença”, explica Nuno.

A vantagem do tratamento voluntário é que o compromisso do paciente é maior, e os resultados acabam sendo bem melhores por isso. “Um tribunal de justiça é por definição uma estrutura coerciva, à qual se recorre numa situação em que se precisa de alguém que decida pelo outro. No caso de um dependente, ninguém pode decidir por ele. Se ele não quer parar, ele não para.”

A própria equipe técnica então cuida de marcar uma consulta do dependente num centro de tratamento e de telefonar ou mandar e-mail para o centro de três em três meses, para garantir que o acordo está sendo cumprido. Se não

for cumprido, o sujeito será intimado para comparecer de novo à CDT e receberá uma sanção.

O objetivo principal das sanções não é punir, e sim dar incentivos para os usuários de drogas para que eles tomem a decisão certa. Por exemplo, um jovem desempregado que fuma maconha o dia todo pode receber, como sanção, a obrigação de se apresentar a uma agência de empregos todas as semanas e assinar um papel lá. “Não podemos obrigar ninguém a arrumar um emprego, mas achamos que, se o gajo aparecer toda semana num lugar desses, vai acabar reparando nos anúncios pendurados na parede ou conversando com alguém que o ajude”, diz Nuno.

Uma sanção comum para dependentes é obrigá-los a visitar todas as semanas um médico de família do sistema de saúde. “Isso funciona muito bem. Mesmo dependentes severos que não querem largar a droga no fundo sabem que mais cedo ou mais tarde precisarão de um médico. Eles têm interesse em estabelecer essa relação; nós só damos um empurrãozinho.”

Algumas sanções precisam ser mais duras. Por exemplo, um motorista que é dependente de drogas tem sua carteira de habilitação cassada, para que ele não coloque a vida de ninguém em risco. Outra possibilidade, com um dependente que não quer se tratar, é dificultar seu acesso a pensões do governo. “Nós não retiramos a pensão, apenas obrigamos a pessoa a justificar os gastos para cada saque que ela fizer, para garantirmos que não está usando dinheiro do governo para se manter na dependência.”

Outros tipos de sanção são trabalho comunitário e multa. Multas nunca são aplicadas para dependentes, porque o sistema não quer dar incentivos para que as pessoas cometam crimes para sustentar seus hábitos. “Temos uma lista muito grande de possíveis sanções e tentamos escolher, para cada pessoa, aquela que é a mais adequada para reduzir o dano que a droga causa a sua vida e à sociedade.”

Nessa hora balancei a cabeça, concordando, e disse que fazia sentido. Nuno riu. “Eu acho piada. Todo mundo que vem aqui, seja usuário de droga ou um visitante como você, acaba dizendo isso, que faz sentido. Não é que esse sistema funciona mesmo?”

Nuno tem orgulho de trabalhar lá. O serviço é duro, porque lidar com dependentes nunca é fácil, pela possibilidade sempre presente de uma recaída. Mas ele sabe que o que faz ajuda o país e as pessoas. Ele acredita no sistema. Quantos juízes criminais do mundo que lidam com usuários de drogas podem dizer isso?

Como o sistema saiu das mãos da justiça e caiu nas da saúde, num primeiro momento, o pessoal da justiça não gostou muito. Segundo Goulão, houve muitas reclamações dentro da polícia. “Nós tiramos deles uma fonte de informação.”

No modelo antigo, como acontece em boa parte do mundo, o porte de drogas era considerado crime, mas, na prática, um mero usuário dificilmente era condenado à cadeia. A lei servia então como uma espécie de chantagem: a polícia pressionava o usuário para descobrir o nome do traficante, depois pressionava o pequeno traficante para tentar descobrir seu gerente, e assim por diante, tentando chegar mais e mais alto nas redes de tráfico. Era assim que as investigações funcionavam em Portugal, e é basicamente assim que elas ainda funcionam na maior parte do mundo.

Sem esse recurso, a polícia portuguesa teve de desenvolver novas técnicas de investigação. Nos últimos dez anos, houve grande investimento em inteligência e foco em articular investigações globais, em rede com forças de segurança de outros países da Europa, do norte da África e da América Latina. “O resultado disso é que agora, em vez de gramas, a polícia está apreendendo toneladas, que efetivamente machucam o tráfico”, diz Goulão.

Outro efeito colateral do sistema é que a quantidade de informação sobre drogas está aumentando demais. O sistema antigo, criminalizante, gerava pouquíssima informação, porque os usuários tinham medo de punição e nada revelavam. A maioria não queria nem se aproximar do Estado – a procura por tratamento no sistema público, por exemplo, era muito mais baixa. Hoje, como o ambiente é de confiança, não de julgamento moral, as CDTs aprendem muito sobre os hábitos dos usuários de drogas. Um dos aprendizados é que a imensa maioria deles não corre tantos riscos nem causa muitos danos à sociedade. “Das pessoas que vêm parar aqui, 70% são usuários ocasionais; 75% consomem somente haxixe ou maconha”, diz Nuno.

Ele, pessoalmente, é a favor de retirar a maconha da lista de substâncias proibidas, para permitir que o sistema foque toda sua atenção em drogas que oferecem mais risco. “Se eu pudesse escolher, receberíamos usuários de maconha apenas quando fossem menores de idade, porque os efeitos nos mais jovens são sabidamente perversos.”

Nuno acha que, com a pacificação do tema em Portugal e o aumento da confiança da população no governo, é bem possível que a regulação da

maconha seja discutida de maneira racional, sem apelos moralistas antivampirescos. É questão de tempo.

A CDT de Lisboa, que é disparado a mais movimentada do país, recebe entre 1,7 mil e 2 mil pessoas por ano. Isso significa algo entre trinta e quarenta casos por semana. Todas as audiências são marcadas para as manhãs, enquanto as tardes são dedicadas à organização da papelada e ao acompanhamento dos casos de dependentes que passaram por lá pela equipe técnica. “É um volume de trabalho razoável, muito menor que num tribunal criminal, o que nos permite dar atenção a cada caso e acompanhá-los de perto.”

Mas, se a maconha fosse retirada da lista de substâncias proibidas, sobrariam apenas cerca de quinhentos casos por ano, mais ou menos dez por semana. Isso permitiria uma atenção muito personalizada a cada caso de dependência, em especial aos mais graves.

Voltei à CDT de Lisboa no outro dia, de manhã. Encontrei uma mulher magra, bem vestida e muito nervosa sentada na sala de espera. Seu nome era Raquel, tinha menos de 40 anos e foi pega com um coquetel de “drogas de festa” num festival de música. Aguardava ser chamada para a entrevista. Ela estava irritada. “Isso já está vinte minutos atrasado. É a típica mentalidade portuguesa dos funcionários públicos, eles colocam o paletó na cadeira e vão tomar cafezinho. Eu sou uma pessoa produtiva, não deveria estar aqui. Por que o Estado não me deixa em paz e vai prender quem é realmente nocivo?”

Raquel trabalha numa clínica médica e, naquela manhã, mentiu ao chefe que precisava sair para ir ao banco. “Não ia dizer no emprego que precisava ir a uma comissão de toxicodependência”, disse, exaltada.

Uma moça bonita e muito elegante, de vestido verde-limão e saltos altos combinando, apareceu nesse momento e, educadamente, chamou a “senhora Raquel” para a entrevista. Ela entrou na sala, emburrada.

Quando saiu, quarenta minutos depois, Raquel parecia outra pessoa. Estava sorridente e seu semblante era de alívio. “Muito simpática a moça que me atendeu”, disse ela. “Que surpresa boa encontrar alguém assim numa instituição dessas.”

A moça que entrevistou Raquel foi Margarida Rego, assistente social que compõe a equipe técnica. Com simpatia, respeito e, acima de tudo, interesse pela outra, ganhou sua confiança. Raquel, que chegou à CDT defensiva e irritada, esperando o pior, acabou contando em detalhes seu histórico com

drogas. Ela confessou que, embora seja hoje uma profissional bem ajustada, tinha se tornado dependente de heroína no final dos anos 1980. Um dia, em 1996, teve um momento de lucidez e decidiu parar. Pediu ajuda aos familiares, explicou-lhes que ela certamente teria uma recaída e imploraria por drogas, e fez com que eles prometessem que não a atenderiam quando isso acontecesse. A família cumpriu o combinado e Raquel conseguiu largar a heroína. Hoje ela só fuma maconha e toma *ecstasy* quando vai a um show de rock. “Sinceramente, tenho muito orgulho de mim hoje em dia. Eu dei a volta por cima, me salvei. Agora sei exatamente o que quero para mim.”

Quando foi intimada para comparecer à CDT, Raquel ficou tristíssima, porque achou que todo o progresso que tinha feito escoaria pelo ralo. “Pensei: ‘Pronto, vou ficar com esse rótulo de toxicodependente pelo resto da vida’.”

A conversa com Margarida, porém, desarmou-a. Quando entrou na audiência, Raquel estava relaxada e sorridente. Apesar da pressa com que chegou, deixou a audiência se estender, ficou fazendo perguntas e querendo saber como as coisas funcionam.

A comissão decidiu que o caso dela não era de dependência e que, como aquela era sua primeira ocorrência numa CDT, o processo seria cancelado e arquivado. Nuno explicou a ela os perigos das drogas que ela havia tomado e avisou que na próxima vez haveria punição. Raquel escutou o aviso com atenção e saiu de lá altiva e satisfeita.

Naquela manhã, a CDT de Lisboa também atendeu Marco, de 24 anos, com cara de menino, franzino, baixinho, de aparência inofensiva, mas um olhar arrogante, um meio sorriso de quem achava tudo aquilo uma palhaçada. Era a segunda vez que tinha sido pego com haxixe, e na primeira o dispensaram sem sanção. Agora, ele recebeu como punição a obrigação de trabalhar num centro de dependentes de drogas numa periferia pobre da cidade. “A gente espera que assim ele tenha contato com outro lado da droga e que passe a levar a sério os riscos que corre”, explicou Nuno, quando a audiência acabou.

Outro rapaz que passou por lá foi Ricardo, de 22 anos, com aparência de bom moço, sério e assustado. Ele e quatro amigos tiraram férias e foram para Amsterdã. “Lá, tive a brilhante ideia de mandar uma carta para mim mesmo.”

Os cinco jovens compraram maconha num *coffee shop* e mandaram para si próprios pelo correio. Quatro cartas chegaram, a de Ricardo foi apreendida, com três gramas de fumo. Como era uma correspondência do estrangeiro, o caso foi encaminhado a um tribunal de justiça, com suspeita de tráfico internacional, e o processo levou mais de um ano até um juiz decidir que

Ricardo era usuário, não traficante.

Ricardo garantiu que, depois do susto, parou de fumar maconha, até porque tinha arrumado um emprego e andava com outras coisas na cabeça. A CDT encerrou o processo, sem punição. “Mas, se você tiver algum problema com drogas no futuro, já conhece Margarida, a moça com quem acabou de falar, e sabe que pode entrar em contato e que podemos ajudar”, disse Nuno. O rapaz fez que sim com a cabeça. Não parecia que ele teria problemas.

O último caso daquele dia era também o mais sério: Eduardo, que devia ter uns 50 anos, um sujeito tenso, de olhar apagado, foi pego pela polícia com 1,8 grama de heroína e um de cocaína. Ele era dependente de heroína desde os anos 1980. Quando Nuno lhe perguntou qual tinha sido seu último emprego, não conseguiu responder. Lembrava-se vagamente. Nuno quis saber se ele já tinha tentado parar, Eduardo disse que sim, mas nunca com ajuda médica.

“Perdoe a pergunta, mas, se o senhor está desempregado, como consegue dinheiro para consumir?”, perguntou Nuno.

Eduardo consome quantidades altíssimas de heroína, algo como um grama por dia, que na rua custa quinze euros. Isso dá um gasto mensal de 450 euros. Para manter esse hábito, na impossibilidade de trabalhar, muitos dependentes roubam ou fazem pequenos serviços para os traficantes.

“Sou sustentado pela minha mãe”, respondeu ele.

A mãe dele tem 78 anos e vive de pensão.

“Senhor Eduardo, temos de lhe dar uma sanção. Mas, se o senhor aderir voluntariamente a um tratamento, suspenderemos o processo enquanto o senhor estiver no centro.”

Eduardo olhou com vago interesse.

“Vamos marcar uma consulta e o senhor vai lá. O que acontece ali não é problema nosso. Seu tratamento é assunto entre o senhor e seu terapeuta. Cada três meses, nossa equipe vai entrar em contato para verificar se o senhor continua em tratamento. Se, por algum motivo, o senhor não for até o final, vamos convocá-lo a uma nova audiência e aplicar-lhe uma sanção”, disse Nuno, com firmeza.

Talvez desse certo, talvez não. Largar a heroína é difícil sempre, e muitas vezes a fissura vence o bom senso. Mas Eduardo já usava heroína havia mais de trinta anos. Seu fígado estava nas últimas, e sua mãe tampouco duraria muito. Ele sabia que precisava de ajuda, e o que a CDT estava oferecendo era justamente isso, ajuda. Talvez ele aceitasse. Podia não ser uma solução

mágica, mas era melhor que trancá-lo numa penitenciária cheia de droga.

No outro dia, cheguei ao Centro de Taipas bem na hora da toma de metadona. Havia umas vinte pessoas, muitas sentadas em cadeiras espalhadas pela sala, algumas de pé, quase todas em silêncio, esperando sua dose. Eram homens e mulheres com o olhar cansado, meio vazio, e as rugas de quem já viu o fundo do poço. Mas a maioria estava bem vestida e bem penteada, com saia e camisa de botão, num esforço evidente de parecer bem, como se aquilo fosse uma ocasião social importante em sua vida. Duas enfermeiras simpáticas distribuíam potinhos com um líquido de cheiro enjoativo, cada um etiquetado com o nome de um paciente.

Metadona é um opiáceo, assim como a heroína, com efeitos semelhantes no cérebro. A diferença fundamental é que ela é ingerida, não injetada, e, portanto, não age tão rapidamente, nem gera um pico tão súbito de prazer, que é boa parte da razão pela qual a dependência de heroína é tão irresistível. O efeito da metadona permanece por 24 horas, enquanto o da heroína às vezes dura apenas duas e, quando passa, deixa em seu lugar o pior mal-estar do mundo. A metadona permite que os níveis de opioides no corpo se mantenham mais ou menos constantes. Assim, o usuário não fica alternando entre euforia e depressão, e sua vida se aproxima da normalidade.

O Centro de Taipas é o principal centro de tratamento de dependentes de Portugal, localizado dentro de um tranquilo complexo psiquiátrico, de ruas arborizadas, velhos casarões cor-de-rosa e trilha sonora de passarinhos, exceto quando eles são interrompidos pelo voo rasante de algum avião da TAP (já que o hospital fica ao lado do aeroporto). É para lá que a CDT de Lisboa encaminha a maior parte dos dependentes.

A toma de metadona é por onde o tratamento necessariamente começa. Sem metadona, não se pode cuidar de alguém, porque é impossível conversar com um dependente de opiáceos durante uma crise de abstinência. Nada do que ele diz tem valor numa hora dessas, porque ele vai dizer qualquer mentira para conseguir matar a fissura.

“A quantidade de metadona que damos para cada paciente é aquela de que ele precisa, nem mais nem menos. A dose é o mínimo necessário para tirar a necessidade de heroína”, diz o médico Miguel Vasconcelos, um dos diretores do centro.

Essa já é uma diferença marcante entre o sistema português e o da maioria dos países, inclusive lugares de tradição tolerante, como o Canadá.

Geralmente, quem decide quanta metadona dar aos pacientes são políticos, não médicos. Metadona é uma droga, e obviamente a ideia de o governo distribuir drogas não é muito popular entre os eleitores. É que nem todos os eleitores sabem fazer contas: uma dose de metadona, que custa alguns centavos, dá resultados sociais infinitas vezes melhores que pagar café da manhã, almoço e jantar para o sujeito ir tomar drogas na cadeia.

Por pressão dos políticos, os programas de substituição com metadona costumam ser muito restritivos. Alguns impõem uma dose máxima, que acaba não sendo suficiente para cortar a fissura e gera um incentivo para o paciente ir para a rua comprar heroína ilegal. Outros têm poucas vagas e longas filas de espera. Enquanto aguardam a fila andar, os dependentes que estão esperando sua vez tomam heroína a valer e perdem toda a vontade de se tratar. Outro erro comum é ter rigidez excessiva com quem tem recaídas. Se um paciente dá uma escorregada e toma heroína, é expulso do programa.

“Temos de entender que dependência é uma doença e que ter algumas recaídas é parte do processo de tratamento. Se expulsamos o paciente porque ele não conseguiu controlar a vontade, fica muito mais difícil para ele escapar da doença. Nosso objetivo é que ele consiga”, afirma o doutor Vasconcelos.

O jeito moderno de encarar a dependência é como uma doença de ciclo longo. Não se cura um dependente assim como se cura uma dor de cabeça, com aspirina – é mais como um câncer, com uma série de procedimentos, sem certeza da cura, mas com bons resultados em longo prazo. Quem já tentou parar de fumar conhece bem esse ciclo. Em geral, o processo leva mais de uma década e é pontuado por algumas recaídas. No início, o usuário, ainda em lua de mel com a droga, tem a ilusão do controle. Depois, ao longo dos anos, sua saúde vai declinando e suas recompensas por usar drogas começam a escassear. A partir daí, ele vai querer parar, mas raramente é bem-sucedido de primeira. Cada ano, apenas 5% dos usuários de heroína conseguem isso. É uma chance pequena, porém, se passarem suficientes anos e o dependente não se matar ou for assassinado antes, geralmente acaba parando. Alguns não conseguem, mas encontram certo equilíbrio alterado em seu corpo e acabam aprendendo a funcionar normalmente mesmo com a droga.

“Nosso papel não é estar contra o paciente ou a favor dele. É estar com ele nesse processo”, diz o doutor Vasconcelos.

No início do tratamento, o dependente, sob a tranquilidade trazida pela metadona, senta-se para conversar com um terapeuta. Juntos, fazem um “projeto terapêutico”, que é uma combinação entre eles. O projeto terapêutico pode ser “largar a heroína em um ano” ou envolver metas muito mais

pessoais, que têm a ver com a relação entre o usuário e a família, a situação profissional ou qualquer coisa que ele ache importante. A partir daí, o projeto é do paciente. Não é mais “o que o Estado pode fazer pelo fulano” e passa a ser “o que eu quero para minha vida e como faço para chegar lá”.

A relação entre paciente e terapeuta é regulada por uma moeda: confiança. Se o sujeito pisar na bola, o Centro de Taipas continuará lá. A qualquer momento o paciente pode voltar a sentar com o terapeuta e refazer seu “projeto”. Se ele sumir, o terapeuta vai telefonar, tentar encontrá-lo, saber o que aconteceu. Mas, cada vez que uma dessas coisas acontecer, o dependente vai estar gastando parte de seu capital de confiança.

Confiança é moeda valiosa no centro. Pacientes que juntam bastante não precisam mais ir para lá todo dia buscar seus potinhos etiquetados de metadona. Podem passar lá na sexta, pegar três potinhos e só voltar na segunda. Assim, torna-se possível viajar para a praia no fim de semana. Se eles acumularem ainda mais confiança, basta irem ao hospital psiquiátrico uma vez por semana para apanhar seus sete potinhos. Todo mundo que chega a esse estágio sente uma melhora clara em sua vida.

O estímulo de acumular capital de confiança funciona muito bem. Num teste, os médicos do centro perguntaram a todos os pacientes que drogas eles tinham tomado nos últimos dias. Aí fizeram exames de sangue para conferir se eles tinham dito a verdade. O resultado bateu em 95% das vezes, 98% dos casos envolvendo opiáceos. “Não temos problemas com falsas declarações aqui”, garante o doutor Vasconcelos.

No início do tratamento, é importante que o paciente fique internado, longe das tentações da rua. Para isso, o centro tem uma ala de portas fechadas. Para se internar, o único custo envolvido é o dinheiro do tabaco e do café para consumo próprio – não dá para querer largar mais que uma droga de cada vez. O hospital fornece as roupas, menos as de baixo, quartos confortáveis, uma sala de jogos, um refeitório e uma porção de terapeutas atenciosos. É duro para quem participa, mas há um monte de recompensas. Um dia o sujeito se pega na janela aproveitando os raios de sol da manhã, admirando a paisagem bucólica e os pios dos passarinhos. Nessa hora, a consciência da bobagem que é ser dependente tende a se tornar bem clara.

O centro possui várias oficinas de música e de arte, e as paredes são decoradas com mosaicos, desenhos e pinturas feitas pelos pacientes. Há coisa de todos os níveis de qualidade, do terrível ao sublime, mas todos têm uma intensidade de arrepiar os pelos. Dependentes de drogas muitas vezes são pessoas que, antes até da dependência, já tinham uma sensibilidade acima do

normal. É gente que precisa ser tratada com cuidado.

A equipe de terapeutas organiza atividades todas as semanas, de acordo com os interesses dos pacientes. Uma época, fizeram aulas de surfe. Às vezes vão juntos a museus – outro dia, viram uma exposição sobre a sardinha que adoraram. Também fazem fisioterapia. Segundo Leonor, a fisioterapeuta, quando eles chegam, estão desconectados de seu corpo. Mergulharam tão fundo numa busca absurda de prazer químico que nem sabem mais que têm braços, e pernas, e tronco. Certa vez, um paciente estava se olhando no espelho e comentou com a fisioterapeuta: “Olha, Leonor, eu só tenho um dente”.

“Verdade. Faz tempo que você só tem um dente”, disse ela.

“Eu nunca tinha notado”, disse ele, um pouco maravilhado.

Antes da implantação do novo sistema português, o governo de vez em quando contratava uma agência de publicidade, que, a peso de ouro, fazia algum jogador de futebol bem famoso aparecer na televisão avisando os jovens para ficarem longe das drogas. Era uma maravilha, todo mundo ficava satisfeito. A agência ganhava uma conta governamental bastante gorda, as emissoras de TV vendiam valiosos minutos de publicidade e os políticos adoravam a visibilidade disso tudo. Mas o efeito real no uso e no abuso de drogas era absolutamente nulo.

Grandes campanhas desse tipo são sabidamente ineficazes. A clássica campanha do governo Reagan, do “*Just say no*”, é um dos maiores fracassos da história da publicidade mundial, com custos bilionários e resultado abaixo de zero. Raramente essas mensagens amplas, de apelo moral, desprovidas de informação, conseguem alterar o comportamento de alguém.

Uma das muitas coisas que mudaram em Portugal nos últimos dez anos foi a estratégia de prevenção. Nunca mais o governo fez grandes campanhas. Em compensação, a direção do IDT olha as estatísticas e detecta os principais grupos de risco, os setores sociais que mais têm problemas com drogas. Aí faz concorrências para projetos baratos, de pequena escala, visando a grupos específicos. Pode ser, por exemplo, uma campanha de esclarecimento em dialeto africano ou em ucraniano, para determinada comunidade de imigrantes, ou uma ação nas universidades do país, com foco nas drogas mais usadas e nos problemas mais comuns. Esse tipo de ação tem resultados muito superiores às grandes campanhas e custa muito mais barato. Mas, obviamente, se dependesse do político decidir, ele preferiria o jogador de futebol na TV,

para os eleitores verem que ele está preocupado com as drogas.

Esse hábito de imaginar projetos específicos e propor concorrências, aliás, é muito frequente no sistema português. Sempre que surge no país um problema envolvendo drogas, o IDT convoca um concurso desses, e diversas organizações, geralmente sem fins lucrativos, propõem projetos para lidar com a questão. Isso gerou uma explosão de empreendedorismo social em Portugal. Hoje há por lá dezenas de organizações ágeis, eficazes, inovadoras trabalhando com o tema, formadas por gente em geral jovem, apaixonada e com conhecimento técnico.

Eu me encontrei em Lisboa com José Queiroz, diretor de uma organização desse tipo, a Agência Piaget para o Desenvolvimento (Apdes), da cidade do Porto. Ele disse que a vida deles não é fácil. Os projetos são complexos, o dinheiro é pouco. “O governo gasta muito mais com tratamento que com prevenção, que é o que tem o maior retorno. Gostaríamos de ganhar mais.”

Mas ele concorda que o atual sistema cria um clima de concorrência bem saudável. “Garanto para você que ninguém na Apdes vai embora às cinco da tarde.”

O sistema incentiva experimentação e inovações metodológicas. A Apdes, por exemplo, quando faz uma intervenção num local degradado, tem colocado em seus projetos a figura do “mediador”, que é um habitante do lugar, em geral um dependente em recuperação, que passa a trabalhar com o time da organização, participando das decisões estratégicas e ajudando a cuidar dos outros. Dessa maneira, o grupo acaba sendo muito mais bem-aceito na comunidade e os resultados são bem melhores. Para o mediador, é um trabalho, com remuneração e responsabilidade, que ajuda enormemente a sair do buraco da droga. “O IDT reconhece o valor de criar soluções como essa e não decide o projeto vencedor apenas pelo custo. Quem inova leva vantagem.”

Queiroz afirma que o trabalho é apaixonante. “Não é só ajudar a sair da droga. Acaba sendo ajudar as pessoas a lembrar que são pessoas, a se descobrir cidadãs.”

Os grupos atingidos não apenas melhoram de saúde, mas tiram cartão de cidadão (o RG português), ganham capacidade de articulação, passam a cobrar serviços melhores do Estado. “Trabalhamos na pacificação social. Nossa meta é criar uma sociedade menos violenta e mais democrática.”

Queiroz também se diz muito tranquilo com a mudança de governo e a chegada dos conservadores ao poder. “Sabemos que o novo ministro da Saúde

é um homem de mentalidade financeira, com foco em resultados. Isso deve ser bom para nós, já que o trabalho de prevenção é definitivamente o mais barato e o que traz melhores resultados.”

Imagine que o governo decida que comida faz mal e que será então proibida. Por um dia ou dois, talvez você consiga levar na esportiva. Três, quatro dias, e você provavelmente estará pensando fixamente em onde arrumar dinheiro para comprar uma coxinha de cem reais no mercado negro (já que o que é proibido fica caro). Em uma semana, talvez a ideia de roubar uma velhinha não pareça muito absurda. A fissura por heroína não é muito diferente do que a por comida num faminto. Na realidade, é ainda mais irresistível, considerando que um dependente, podendo escolher, prefere passar fome a ficar sem a droga. Quando alguém está nesse estado, não há conversa.

É por isso que um dos projetos mais ousados do atual sistema português são as “carrinhas”, *vans* que circulam pelos lugares barra-pesada das cidades distribuindo metadona em doses bem diluídas sem exigir quase nada em troca. Qualquer pessoa pode chegar, pegar uma dose e ir embora. Se não quiser se identificar, não precisa.

“As carrinhas são uma porta de entrada ao sistema de tratamento, e também uma porta de saída”, explica Nuno, da CDT. De entrada porque elas podem servir a um dependente no fundo do poço, que tem um segundo de lucidez. Ele pega a metadona, clareia um pouco a mente e, quem sabe, conversa com o pessoal da carrinha, recebe informações sobre tratamento, começa a confiar no governo, em vez de ter medo dele.

De saída porque muita gente, depois que consegue largar a heroína e a metadona, acaba, de tempos em tempos, tendo um desejo súbito de um pico de opioides. Quando isso acontecer, basta passar na carrinha, deixar a fissura passar e seguir a vida. Funciona. E o sistema português faz o que funciona.

No dia em que conversei com o czar João Goulão, no prédio de São João, na esquina de Roma com a Igreja, em frente a Santo António, a certa altura, o celular dele tocou. Ele me olhou constrangido. “Por favor, me perdoe. Preciso atender o telemóvel.”

No que ele abriu o telefone, ouvi uma voz chorosa no outro lado da linha.

“Calma, calma, respira. Conta para mim o que está acontecendo, com

calma”, disse o médico, enquanto com os olhos pedia desculpas para mim, pela interrupção da entrevista.

Era um ex-paciente dele, do tempo em que atendia dependentes no sul de Portugal. Ele tinha sido heroínômano, era esquizofrênico e seu pai e sua mãe estavam doentes, internados num hospital. Atormentado, deprimido, não conseguia descobrir o que estava acontecendo com seus pais, de quem dependia inteiramente. O doutor Goulão pediu um minuto, desligou o telefone, pediu desculpas para mim mais uma vez e telefonou para o diretor do hospital onde a mãe do rapaz estava internada. O diretor conhecia o caso e prometeu ao czar que entraria em contato com o rapaz para que ele estivesse bem informado e recebesse cuidado.

O doutor Goulão é um homem que gosta de cuidar dos outros. É o que ele faz da vida. Ele nunca desliga o telemóvel.

[44.](#) GREENWALD, Glenn. *Drug Decriminalization in Portugal*. Wadhington: Instituto Cato, 2009. Disponível em: <http://www.cato.org/pubs/wtpapers/greenwald_whitepaper.pdf>. Acesso em: set. 2011.

[45.](#) HUGHES, Caitlin Elizabeth; STEVENS, Alex. *What Can We Learn from the Portuguese Decriminalization of Illicit Drugs?*. Oxford: Oxford University Press, 2010. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/46235617/What-Can-We-Learn-From-The-Portuguese-Decriminalization-of-Illicit-Drugs>>. Acesso em: set. 2011.

[46.](#) Disponível em: <http://www.idt.pt/PT/IDT/RelatoriosPlanos/Documents/2008/comissao_estrategia.pdf>. Acesso em: set. 2011.

Caso 5

O passado e o futuro do Marrocos

DESCEMOS DO ÔNIBUS no meio da estrada, ao pé de uma montanha. Recusamos o banco de couro de um velho Mercedes que um taxista nos ofereceu, armamos as bicicletas, colocamos na marcha mais leve e saímos pedalando montanha acima, tentando escapar dos caminhões desembestados que buzonavam e soltavam desaforos incompreensíveis em árabe. Percorremos de bicicleta os últimos onze quilômetros de uma viagem de quase 24 horas desde Lisboa até o vilarejo marroquino de Chefchaouen, na base das montanhas do Rif, a cordilheira que separa o Mediterrâneo do resto da África.

Quando chegamos lá em cima, estávamos no bairro novo de Chefchaouen, que é triste como costumam ser os bairros novos das cidades marroquinas. Toda cidade marroquina é dividida em duas: o bairro novo, de ruas largas e asfaltadas, construído pelos colonizadores europeus, e a medina, que é a velha cidade medieval, de ruas estreitas e labirínticas cercadas por um muro espesso. Era para a medina que queríamos ir.

Fomos abordados por um garoto de uns 17 anos. Parei a bicicleta e lhe perguntei onde ficava a medina, e ele se ofereceu para levar-nos até lá.

“Em que hotel vocês estão?”

Respondi, mas disse que não precisávamos de ajuda. No Marrocos, país onde circula muito pouco dinheiro, muita gente oferece serviço de guia em troca de receber gorjetas e comissões dos comerciantes. Nós estávamos esbodegados de cansaço e suor e tudo o que não queríamos era ter de entrar numa lojinha com um guia de olho em nossa carteira. Seguimos pedalando e, antes de ficar para trás, o garoto ofereceu: “Quer haxixe?”.

Não respondemos que sim nem que não, seguimos pedalando.

Um quilômetro à frente avistamos o *kasbah*, o castelo fortificado do século XV que fica bem na entrada principal da medina. O *kasbah* é um marco dessa cidade acostumada a resistir. Quando chegamos lá, o mesmo menino que tínhamos deixado para trás magicamente nos esperava. Ele nos olhou desafiador. Ele conhecia os caminhos, nós não.

“Vou levar vocês até o hotel”, e foi caminhando a nossa frente, quiséssemos ou não.

Ao entrar pelo portão da medina de Chefchaouen, fomos transportados uns cinco séculos para o passado. A cidade murada, aninhada numa reentrância da montanha áspera, é inteira caiada de branco e azul. Mulheres de cabeça

coberta e homens vestidos de túnica passavam pelas ruelas decoradas com os produtos tradicionais dos comerciantes: tapetes, lustres de couro, artesanato de madeira, cerâmica colorida.

O menino nos deixou em frente ao hotel e deu o ultimato: “Agora vocês comprem haxixe de mim”.

Respondi que não. Estávamos cansados e sujos, precisávamos de um banho, falaríamos depois. Ele quis marcar uma hora, mas nós viramos as costas e entramos no hotel. Ele deixou. Sabia que nos encontraria de novo.

Visitamos Holanda, Califórnia, Espanha e Portugal em busca de vislumbres do futuro da política de drogas, em especial no que se referia à maconha. No Marrocos, estávamos em busca do contrário disso: o passado. O plano era tentar encontrar resquícios de como era o mundo antes dos anos 1960, quando as atuais políticas de proibição ultrarradical foram implementadas mundo afora.

Chefchaouen é a porta de entrada do Rif, uma das regiões mais rebeldes do planeta. As tribos berberes da montanha conseguiram derrotar as invasões romanas no século I, as árabes no século VII e as espanholas nos anos 1910, comandadas pelo general espanhol Franco. A região só foi cair diante de um invasor em 1920, quando os espanhóis pediram ajuda aos franceses e finalmente avançaram com seus tanques e aviões. Mas ainda assim os colonizadores concordaram em deixar os berberes administrarem o território, desde que pagassem impostos direitinho a Madri. Quando o Marrocos se tornou independente, em 1956, administrado por uma monarquia árabe situada lá embaixo em Rabat, os berberes continuaram gozando de autonomia, com a qual o rei concordava por medo de rebeliões. Enfim, essas montanhas nunca foram muito dadas a obedecer a políticos. Por isso, a guerra contra as drogas demorou muito a emplacar por lá.

Chefchaouen, com suas muralhas grossas, tornadas ainda mais indevassáveis pelo paredão de rocha escarpada no qual a medina se assenta, exala esse passado rebelde. Pelo que se sabe, até os espanhóis entrarem em Chefchaouen, há menos de cem anos, apenas três cristãos haviam visitado a cidade murada, e um deles foi descoberto e assassinado. A cidade era tão isolada nas montanhas que os conquistadores espanhóis do século XX encontraram lá famílias judias que ainda falavam um espanhol do século XV, levado para a África quando os mouros foram expulsos da Espanha pelos cristãos, que não aceitavam judeus.

Ironia dos tempos em que vivemos que uma cidadezinha tão enfezada, até anteontem tão fechada ao mundo, acabasse se tornando um dos lugares mais turísticos da África, “simplesmente a mais bela cidadezinha do Marrocos, com suas paredes caiadas de azul”, segundo meu guia de viagem. Chefchaouen depende do dinheiro dos turistas despejados aos montes pelos voos baratos que chegam a Casablanca e pelas balsas que saem da Espanha.

Ela é a única cidade do Rif que tem uma atividade econômica – o turismo – além do haxixe. No resto da região, um tapete engruvinhado de terras secas e rochosas em montes escarpados, praticamente a totalidade do dinheiro que circula na economia é gerada pela planta da canábis. Calcula-se que 70% dos países europeus tenham o Marrocos como principal fornecedor de haxixe e que 25% do haxixe do mundo seja produzido lá.⁴⁷

Em volta de todo centro, sempre há uma periferia. No caso dos Estados Unidos, o limite da periferia é claro: o muro de vigas de aço da fronteira mexicana. No caso do Brasil, as fronteiras são mais fluidas, às vezes com centros e periferias se alternando na paisagem, como no Rio de Janeiro. Na Europa, a periferia é a África, abaixo do Mediterrâneo. As montanhas do Rif, visíveis no horizonte das belas praias do sul da Espanha, são a fronteira entre centro e periferia. Como sempre acontece nessas fronteiras, há um comércio intenso de drogas puxado pelo tsunami da demanda.

Até os anos 1980, a proibição na Europa ainda era moderada, e os agricultores marroquinos conseguiam vender seu produto diretamente a vendedores na Europa, em especial donos de *coffee shop* holandeses. No entanto, a partir dos anos 1990, depois de Reagan, com o consenso pela erradicação das drogas, os políticos europeus passaram a pressionar por repressão no Marrocos. O monarca marroquino Hassan II, líder popular que foi herói da independência, resistiu aos apelos europeus, mas, quando morreu, em 1999, foi substituído por seu filho Mohammed VI, mais alinhado com o Ocidente. Nos últimos anos, desde 2003, a União Europeia deu 28 milhões de euros e os Estados Unidos, o mesmo tanto (43 milhões de dólares), para o Marrocos engrossar a briga com o tráfico. A guerra contra as drogas, inventada no século XX, acabou de chegar ao Marrocos, nos primeiros anos do XXI.

O hotel onde nos hospedamos em Chefchaouen era encantador. Por trás da portinha acanhada, havia um pátio com uma fonte de azulejos, e em cada canto um enfeite: quadros, vasos de flores, mosaicos. Antonio era o dono do lugar e seu irmão mais novo, Mohammed, cuidaria de nós.

“Temos um quarto especial. Acho que vocês vão gostar”, disse Mohammed.

E começou a subir uma escadinha que girava em volta do pátio, ficando mais estreita e íngreme a cada andar até que, no quarto andar, tivemos de apoiar as mãos nos degraus de cima enquanto subíamos. Nosso quarto era um paraíso no alto de uma torre, com minúsculas janelinhas coloridas em cada parede, cada uma virada para uma vista deslumbrante. Mohammed se assegurou de que Joana não estava olhando e, virado apenas para mim, discretamente juntou o indicador e o polegar e apoiou-os no lábio, enquanto sugava o ar, um gesto sutil e evidente. Ele estava educadamente oferecendo haxixe, por 20 euros. A diária do quarto custava 25.

Tomamos um banho, deitamos na cama forrada de almofadas e tapetes, e deixamos dissolver o cansaço da estrada – o ônibus que passou a madrugada toda parando de três em três horas e acendendo as luzes, o outro que ziguezagueou nas montanhas do sul da Espanha, mais um que nos levou da cidade de Algeciras até o porto, a balsa que chacoalhou com as ondas do estreito de Gibraltar, o ônibus marroquino lotado e barulhento, a pedalada de onze quilômetros subindo montanha. O sol se punha pintando de rosa o tapete de casinhas brancas que avistávamos de nossas janelinhas. Um grito torturado começou a soar nos alto-falantes das torres de todas as mesquitas da cidade, anunciando que Alá é o único deus e que Mohammed é seu profeta. Depois começaram a bater nuns tambores, que nos chamaram para a rua. Resolvemos procurar algo para comer.

Ao sairmos, o garoto que havia nos seguido na ida nos avistou e começou a andar atrás de nós. Para despistá-lo, entramos num restaurante. Ele entrou atrás. O garçom não interveio enquanto o garoto nos passava uma descompostura.

“Se vocês não querem, digam que não querem, não digam ‘mais tarde’.”

Pedi desculpas.

Depois do jantar, seguimos a batucada que tínhamos ouvido do alto do quarto e chegamos ao *kasbah*, que estava lotado de gente. Lá dentro havia um palco onde um grupo tradicional de música andaluz executava canções tristes de um passado distante com instrumentos tradicionais como o *rebab*, um violino rústico de uma corda só. À frente do palco, pouco mais de uma centena de cadeiras estavam inteiramente tomadas por idosos e por mulheres de cabeças cobertas com véus. Ao redor das cadeiras, os homens e as crianças assistiam ao concerto de pé.

Uma coisa notável numa festa marroquina é que não há bêbados – com a possível exceção de um único sujeito cambaleante e desaforado, que talvez fosse apenas maluco. O resto das pessoas mantinha a espinha ereta, a voz baixa, o olhar atento ao show, que é incomum em festas de rua nos países cuja droga é o álcool. No Marrocos, álcool não é ilegal, mas é culturalmente vetado. Numa cidade como Chefchaouen, o único jeito de conseguir uma cerveja é indo a um hotel mais sofisticado, do lado de fora da medina. Ninguém bebe e todo mundo acha que beber é um hábito muito feio.

Mas os locais, como aliás os locais de todos os lugares do mundo a não ser os esquimós, têm também sua droga psicoativa: o *kif*. Se você ficar atento enquanto passeia pelas ruas labirínticas da cidade, vai acabar notando. Em Chefchaouen, boa parte dos homens anda por aí com um estojo de couro no bolso, que contém dois canudos estreitos de madeira esculpida. O feirante, quando o movimento dá um minuto de folga, se agacha discretamente atrás da barraca, encaixa um canudo no outro para montar um longo cachimbo e dá uma tragadinha. O garçom, no restaurante, entre um pedido e outro, senta-se a uma mesa no fundo e rapidamente fuma, enquanto o cliente não chama. O vendedor de tapetes, prestes a fechar negócio, puxa a cortina bloqueando a vista da rua e acende seu cachimbo tradicional, oferecendo um peguinha ao freguês.

Kif é a planta da canábis seca e triturada, incluindo não apenas a flor, mas também folhas e ramos. É originalmente uma droga bastante suave, porque a resina da flor está diluída no meio das outras partes da planta, e também porque a variedade marroquina da canábis não é muito psicoativa. Há séculos se planta canábis nas montanhas do Rif. Nas últimas décadas, uma coisa importante mudou: o tsunami da demanda europeia começou a agitar aquele canto esquecido do mundo.

Com a guerra do Líbano, em 1982, a produção de haxixe daquele país foi destruída. Nessa época, alguns libaneses se mudaram para o Rif e introduziram variedades mais potentes de canábis e sua técnica tradicional de produzir haxixe. Haxixe é mais potente que o *kif* e ocupa menos espaço: enfim, é mais conveniente para o tráfico ilegal. Foi aí que aquela planta tradicional do Rif de repente começou a valer muito dinheiro. E dinheiro nunca havia circulado na região.

Álcool e maconha são as duas drogas recreativas mais consumidas do mundo e são raros os países onde pelo menos uma delas não é bastante popular. Embora sejam substâncias profundamente diferentes, o papel que

elas cumprem na vida dos usuários é similar: ambas ajudam a relaxar e, portanto, costumam ser usadas depois do trabalho, ambas facilitam a interação social e colocam as pessoas num estado propício para dar risada, ambas fazem parte da dieta humana desde milênios antes de Cristo.

Do ponto de vista dos riscos envolvidos, o álcool é imensamente mais perigoso, sem dúvida alguma. Enquanto a maconha não mata, não importa a dose, o álcool tem uma margem pequena entre a dose necessária para causar o efeito desejado e a dose suficiente para colocar em risco as funções vitais do corpo. Álcool demais faz com que as áreas do cérebro responsáveis pela respiração e pela consciência se desliguem, o que pode provocar desmaios. Não é incomum que usuários morram afogados no próprio vômito – aliás, o vômito é uma forma de o organismo se defender de uma dose venenosa da substância. Álcool causa mais dependência e a síndrome de abstinência ligada a ele é muito mais perigosa, podendo até matar. A substância é bastante tóxica às células humanas e está associada a vários tipos de câncer. Já a maconha, justamente por ser apenas um “modulador”, causa efeitos sutis, que não matam células nem influem no funcionamento dos órgãos vitais.

Além disso, álcool gera violência e comportamento irresponsável. Uma pesquisa americana de 2003 mostrou que a chance de um homem agredir sua esposa aumenta oito vezes quando ele está alcoolizado. No Reino Unido, o governo estima que o álcool seja a causa principal de metade dos crimes violentos e de 70% das emergências médicas e dos internamentos por acidentes. Maconha não gera violência. Embora os usuários sabidamente percam coordenação motora quando estão sob o efeito da canábis, de outro lado eles tornam-se mais tranquilos e cuidadosos. Não há consenso sobre se fumar e dirigir é perigoso ou não: algumas pesquisas dizem que as chances de acidente aumentam, outras concluem que diminuem.

Em 2009, três autores americanos publicaram um livro instigante⁴⁸ no qual se perguntam se nossa sociedade, ao demonizar a maconha, não está acidentalmente aumentando o consumo de álcool e, em consequência, as taxas de mortes violentas e por intoxicação.

“Legalizar a maconha levaria a uma redução da violência doméstica e comunitária. Nós enxergamos um futuro no qual a canábis não apenas seja legal, mas conselheiros domésticos achem apropriado aconselhar maridos abusivos a reduzir ou eliminar o consumo de álcool e consumir maconha como alternativa”, diz o livro.

Hoje, enquanto a maconha é descrita como vampiro, o álcool é em geral associado a diversão, esporte e saúde pela publicidade. Os maiores eventos

esportivos do mundo, da Copa do Mundo ao Super Bowl, invariavelmente têm uma bebida alcoólica entre seus patrocinadores.

No Marrocos, álcool não é proibido pela lei – ele é proibido pela cultura. Ao que tudo indica, a cultura é muito mais eficaz do que a lei para determinar o uso de drogas pelas pessoas. Enquanto a proibição ocidental das drogas é um fracasso óbvio, o veto cultural ao álcool em países muçulmanos é largamente bem-sucedido.

Na verdade, embora essa tese seja difícil de ser provada, parece crível que a proibição da maconha acabe criando uma cultura ainda mais favorável a ela. A proibição, hoje, do jeito que é, é tão injustificável que gera uma percepção cultural de que ela é injusta e incentiva muita gente a desrespeitá-la. Isso ajuda a entender por que a proibição ultrarradical tende a aumentar o número de usuários.

O tempo todo, quando se anda por Chefchaouen, se é abordado por vendedores de todas as idades, a maioria jovens, oferecendo haxixe.

“Quer comprar dez gramas?”, diz um deles.

Ao ouvir a negativa, ele tenta algo diferente: “E um quilo?”.

Vender grandes quantidades para mochileiros europeus é bom negócio para esses rapazes. Os europeus que se dispõem a embrulhar a maconha em pedaços de camisinhas, engolir e rumar para o norte fazem numa viagem alguns milhares de euros. Não é uma fortuna, mas, nesses tempos de crise, é bem atraente. E o risco de ser apanhado é pequeno, assim como o de ter complicações sérias de saúde (quem faz o mesmo com drogas hiperconcentradas, como cocaína e heroína, corre sério risco de vida caso uma camisinha estoure, porque essas drogas, ao contrário da maconha, matam por overdose).

Quando o rei Mohammed VI apertou o cerco contra o haxixe, em 2003, o primeiro efeito foi uma alta geral nos preços. Um saquinho de dez gramas, que custava dez euros, hoje sai pelo dobro nas ruas de Chefchaouen. A maior parte desse dinheiro fica na mão do intermediário, que busca o haxixe nas aldeias rurais do Rif e a vende para algum visitante europeu. Mais lucrativo ainda é levar a droga para a Europa e vendê-la para um distribuidor lá, por um preço dez vezes mais alto.

Rapidamente algumas pessoas enriqueceram – gente com contatos tanto nas aldeias nas montanhas como nas comunidades de emigrantes na Europa, que

passam a droga para a frente. Uns viraram mitos nos vilarejos, e basta perguntar sobre eles para ouvir as histórias.

“Mohammed Ouazzani era tão rico que andava num carro melhor que o do rei”, ouvi pelas ruas. “Óbvio que o rei não gostava dele.”

Ouazzani é conhecido na Espanha como El Nene (o bebê), por causa dos bochechões simpáticos na cara de moleque. Em 2008, aos 32 anos, ele achava engraçado dizer que tinha mais milhões na conta bancária do que anos de vida. Conta-se que ele tinha um monte de funcionários do governo e da polícia no bolso. Ouazzani foi preso em 2004, fugiu da cadeia em 2007 e foi preso de novo em 2008. Dizem que sua cela era bem mais confortável que qualquer outra no Marrocos. O povo da região não desgosta dele.

“Ele não incomodava a gente daqui. Ele contratava muito, pagava bem, ajudava as comunidades”, explicou Mohammed, do hotel.

Em 2009, a crise econômica mundial chegou ao Rif, provocando uma grande baixa no turismo. Em 2010, a ofensiva policial contra o *kif* chegou ao auge. Quase toda a produção do Rif foi queimada.

“Aí houve muito suicídio nas montanhas. As pessoas investiam tudo o que tinham numa plantação de canábis, que ia sustentar a família o ano todo. Então, a polícia vinha e só deixava as dívidas. Sabemos de uma senhora que vivia aqui perto que se enforcou”, disse Mohammed.

Com tudo isso, a popularidade do rei nunca esteve tão baixa.

“O rei é um covarde, não é como o pai dele. Ele morre de medo dos europeus, por isso persegue o *kif*”, contaram-me.

No final de 2010, a primavera árabe começou na quase vizinha Tunísia, iniciando uma fileira de dominós na qual as monarquias autocráticas do mundo árabe começaram a desabar, uma atrás da outra. Os protestos chegaram às ruas das grandes cidades marroquinas, com manifestações que juntaram algumas dezenas de milhares de pessoas nas ruas de Rabat e Casablanca, em 5 de junho de 2011. Diante disso, o governo de Mohammed VI resolveu parar de apertar a bexiga, com medo de que ela lhe explodisse na cara. Ele determinou o fim da repressão contra o *kif*.

O cultivo, que tinha se reduzido quase a zero em 2010, voltou imediatamente ao tamanho de antes, já que plantar é tão fácil. A produção cresceu, mas os turistas não voltaram, o que faz com que hoje, em Chefchaouen, haja mais vendedores que compradores de haxixe nas ruas. O preço, que subiu quando aumentou a repressão, não voltou a baixar, porque os

vendedores agora sabem que haverá sempre quem tope pagar o que eles pedem.

Gostar do Marrocos é questão de tempo. O primeiro dia é quase sempre difícil, por causa da combinação da aridez tórrida do clima com o assédio opressivo dos guias. As medinas, numa primeira impressão, são labirintos indecifráveis, um emaranhado de ruelas estreitas meio assustadoras. Aí, no segundo dia, o cérebro começa a se habituar ao desenho da cidade, intuitivo e poético. No terceiro, os comerciantes já o conhecem pelo nome, cumprimentam quando você passa e comentam sobre o lance deslumbrante de algum jogador da seleção brasileira.

Nesse processo, a maior surpresa é descobrir que, embora os marroquinos pareçam intrometidos e barulhentos à primeira vista, logo se nota que a grande maioria é imensamente tímida e compenetrada. Antonio, o dono de nosso hotel, era assim. Cada vez que o encontrávamos, ele estava polindo, pintando, limpando, engraxando alguma coisa. Sempre que nos via, ele renovava os sagrados votos da hospitalidade berbere: “Temos a sala com as almofadas, temos a área da fonte, temos a cozinha, temos o telhado... Vocês, por favor, usem essas áreas como quiserem. Enquanto estão em Chefchaouen, esta é sua casa. E, se precisarem de qualquer coisa, é só pedir”.

Andando pelas ruas da cidade, depara-se com muita gente de espírito parecido. Geralmente as pessoas passam o dia inteiro trabalhando – esculpindo, tecendo, pintando – na porta de seu negócio, de costas para a rua, à vista de quem passa. Outra coisa que se vê nas ruas o tempo todo são crianças – chutando bolas, correndo, pegando, escondendo, puxando cordas, gritando, rindo, chorando. A vida é nas ruas, em público.

No domingo de manhã, quando saímos, encontramos a cidade toda – homens, mulheres e crianças – com rolos e baldes de cal branca e azul. Era dia de pintar a cidade. A medina de Chefchaouen é uma comunidade, onde todo mundo toma conta de tudo, em vez de cada um pintar sua casa. É por isso que ela é tão linda, tão harmônica. De tempos em tempos, quando o azul das paredes começa a ficar marrom de poeira, a cidade toda se mobiliza para se retocar.

Naquele dia, mais tarde, fomos abordados por um lojista gordinho de bigode e simpatia impecáveis que nos convidou para visitar sua loja. Aceitamos o convite. A loja vendia cosméticos marroquinos tradicionais. Quase nenhum dos produtos à venda tinha rótulo ou embalagem, eram todos

semi-industrializados, de extratos minerais, vegetais ou animais extraídos nos vilarejos rurais, processados à mão, em esquemas de baixa tecnologia. Num país onde circula pouco dinheiro, usar a natureza sai muito mais barato que algo que venha num pote de plástico.

O proprietário da loja pôs-se a enumerar as vantagens dos produtos naturais sobre os industrializados. Ele mostrou, numa caixa, o pó fino e esverdeado resultante de uma folha seca moída: hena, usada para pintar a pele e os cabelos. Nas prateleiras, havia cubos amarelados de perfume sólido, como se fossem sabonetes mais duros, feitos de gorduras vegetais e de fragrâncias conhecidas desde a Antiguidade, como âmbar, que é a resina de um arbusto, e almíscar, extraído de uma glândula de uma espécie de veado. O equivalente local do sabão é uma resina amarela alaranjada, retirada das entranhas de uma árvore. Numa tigela, ele vendia um pó de argila cinza, que, misturado com água, vira um barro grosso e meio repulsivo. “Xampu marroquino, o melhor que existe.”

Resolvemos comprar um pouco de cada coisa, o que não foi difícil, porque todos os produtos tinham etiqueta de preço. No Marrocos, quase nada tem preço marcado, e quase tudo tem de ser negociado e é mais caro para ocidentais. Mas os cosméticos, por regulação do governo, têm preço fixo. “O governo fiscaliza este mercado com rigor para garantir que os cosméticos tenham boa qualidade e não façam mal à saúde”, explicou o comerciante.

Naquela noite, depois do banho, os cabelos negros de Joana estavam brilhantes como nunca e seu pescoço exalava o perfume quente do âmbar.

Acordamos cedo na segunda-feira e uma névoa fina ainda estava deitada sobre a cidadezinha. Fomos para a rua antes de a agitação começar, enquanto os comerciantes abriam suas portas e estendiam seus tapetes. Cruzamos a medina na direção do alto da montanha e, na porta da cidade, passamos pela feirinha de rua semanal. Senhoras idosas, com o tradicional chapéu de palha decorado com panos coloridos, carregavam sobre suas corcundas grandes trouxas de hortelã, tomate e outras plantas, trazidas da zona rural.

Saímos de Chefchaouen com o sol já alto e a névoa dissolvida. Caminhamos numa trilha montanha acima. Lá no topo, passamos por um grande hotel que, quando foi construído, roubou de parte da medina a vista das montanhas. Atrás dele, começamos a andar numa estradinha de terra, na direção de uma floresta de eucaliptos. Na entrada da floresta, havia alguns jovens, sentados à sombra das árvores. Joana achou que eles pareciam faunos.

Estávamos apreensivos, transpondo o território do tráfico ilegal, e a trilha parecia bastante sinistra.

Dois dos jovens logo nos cercaram, oferecendo haxixe. Respondi que não queríamos, mas eles continuaram a perseguição, como se fosse apenas questão de insistir o suficiente. Uma hora parei de caminhar, olhei sério nos olhos deles e avisei com firmeza que não íamos comprar. Eles se desinteressaram de nós e voltaram para sua sombra sob os eucaliptos. Outro rapaz, porém, já vinha atrás, esperando que os primeiros perseguidores fracassassem em sua investida. Chamava-se Abdul, tinha 24 anos, era calado, conhecia bem a região e não se incomodou com minhas negativas – seguiu conosco.

Logo deixamos os eucaliptos para trás e continuamos andando sob o sol intenso, sem sombra alguma. As cores das montanhas variavam pouco: marrom, bege, cinza, amarelo, só aqui e ali algum verde-claro. Tudo era seco, pobre, árido. Numa curva, um vale se revelou, e Abdul jogou a isca para nossa curiosidade.

“Está vendo aquela mancha verde lá embaixo?”

Havia uma casinha branca no vale e, em frente a ela, um pequeno retângulo verde-escuro de talvez cinco por cinco metros. A cor destoava da palidez de todo o resto.

“É maconha”, disse ele.

Abdul mora em Kallah, um vilarejo rural que fica a apenas uma hora de caminhada de Chefchaouen, coisa de cinco quilômetros. A distância é pequena, mas suficiente para que o dinheiro do turismo não chegue lá. Todo mundo em Kallah é agricultor. Planta-se trigo, para fazer o pão que mata a fome. Planta-se milho, e mais uma ou outra cultura resistente ao sol e ao frio, apenas para subsistência. E, para que seja possível comprar cigarros, roupas, sal, livros escolares, grãos e tudo o mais que não se produz ali, planta-se canábis, o único produto local que é trocado por dinheiro. Abdul me disse que a cidadezinha inteira planta, e a informação me pareceu crível, já que havia um retângulo verde-escuro ao lado de cada casinha que enxergávamos de longe.

Eu quis saber se a família dele plantava também, ele confirmou. Perguntei se, por dez dirrãs,⁴⁹ ele me levaria para ver o lugar onde eles produziam haxixe. Ele riu.

“Visitar nossa produção custa no mínimo 400 dirrãs.”

Seguimos caminhando e jogando o velho jogo da negociação, tão popular no Marrocos. Acabamos fechando em 250 dirrãs.

“Mas você só pode tirar uma foto”, disse Abdul.

“Por 250 dirrãs, cinco fotos, ou nada feito”, insisti, deixando que meus genes hebraicos se expressassem.

“Ok.”

Cruzando o vilarejo, passamos por meninos com enxadas ajeitando canais de irrigação. Um deles vestia a camiseta do Milan com o número 7, de Alexandre Pato. Um primo de Abdul começou a andar conosco. Chegamos a um barraco discreto, quase sem janelas, escondido no meio das plantações.

“Antes, minha família produzia haxixe em casa”, contou Abdul. “Mas, quando a polícia começou a prender gente daqui, tivemos de nos esconder.” Cinco pessoas de Kallah passaram alguns meses na cadeia em 2010.

“Este ano, não fomos incomodados, porque o governo parou de reprimir, com medo das manifestações, mas não sabemos se eles vão voltar. Temos de ser discretos.”

Dentro do barraquinho, havia uma bacia de metal, coberta por um tecido sintético preto bem esticado.

“Esse tecido vem da China. Ele foi proibido pelo governo e é considerado tráfico. Precisamos contrabandear, é bem caro”, explicou Abdul.

O calor lá dentro era insuportável, e a única decoração era um pequeno quadro com o nome de Bob Marley pintado. Havia duas cadeiras e nos sentamos. O primo de Abdul, sempre calado, mas sorridente, pegou uma planta de canábis inteira, bem seca, que estava jogada no chão.

“Isso é *kif*”, informou Abdul.

Os dois colocaram a planta no tecido esticado sobre a bacia e estenderam um plástico branco por cima de tudo. Com duas baquetas cada um, Abdul e seu primo começaram a batucar sobre o plástico. O ritmo africano encheu o barraco.

“É assim que se produz haxixe”, disse Abdul, “com música.”

O batuque tritura a planta, e um pó bem fino atravessa a trama do tecido e se acumula na bacia. É essa a tecnologia envolvida: uma planta que nasce em qualquer lugar, uma tira de pano, uma bacia e duas baquetas de madeira. Não me admira que seja tão difícil evitar que alguém produza.

Na primeira batucada, o pó é bem escuro, quase preto. “Por isso chamamos de chocolate, que vendemos por 1.500 euros o quilo.” A segunda batucada solta um pó mais claro, cujo quilo é vendido por 800 euros, de acordo com Abdul. A terceira passagem produz haxixe de baixa qualidade, vendido a 300 euros o quilo. Com o resto ainda se faz um óleo para cozinhar.

Depois ele nos levou para um dos vários campos de canábis, onde algumas centenas de plantas cresciam inocentes. Perguntou se não queríamos comprar terras. “Muitos europeus estão comprando.” Recusei, polidamente.

As plantas mais altas tinham o tamanho de uma pessoa adulta. Abdul deu um tapa numa delas e uma nuvem de pólen se espalhou no ar. “É macho. Não serve para nada.”

Estávamos no dia 27 de junho, as plantas macho já tinham florido, mas as fêmeas ainda não. Nas semanas seguintes, o trabalho na roça seria arrancar todas as plantas macho, identificadas pelas flores, para que as fêmeas, quando florissessem, ficassem “sexualmente frustradas” e se enchessem de resina.

Depois de passar por regiões produtoras de canábis no México, Califórnia, Holanda e Espanha, finalmente encontrei o vampiro – o matador de neurônios, o enlouquecedor de gente, o causador de crimes, o corruptor de menores, o inimigo da civilização, o mal que precisa ser extirpado do mundo segundo as convenções internacionais.

Olhando de onde estávamos – a beira de uma estradinha de terra, guiados por um menino tranquilo e sorridente cujo sonho mais ousado é um dia conhecer uma boa discoteca, cercados de burricos e de velhas corcundas carregando grandes trouxas cheias de trigo para fazer pão – parecia ser apenas uma planta.

Nos próximos anos, a indústria de haxixe do Marrocos vai mudar, com absoluta certeza. Só não dá para saber, a esta altura da história da civilização humana, que mudança será essa. Talvez o Marrocos siga apertando a repressão e percorra com meio século de atraso a mesma trilha que o mundo inteiro já conhece.

É o que vem acontecendo neste início de século XXI. No *World Drug Report 2011*, da ONU, constata-se que a África começou a ser afetada pelo efeito bexiga. Com o endurecimento da repressão nas rotas tradicionais de cocaína entre a América do Sul e a Europa, os traficantes começaram a fazer o que fazem sempre: encontraram uma alternativa, através de países com instituições fracas e, portanto, sujeitas a subornos. Calcula-se que, em 2009,

tenham entrado na África, rumo à Europa, 35 toneladas de cocaína. Desse total, 21 toneladas saíram do continente. O resto ficou por lá, e boa parte foi consumida por africanos, que até pouco tempo atrás não conheciam a cocaína. Como sempre acontece, o consumo está crescendo nos países de trânsito, em consequência da repressão nas fronteiras.

Quando a cocaína chega, o jogo muda. As margens de lucro crescem cem vezes, e traficantes ficam milionários. Quem já tem rotas estabelecidas leva vantagem nesse mercado, como mostrou o Cartel de Guadalajara, no México, nos anos 1980. Até então especializados em transportar maconha para os Estados Unidos, os mexicanos passaram a também exportar cocaína quando os cartéis colombianos foram destruídos. Marroquinos hoje controlam boa parte do tráfico de maconha da África para a Europa. Se a repressão continuar endurecendo no mundo, é de esperar que eles tenham acesso a cada vez mais cocaína, fiquem cada vez mais ricos e tornem a sociedade marroquina cada vez mais violenta. Atualmente, a taxa de homicídios do Marrocos é de 0,5 a cada 100 mil habitantes – dez vezes menor que a dos Estados Unidos, de cinco a cada 100 mil. Isso pode mudar rápido.

Mas talvez o que mude seja a maneira como o mundo lida com esse tema. Quem sabe, daqui a dez anos, se eu voltar para o Marrocos, não acabe encontrando aquele mesmo lojista gordinho e simpático que nos vendeu xampu comercializando haxixe, com etiqueta de preço e qualidade regulamentadas pelo governo. Talvez Abdul, até lá, tenha montado uma visita turística organizada, para levar os europeus para conhecerem o milenar processo de produção do *kife* e ouvirem a música do haxixe. Quem sabe, até lá, haxixe deixe de ser uma ameaça às instituições democráticas e à paz e torne-se uma oportunidade de desenvolvimento para uma região que não produz mais nada.

Numa manhã, uma semana depois de nossa chegada ao Marrocos, pegamos nossas bicicletas e pedalamos até o *kasbah*, o velho castelo na entrada da cidade. Fomos cercados de meninos, que queriam dar uma voltinha nas bicicletas dobráveis. Sentamos a uma mesinha no simpático terraço ao ar livre de um restaurante e, enquanto esperávamos que nos trouxessem as bicicletas de volta, fizemos um brinde, com chá fresco de menta, ao futuro do Marrocos. Esperamos perto de uma hora até que todo mundo na praça tivesse dado uma voltinha. E começamos nossa viagem de volta ao Brasil.

[47](#). Dados de 2008 da agência da ONU para drogas e crime.

[48](#). FOX, Steve; ARMENTANO, Paul; TVERT, Mason. *Marijuana is Safer: So Why Are We Driving People to Drink?*. White River Junction: Chelsea Green, 2009.

[49](#). Dez dirrãs equivalem a aproximadamente 1 euro, que, na época em que escrevi este livro, valia 2,30 reais.

Para terminar

SE UM DIA EU CEDER aos apelos da minha mãe e colocar uma criança no mundo, espero que ela chegue à idade adulta sem fumar maconha – nem tabaco, nem beber álcool, nem tomar nenhuma droga psicoativa. Torço para ser capaz de dar a ela suficiente amor e atenção para que não sinta um vazio na alma e não desenvolva um temperamento compulsivo, que convida à dependência. Desejo de todo coração que ela não precise de droga nenhuma – nem maconha nem Ritalina – para ser feliz, para que seu cérebro em desenvolvimento fique livre de manipulações químicas.

No entanto, se, por rebeldia, ou por curiosidade, ou por pressão dos amigos, ou por alguma misteriosa necessidade bioquímica, meu(inha) filho(a) resolver experimentar o que quer que seja, espero que não tenha de se expor a traficantes, a policiais corruptos e violentos, a delegados completamente desqualificados para lidar com jovens ou com drogas. Espero que, até lá, estejamos vivendo num país capaz de cuidar de suas crianças, que haja no Brasil um sistema racional, que zele para reduzir os perigos das drogas e para evitar que os jovens se destruam.

Não tenho dúvida de que, no tempo de meu(inha) filho(a), haverá drogas, como sempre houve e sempre haverá – só mesmo os utópicos fundamentalistas religiosos podem acreditar em livrar o mundo delas. Sei também que as pessoas continuarão sofrendo, machucando-se e morrendo por causa das drogas, como sempre foi e sempre será. Mas as drogas nunca na história foram tão perigosas quanto são hoje. E elas são tão perigosas assim por um único motivo: por causa do sistema equivocado que nossa sociedade colocou para funcionar nas últimas décadas. Graças à proibição ultraradical, atualmente as drogas matam mais, machucam mais e causam mais dano social que em qualquer época da história. Espero que, quando meu(inha) filho(a) – que ainda nem foi concebido(a) – chegar à idade de querer experimentar as coisas, esse sistema seja coisa do passado e que a geração dele(a) não tenha de enfrentar o que minha geração enfrentou.

Torço para que meu(inha) filho(a) possa crescer sentindo-se capaz de fazer as próprias escolhas e assumindo a responsabilidade por elas e que, se por acaso algo sair errado, ele(a) tenha para quem pedir ajuda.

Até dez anos atrás, acreditava-se que só haveria mudanças no sistema global para lidar com as drogas quando os políticos quisessem. Havia a percepção de que essas mudanças seriam feitas primeiro na ONU, depois no

Congresso de cada país. Como tanto a ONU quanto as câmaras legislativas são dominadas por políticos dependentes da guerra contra as drogas, a perspectiva era de que modificar alguma coisa levaria décadas.

Hoje pensa-se diferente. Cada vez fica mais claro que o sistema vai ser alterado de qualquer jeito, mesmo que os políticos não queiram. Na realidade, isso já começou a acontecer, em pequena escala, em várias partes do mundo. Essas mudanças estão sendo conquistadas na justiça, com luta e sacrifício pessoal, e em geral têm a ver com o reconhecimento de uma obviedade: maconha não é igual ao resto do frankenstein.

Na Califórnia, pacientes de doenças graves cujo sofrimento é inegável e que claramente têm sido prejudicados de modo injusto pela proibição conseguiram mudar o sistema com batalhas judiciais e nas urnas de um plebiscito. Na Espanha, cultivadores estão ganhando na justiça o direito de plantar canábis para uso coletivo, sem fins lucrativos. Tudo isso ocorreu à revelia dos governos e dos políticos.

É inevitável que essas mesmas batalhas cheguem aos tribunais do mundo todo. E, no mundo todo, onde houver um sistema de justiça mais ou menos sério e honesto, será difícil derrotar os argumentos dos que querem mudança. Afinal, só quem não é muito chegado a democracia se oporia a princípios como liberdade de expressão, privacidade, igualdade perante a lei e acesso a medicamentos essenciais para pacientes graves. Nas próximas décadas, juízes do mundo todo lentamente cederão aos fatos.

Isso vai acontecer no Brasil também, mais cedo ou mais tarde. Aliás, já está acontecendo.

Em setembro de 2010, vizinhos denunciaram anonimamente um cultivo de canábis na cobertura de um prédio perto da praia no Recreio dos Bandeirantes, no Rio de Janeiro. Quando escrevi este livro, em agosto de 2011, ainda dava para ver os vasos na foto de satélite do Google Earth, espalhados pela gloriosa varanda, que parece ter mais de 150 metros quadrados de área.⁵⁰ A polícia fez o flagrante com o usual escarcéu, apreendeu 108 plantas, de diferentes variedades, e algemou os dois moradores do apartamento, o professor universitário e executivo da IBM Francisco Aurélio de Souza Grossi, de 67 anos, e seu filho, o jornalista Gustavo Grossi, de 33 anos. Toda a imprensa chegou ao apartamento meia hora depois da polícia, e a notícia foi publicada com estardalhaço no Brasil todo, em sites, na televisão e em jornais.

Francisco é engenheiro elétrico formado pelo Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), professor de programação de computadores, faixa preta de judô, piloto de planador e de avião, paraquedista e mergulhador. Seu trabalho na IBM, reconhecido no mundo todo, levou-o a viver com o filho na Europa e nos Estados Unidos, onde liderou projetos e redigiu livros técnicos em inglês. Além disso, ele gosta de fumar maconha.

Quando viviam na Califórnia, Gustavo teve problemas de alergia respiratória, foi ao médico e recebeu a surpreendente recomendação de fumar maconha. Naquela época, pai e filho descobriram que canábis é uma flor, e não um tijolo cor de cortiça prensado por traficantes. Mas, ao retornarem ao Brasil, tiveram de voltar a depender do tráfico ilegal.

Em 2006, a lei de drogas brasileira mudou, e deixou de haver pena de prisão para usuários. A lei também introduziu uma novidade: cultivar para uso próprio não é mais considerado tráfico. Francisco e Gustavo, que não queriam mais consumir maconha de péssima qualidade nem financiar o narcotráfico, resolveram que era hora de começar a cultivar. Por cinco anos, eles compraram sementes em sites estrangeiros e, usando luzes potentes, passaram a produzir o próprio fumo. Com o tempo, desenvolveram uma técnica: plantavam vários pés e forçavam a floração antes da hora, para reduzir o ciclo da flor e ter uma colheita rápida e, portanto, discreta. Essa técnica permitia a colheita em apenas três meses, mas impedia que a planta crescesse muito, e por isso a produção de cada planta era de dez a quinze gramas de fumo (na natureza, uma planta pode produzir mais de meio quilo).

“Tínhamos 108 plantas porque o plano era dividir: 54 para cada um. Isso daria algo perto de 700 gramas de fumo para cada um, uma quantidade razoável para um ano”, explicou Gustavo, por telefone. A delegada enxergou diferente. Ela achou que os dois eram traficantes.

“Ela nem sabia o que é maconha”, disse Gustavo. “Fez perguntas sobre os químicos que usávamos para processar a droga, mal sabia que canábis é uma flor, consumida no estado natural.”

O crime de tráfico é hediondo e, portanto, não permite que se aguarde o julgamento em liberdade. Francisco e Gustavo ficaram três meses presos sem terem sido condenados por nada.

“Foi barra. As condições eram horríveis. Sem falar do trauma de nossa detenção: fomos algemados, apontaram armas contra nossas cabeças, até hoje tenho pesadelos”, contou Gustavo.

Quando finalmente foram julgados, a promotoria foi incapaz de encontrar

provas de que os dois fossem traficantes. Gustavo, cultivador dedicado, tinha deixado um diário pelo qual ficava claro que a produção era para eles mesmos. Nada na conta bancária dos dois levantava suspeitas de que ganhassem dinheiro com o *hobby*, e o ótimo salário de Francisco indicava que eles não precisavam disso. Em dezembro, os dois foram libertados, em troca do pagamento de duas cestas básicas para uma instituição de caridade. Nenhum veículo da grande mídia noticiou a libertação. Ninguém pediu desculpas pelos três meses de prisão indevida. A IBM ficou feliz de ter Francisco de volta e nem cogitou demiti-lo, o que dá a medida de quanto nossas leis estão em dissonância com os valores da sociedade.

Claro que, para cada Gustavo e Francisco em cima de uma cobertura, há vários cultivadores com menos sorte sendo presos como traficantes pela mesma coisa. A lei brasileira admite que um cultivador que planta apenas para uso próprio é usuário, e não traficante, mas cabe ao delegado fazer a distinção. Muitos usuários ainda são enquadrados em tráfico, principalmente se não puderem contratar um bom advogado.

“Ninguém entende nada de canábis no Brasil. Tivemos de ensinar a nosso advogado como funciona o cultivo, e por sorte ele tinha capacidade para aprender. Certamente há casos parecidos terminando diferente”, disse Gustavo.

Mas há também muitos casos com final feliz, geralmente não noticiados pela mídia. Nos últimos anos, houve pelo menos uma dúzia de ocorrências no Brasil de pessoas que escaparam da cadeia depois de serem pegas plantando canábis. Com o tempo e com a chegada desses casos criminais a instâncias mais altas da justiça, chegará o dia em que o direito ao cultivo será conquistado e regulamentado nos tribunais. É o primeiro passo para o Brasil mudar na direção do sistema das cooperativas da Espanha.

Da mesma forma, assim como aconteceu na Califórnia, é questão de tempo que pacientes de esclerose múltipla, câncer, aids, dor crônica e várias outras doenças se organizem e briguem na justiça pelo direito de comprar um fumo que, por servir de medicamento, não esteja contaminado por fungos, agrotóxicos e substâncias químicas para disfarçar o odor. A lei brasileira de 2006 já reconhece o direito ao uso medicinal da canábis, mas, por conta da dependência dos políticos, não há regulamentação e nenhuma forma legal de obter a flor. Até hoje, esses casos não têm ido a julgamento porque, diante da lendária morosidade da justiça brasileira e da proverbial acomodação dos cidadãos, os doentes preferem comprar de traficantes a ir aos tribunais. Isso, porém, não vai durar para sempre.

Um vendedor de equipamento para cultivo com quem conversei me contou que está havendo uma explosão de cultivo no país. Milhares de pessoas, tanto usuários recreativos como medicinais, estão começando a plantar canábis, para não ter de recorrer ao tráfico ilegal. Cultivadores de canábis precisam ser imensamente cuidadosos,⁵¹ porque o risco que correm é gigantesco. A pena mínima por tráfico é de cinco anos (embora réus primários possam escapar da cadeia). Para não ser confundido com um traficante, o cultivador deve etiquetar cada planta com o nome do usuário, deixando claro que se trata de uso pessoal. É recomendável manter registros detalhados do processo de produção, gerando provas de que não se trata de tráfico.

Hoje o Estado garante que está tentando combater o tráfico ilegal, mas tudo o que tem conseguido fazer é aumentar os lucros dos traficantes e a violência na sociedade. Sem dúvida, o único modo de prejudicar de verdade os traficantes é reduzir seus lucros, diminuindo, conseqüentemente, seu poder. Para isso, é preciso criar canais de fornecimento alternativos, fazendo com que os criminosos percam mercado. Qualquer usuário de maconha é capaz disso. Plantar canábis sem fins lucrativos é combater o tráfico, de maneira muito mais eficaz que o Estado faz.

Com o tempo, essas plantas vão florescer e exalar seu inconfundível perfume, e, volta e meia, algum vizinho indignado chamará a polícia. Você vai ouvir mais e mais sobre casos desse tipo. Uns serão presos como traficantes, mas muitos escaparão da cadeia, e o sistema irá mudando assim, aos poucos – e inevitavelmente. Queiram os políticos ou não.

Há algo útil que os políticos podem fazer enquanto o inevitável não acontece: ajudar o Brasil a ter um sistema racional, coerente, bem armado, que combata de verdade os danos reais e sérios que a droga causa, que geralmente não têm nada a ver com maconha. Portugal ensinou o caminho – e, se lá é possível, deveria ser no Brasil também.

Não que a solução seja copiar o modelo português: copiar modelos raramente funciona com sistemas complexos. O que precisamos é aprender com Portugal e usar um processo semelhante para chegar a um sistema adequado ao Brasil. O primeiro passo é indicar uma comissão de especialistas sérios – o que não deve ser confundido com um grupo de autoridades no poder (cujo interesse principal é manter o *status quo*) – para estudar em profundidade o caso brasileiro e levar ao Congresso uma estratégia completa, baseada em conhecimento, não em histeria.

Essa estratégia certamente incluirá estruturar um sistema nacional de cuidado com o dependente, que possa dar conta do problema quando a política de drogas sair da mão do Ministério da Justiça e for para onde deveria estar: o Ministério da Saúde. Portugal, diferentemente do Brasil, já tinha um bom sistema de atendimento na saúde, o que facilitou a transição.

Hoje, no Brasil, o problema mais sério a lidar é o *crack*, uma epidemia que tomou praticamente todas as cidades do país, por causa da velha regra da proibição ultrarradical: ela sempre incentiva os traficantes a criar drogas mais potentes. Ao contrário da dependência em heroína, maior problema português, que pode ser combatida com a ajuda da metadona, a dependência de *crack* é vencida basicamente com terapia, sem atalho químico. Enquanto o país tentar livrar-se dos “crackeiros” por meio de iniciativas isoladas, mais ligadas à limpeza das ruas que ao cuidado verdadeiro com as pessoas, não haverá uma solução para o problema. Meninos serão levados para tratamento forçado e, quando saírem, voltarão às ruas, queimando dinheiro público.

Talvez pareça utópico acreditar que os políticos brasileiros, historicamente desconectados do interesse público, tomem a iniciativa nesse processo e proponham uma estratégia racional e corajosa. Afinal, estamos falando da classe que aumentou o próprio salário em 62% logo após as eleições, em 2010. Mas o fato é que, diante das mudanças inevitáveis que o futuro reserva, liderar a transição pode se transformar em oportunidade para políticos ascendentes. Nos próximos anos, o mundo inteiro vai dar passos na direção de um sistema mais racional e eficiente. Há de surgir alguma liderança brasileira capaz de perceber que criar um sistema que funcione de verdade para resolver mesmo um problema é um bom jeito de ganhar votos na eleição seguinte.

É hora de começarmos a picotar o frankenstein, como sugeri nas primeiras páginas deste livro. Há no mundo 210 milhões de usuários de drogas ilícitas, segundo a ONU. Separando desse montante os 165 milhões de usuários de maconha, que não oferecem risco nenhum à sociedade, restam 45 milhões. Destes, 35 milhões não têm tanta importância: são os usuários recreativos de outras drogas, que usam apenas eventualmente e não geram grandes problemas sociais.

Sobram, então, os 10 milhões de usuários problemáticos: menores de idade, dependentes, motoristas imprudentes, brigões, gente que corre riscos sérios consumindo drogas. Essas pessoas têm de mudar de comportamento. O primeiro passo é disponibilizar ajuda para elas, por meio dos sistemas de saúde. No entanto, é preciso também impor sanções, que reduzam o dano

social: por exemplo, caçar a carteira de motorista de abusadores de álcool e outras drogas.

Esses 10 milhões de pessoas são a maior fonte de renda do tráfico ilegal, porque consomem uma proporção imensa da quantidade de drogas produzidas no mundo. Ninguém conhece os números, mas algumas estimativas calculam que 80% do dinheiro movimentado pelo tráfico venha de dependentes. Assim, se o poder público conseguir cuidar desses 10 milhões, algo como 80% da receita dos traficantes será comprometida. Sem receita, o tráfico perderá poder, e aí os índices de violência vão começar a reduzir no mundo todo. Não porque os traficantes ficarão bonzinhos, e sim porque eles ficarão pobres e, portanto, não serão capazes de incomodar tanto.

Claro que a polícia continuaria tendo papel importante num sistema comandado pelo Ministério da Saúde. Obviamente haveria regras a serem cumpridas e caberia à polícia fiscalizar seu cumprimento. Mas um princípio precisa nortear a atuação da justiça: o de punir os danos reais à sociedade e não os percebidos pela ideologia vampirística. Por exemplo, não faz sentido punir com longas penas meninos de rua, suas namoradas e agricultores, que apenas seguem incentivos financeiros e podem ser facilmente substituídos. A pena precisa ser proporcional ao estrago que a pessoa causa na sociedade. Quem mata, rouba, sequestra tem de ser punido com severidade. Quem apenas responde ao tsunami da demanda, nem tanto.

O centro da política precisa deixar de ser combater a droga – o que precisamos é evitar que as pessoas façam bobagens usando drogas. O mais importante não é a droga – é o que fazemos com ela. Uma pessoa que usa maconha para cuidar de pacientes terminais não é igual a uma pessoa que a use para financiar assassinatos. Ao tratarmos todas da mesma maneira, criamos incentivos contra o bom comportamento.

Uma boa política de drogas transfere a responsabilidade pelos danos sociais para as pessoas, em vez de comodamente atribuí-los às substâncias. Uma pessoa que usa droga e comete uma bobagem precisa ser punida com rigor, porque, ao usar a droga, ela assumiu o risco de cometer a bobagem. Hoje o Estado se comporta como um pai rigoroso, mas bobo, que tenta controlar o que o filho faz, porém, quando ele faz besteira, desculpa-o, porque a culpa não foi dele, foi da droga.

Quer ouvir uma história engraçada? Hoje, segundo as convenções da ONU, os índios dos Andes não podem mastigar a folha de coca, como seus

ancestrais faziam. Entretanto, a Coca-Cola pode processar a planta, de maneira a retirar a cocaína, e depois empregá-la na receita de seu refrigerante. A ironia disso é que foram os índios andinos que descobriram as propriedades da folha de coca. Aí os cientistas, sem lhes pagar nada, isolaram a cocaína, levaram-na para o mundo desenvolvido, industrializaram-na e criaram uma indústria milionária. Criaram também uma droga potente que causa um monte de problemas e provocou a proibição da planta. Hoje a indústria continua a ter permissão para usar a coca, mas os índios não.

Cada era da história da humanidade tem suas crenças e seus preconceitos. Houve um tempo em que se achava que a cor da pele indicava superioridade e que as raças superiores tinham direito de escravizar as inferiores. Em certa época, julgava-se que Deus outorgava ao rei o direito de governar os homens. Até não muito tempo atrás, acreditava-se na superioridade do homem sobre a mulher. Então, a era científico-industrial, inaugurada no século XIX, derrubou essas crenças, mas colocou outra no lugar: a de que aquilo que é industrializado é sempre superior àquilo que é natural – Coca-Cola, por exemplo, é superior à folha de coca. Indústria é sinônimo de progresso. Natureza é atraso.

No século XX, o mundo foi planejado para as indústrias, não para as pessoas. As cidades foram construídas para dar espaço para o maior número possível de carros – e, como resultado, o espaço público nunca foi tão sujo, barulhento e perigoso. O modelo de produção e de ocupação passou a consumir recursos naturais e gerar resíduos num ritmo alucinante – o que levou o mundo a um colapso ambiental e está fazendo o clima mudar. E a política tornou-se refém das empresas, que financiam as campanhas – criando uma sensação global de que as pessoas deixaram de ser representadas.

Por causa desses efeitos colaterais, a fé na indústria e na tecnologia está em crise. A crença de que a indústria é sempre superior à natureza resultou na destruição da natureza e no poder excessivo da indústria. No mundo todo, há sinais de que essa visão se esgotou e teremos de voltar a valorizar a natureza.

A proibição ultrarradical da canábis é típica do século XX – uma relíquia de um modo antigo de pensar, da qual ainda não conseguimos nos livrar. No entanto, cada dia que passa, o absurdo dessa política se revela mais. É por isso que o mundo está entrando numa onda de revolta contra essa ideologia – uma onda que se manifesta nas marchas da maconha, em protestos generalizados no mundo todo, em brigas judiciais, na crescente polarização do debate, que fica cada vez mais irritado.

Essa onda não vai parar de crescer, porque ela se sustenta numa constatação

clara: a de que a canábis não é pior que seus concorrentes industriais. Ela causa menos danos mentais e menos dependência que os remédios psicoativos da indústria farmacêutica – antidepressivos, ansiolíticos, soníferos, anestésicos. Gera menos morte e violência que as bebidas alcoólicas industrializadas. E, além disso, tem óbvias vantagens econômicas, ambientais, sociais.

Não me entenda mal. Não quero dizer que a indústria seja sempre ruim e não estou propondo um retorno a um mundo pré-industrial. Mas me parece evidente que a humanidade está rumando a um mundo pós-industrial, no qual o setor produtivo vai ter de aprender a conciliar a necessidade de escala com métodos menos agressivos ao ambiente. Nesse novo mundo, haverá cada vez mais espaço para formas de produção inovadoras, não industriais. Já se vê isso acontecendo em alguns setores, como no de alimentação, com o aumento da popularidade dos selos orgânicos.

O século XX foi o século das grandes multinacionais petrolíferas, farmacêuticas e alimentícias, incluindo bebidas alcoólicas, que investiram bilhões de dólares em publicidade, financiaram quase a totalidade da pesquisa médica científica, patrocinaram todos os maiores eventos da Terra. Foi o século em que a canábis virou vilã. Pelo jeito, o século XXI começou com o pêndulo no auge de seu movimento, pronto para começar a voltar.

A indústria, porém, tem muito dinheiro e, conseqüentemente, poder. E ela não quer mudanças. A indústria farmacêutica manda na pesquisa médica mundial. Simplesmente não há dinheiro para pesquisar plantas, porque estas não podem ser patenteadas. Por que uma empresa que visa ao lucro investiria dinheiro num remédio do qual ela não pode ser dona?

A indústria de bebidas alcoólicas também é imensamente poderosa no mundo todo. No Brasil, os grandes fabricantes de cerveja estão entre os maiores investidores em publicidade e, portanto, têm imensa influência sobre a mídia (segundo o Ibope, a Ambev é a quarta maior anunciante do país, à frente do Bradesco, da Volkswagen e da Vivo). Eles estão investindo bilhões na Copa do Mundo de 2014, uma ótima estratégia para associar o álcool à saúde e à diversão e físgar usuários jovens. Isso, em longo prazo, terá impacto brutal no número de mortes no trânsito, agressões e doenças crônicas. A indústria do álcool tem também muito poder sobre a classe política, já que muitos políticos são donos de empresas de mídia locais e têm interesses fortes em eventos como a Copa do Mundo.

Se o objetivo de nossa política de drogas é mesmo cuidar de nossas crianças, será necessário contrariar alguns interesses dessas indústrias

poderosas. Para começo de conversa, é absurdo que uma droga tão perigosa quanto o álcool tenha tanta liberdade para fazer publicidade claramente focada em jovens, sem controle algum.

Nosso atual sistema para lidar com as drogas fracassou, obviamente. O que precisamos agora não é encontrar os culpados por esse fracasso. O sistema foi construído em outra época, por gente com outra cabeça e conhecimento científico de outro nível. O mundo criou o melhor sistema possível naquelas condições. Deu errado, fazer o quê? Não faz sentido perdermos tempo atribuindo aos outros a culpa pelo fracasso. “A culpa é dos usuários, que financiam o tráfico”, “é dos traficantes, criminosos hediondos”, “é dos policiais, corruptos e violentos”, “é dos proibicionistas, fundamentalistas religiosos”. Não interessa de quem é a culpa. Interessa é que o sistema não está funcionando. Num sistema ruim todo mundo tem incentivos para se comportar mal.

O que precisamos é de um novo sistema.

Para criar um novo sistema, o primeiro passo é parar com essa gritaria. Hoje a histeria domina o debate: só é ouvido quem grita mais alto. É natural que seja assim: drogas são mesmo um assunto assustador e, neste mundo cheio de desgraças, há muita gente traumatizada com elas – gente que tem drogofobia (fobia às drogas), um medo irracional. Você já deve ter visto alguém com fobia. É o caso, por exemplo, da mulher que, quando vê uma barata, sobe na mesa e começa a gritar sem parar, sem ouvir ninguém, com lágrimas rolando na face, até que alguém mate o bicho.

Fobias têm tratamento (alguns dos mais promissores envolvem a manipulação do sistema endocanabinoide) e podem ser curadas. Elas são um distúrbio psiquiátrico, assim como a dependência – e o fóbico, assim como o dependente, pode ter uma vida produtiva e bem ajustada.

Mas, do ponto de vista da sociedade, não é aconselhável deixar que fóbicos (ou dependentes) sejam responsáveis por nosso sistema de saúde. A mulher que tem medo de barata não deveria, por exemplo, tornar-se responsável por nosso sistema de saneamento básico. Se ela é incapaz de ver uma barata sem perder o controle e começar a berrar, ela não será capaz de fazer o trabalho duro de manter nossas cidades limpas.

Hoje nossa sociedade atribuiu aos drogofóbicos o trabalho de proteger a sociedade das drogas. Eles podem ser indivíduos excelentes, mas não são apropriados para essa tarefa. Precisamos tirar os histéricos do poder, se

queremos alguma racionalidade no mundo.

É importante também que a mídia cumpra seu papel de ajudar a criar condições para o debate. A imprensa obviamente deve ser livre, mas ela tem responsabilidades que precisam ser cumpridas. Uma dessas responsabilidades é não semear pânico pela sociedade a cada vez que uma pessoa racional e bem-intencionada propõe políticas mais moderadas.

Pessoas são diferentes umas das outras.

Para umas, maconha é absolutamente inofensiva, um passatempo que pode facilmente ser mantido sob controle e conciliado com uma vida criativa, produtiva e feliz; para outras, não. Algumas têm surtos psicóticos gravíssimos depois de fumar e podem sofrer danos irremovíveis em seu desenvolvimento. Outras tantas têm dificuldade para manter o hábito sob controle e acabam prejudicando sua carreira e sua vida. Para certas pessoas, maconha é uma bênção, um remédio, um alívio – é a diferença entre ficar cego e enxergar, entre sofrer com espasmos doloridos o dia todo e ter um minuto de paz, entre a vida e a morte. Essas diferenças existirão sempre. Um bom sistema é aquele que compreende essas diferenças e permite que essas pessoas vivam em paz umas com as outras.

Um bom sistema é aquele que cria incentivos e regras que diminuam os danos e que aumentem os benefícios. Nesse aspecto, o que temos hoje no Brasil é astronomicamente pior que qualquer coisa que eu vi na Holanda, na Califórnia, na Espanha, em Portugal ou mesmo no Marrocos. Nosso sistema estimula os piores usos, remunera os piores instintos, reduz qualidade, gera corrupção e violência. É ruim para todo mundo. Um bom sistema é aquele que é o melhor possível para o maior número de pessoas possível. Estamos muito longe disso.

As leis de drogas não são muito importantes para os jovens. Quando um país proibicionista legaliza uma substância, os níveis de consumo não são muito afetados. Se a lei não importa muito, o que é que importa?

Pelo que se sabe, o fator mais determinante é “cultura”. Cultura é o conjunto dos valores, dos anseios, das atitudes de uma sociedade. Hoje, de acordo com nosso sistema, a lei está contra a canábis. Mas a cultura, que é muito mais importante que a lei, está a favor. A tal “cultura canábica” está por cima, bombando em festas, manifestações de rua e editoriais de jornais. Cada dia que passa, ela fica mais orgulhosa de si própria e ganha mais adeptos.

Curioso é que a cultura pró-canábica se alimenta das leis anticanábicas. Quanto mais nosso sistema é injusto, ineficaz, contraprodutivo, violento, estúpido, mais os defensores da canábica se enchem de um senso de indignação e tornam-se orgulhosos de sua causa. Em países onde as leis não são tão injustas, como a Holanda, a cultura da canábica enfraquece, e os índices de usuários diminuem. Nos Estados Unidos, onde as leis são duríssimas, a cultura canábica ganha força – e às vezes isso acaba resultando na revolta contra as leis, como aconteceu na Califórnia.

Se queremos que menos gente use drogas, o melhor jeito de fazer isso é alimentar uma cultura que se oponha às drogas – não criar mais e mais leis. Culturas hostis a certas drogas, como a proibição cultural do álcool no Marrocos ou a aversão ao tabaco que está se disseminando no Ocidente, funcionam muito melhor do que qualquer lei para manter as crianças longe. O que estou querendo dizer é que pode haver um último motivo para permitir que haja um mercado legal e regulado para comercializar maconha: isso enfraqueceria a cultura canábica e, conseqüentemente, poderia fazer com que as pessoas fumassem menos maconha.

[50](#). Coordenadas: 23°1'3.33" S, 43°27'15.42" W.

[51](#). Um bom site para se informar sobre o cultivo é o do grupo Growroom. Disponível em: <<http://www.growroom.net>>. Acesso em: set. 2011.

Agradecimentos

Quase nenhuma das ideias expostas neste livro é minha (em compensação, os erros são todos meus, para que ninguém me acuse de não ter feito nada). Meus agradecimentos a todo mundo que moldou essas ideias – aqueles que fizeram os livros e os filmes que me inspiraram, que criaram as experiências que eu retrato e que me receberam na estrada para conversar comigo.

Em Washington, obrigado a Steven Dudley, criador do InSight, maior referência de informação confiável sobre crime organizado nas Américas, que me ajudou a compreender a complexidade envolvida nas redes de tráfico internacionais. Obrigado a Anna Chisman, da Organização dos Estados Americanos, por compartilhar comigo suas décadas de experiência na OEA tentando criar formas de reduzir a demanda por drogas – sem sucesso –, e a Coletta Youngers, especialista em América Latina que me ajudou a entender o papel de nosso continente nas redes internacionais.

Em Nova York, tenho de agradecer a Ethan Nadelmann, diretor-executivo da Drug Policy Alliance e uma das principais lideranças do mundo no movimento por reformar as leis de drogas.

Na Califórnia, dezenas de pessoas colaboraram para me dar uma perspectiva ampla sobre o que está acontecendo lá. Obrigado demais aos funcionários dos vários dispensários que visitei, pela recepção atenciosa e franca, que, aliás, eles costumam reservar a qualquer paciente. Agradeço também à Oaksterdam University, por me abrir suas portas. Obrigado às várias pessoas cujos nomes não revelarei, mas que, em troca dessa descrição, me forneceram enorme riqueza de informação sobre o funcionamento de um mercado ilegal. Obrigado ao Chris Carlsson, historiador da contracultura de San Francisco.

Sou muito grato também a Bob Dawson, Ellen Manchester e Walker Dawson, que nos hospedaram generosamente.

Obrigado a Nathan Jones, um jovem estudante americano em Tijuana que me levou para passear pela cidade em seu velho conversível e me revelou os caminhos do lugar. Sou muito grato aos professores José Manuel Valenzuela Arce e Lorena Perez, do Colef, o Colégio da Fronteira Norte, pela contextualização sobre a história de Tijuana e seu papel no narcotráfico. Obrigado demais também a Rosario Mosso, do Zeta, e ao mecânico Hector, não só pelas cervejas.

Na Inglaterra, agradeço a Amanda Feilding, da Beckley Foundation, e a Steven Rolles, da Transform Drug Policy, duas organizações que estão levando o estudo de políticas públicas de drogas para o século XXI.

Em Paris, tive o privilégio de me encontrar com Michel Henry, editor do jornal *Libération*. Foi a conversa com ele, no terraço na cobertura da redação do jornal, com a vista da Torre Eiffel, que me convenceu da inevitabilidade da mudança das leis. Obrigado também à família Pape, pela generosidade de nos hospedar na suíte presidencial.

Na Holanda, tive a sorte de conhecer especialistas sérios com disposição para conversar. Fiquei muito impressionado com o trabalho do Transnational Institute, de Martin Jelsma e Tom Blickman, e gostei muito de conversar com Mario Lap, Eberhard Schatz e Nicole Maalste.

Na Espanha, Sara Casado me serviu de guia e me apresentou a várias pessoas interessantes. Obrigado demais a Martín Barriuso e Manuel Guzmán, um cultivador e um neurobiólogo, duas das pessoas mais inteligentes que encontrei na estrada.

Em Portugal, fiquei fã de João Goulão, que foi enormemente acessível e me abriu todas as portas do sistema, permitindo-me entrar em contato com muita gente boa.

No Marrocos, obrigado a nossos anfitriões Antonio e Mohammed e a toda Chefchaouen, uma cidadezinha apaixonante.

No Brasil, devo agradecimentos a William Lantelme, do Growroom, ao neurocientista Sidarta Ribeiro e ao jornalista Gustavo Grossi, por ter se disposto a recordar as memórias traumáticas da prisão. Obrigado a Henrique Carneiro, Thiago Rodrigues, Bia Labate, Luciana Boiteux e Mauricio Fiori, especialistas brasileiros que me ensinaram tanto.

Li algumas dezenas de ótimos livros sobre o tema e preciso agradecer aos autores de alguns deles, por terem fornecido *insights* essenciais para meu trabalho. Obrigado a Michael Pollan, autor de *The Botany of Desire*, por sua perspectiva botânica da canábis e também pelas aulas sobre como escrever sobre temas complexos. Obrigado ao juiz James Gray, pelo contundente *Why Our Drugs Laws Have Failed and What We Can Do About It*, que forneceu substância para a parte 1 deste livro. Obrigadíssimo a Mike Gray, autor de *Drug Crazy*, provavelmente a melhor perspectiva histórica do tema.

O *Pot Book*, organizado por Julie Holand, é um tesouro de bons textos sobre virtualmente todos os aspectos da canábis. Já *Innocent Bystanders*, de Philip Keefer e Norman Loayza, é uma bela coletânea de artigos que provam

que as maiores vítimas da guerra às drogas são os países em desenvolvimento. O livro *Drugs and Drug Policy*, de Mark Kleiman, Jonathan Caulkins e Angela Hawken, é uma obra de linguagem simples, muito fácil de ler, mas que entra em aspectos muito interessantes sobre a economia da droga. A Peter Reuter, mil obrigados por todos seus artigos e livros. Obrigado também a Sidarta Ribeiro e Renato Malcher-Lopes, pelo livro *Maconha, Cérebro e Saúde*, uma bela obra sobre a neurociência da canábis.

Sou grato também por vários filmes inspiradores. O primeiro deles foi *Grass*, de Ron Mann, um filme canadense de 2000 que me levou a me interessar por esse tema. Dois bons filmes brasileiros recentes seguem essa mesma trilha: *Cortina de Fumaça* e *Quebrando o Tabu*. Não deixe de vê-los. O seriado de TV *The Wire* é incrível.

Obrigado ao time da Editora Leya, pela ousadia de tornar esse projeto possível, e a Marcia Menin, pela leitura atenta que ajudou a dar alguma clareza para o texto. Agradeço também ao Leandro Narloch, por ter me apresentado aos editores da Leya.

Esta lista poderia seguir por dezenas de páginas. Fui ajudado por muito mais gente. Obrigado aos amigos e à família, por aguentarem meu mau humor enquanto eu tentava escrever e por suportarem pacientemente minhas ligações telefônicas desesperadas cada vez que eu chegava a um beco sem saída. Obrigado ao Helder Araújo e à Webcitizen, por abrirem espaço para eu poder me dedicar a este livro. Obrigado às tantas pessoas inspiradoras à minha volta: meus pais, minha tia Adozinda, mais ativa que eu aos 94 anos, meus irmãos, Mariana Lacerda, Otávio Rodrigues e muito mais gente.

Obrigado demais à Joaquina, por ter sido minha *designer*, minha companheira de viagem e tantas outras coisas mais.

Fotos

Folheto distribuído nos *coffee shops* da Holanda, com dicas para o uso seguro da canábis. O texto adverte contra o uso excessivo e avisa: “não tente resolver seus problemas acendendo um baseado”.

Fotos e reproduções: Denis Russo Burgierman e Joana Amador | Tratamento das imagens: Wagner Fernandes

Tips

HASH & WEED

What do you know

What don't you know

All across the globe, hashish and marijuana have been used for centuries in any number of cultures. But like any other substance used for pleasure, they involve certain risks. This why a few tips might be useful.

Hashish and marijuana are derived from the cannabis plant. The main active ingredient is tetra-hydro-cannabinol (THC). The effect lasts anywhere from two to four hours. Cannabis usually relaxes you. It makes some people talk a lot and others very quiet. Some become very active, others don't budge. But the effect can be different every time.

People use cannabis for pleasure, and not to help them cope with stress or insecurity. You can't solve problems by lighting up a joint.

 Your concentration is affected by hashish or marijuana. Sometimes you even forget what you have just said. So don't smoke a joint at school or at work.

 Hashish or marijuana affect your ability to react, so don't smoke a joint and drive. Drug checks for drivers are becoming stricter.

 Alcohol does not combine well with hashish or marijuana.

 When you smoke cannabis, harmful substances are released like tar and carbon monoxide. This is why it is not a good idea to inhale deeply and long. And it is not necessary either, since the active ingredients of cannabis are rapidly absorbed by the lungs.

 Space cake does not affect you for half an hour to an hour and a half. The effects are much more intense than when you smoke a joint and last longer.

 Smoking cannabis can give you heart palpitations and make you perspire or get dizzy. Don't panic, just look for a quiet spot and have something sweet to eat or drink. If you still don't feel better in an hour, find someone to help you. In the Netherlands, you won't be arrested for drug-related problems like this.

 Do not smoke cannabis or eat space cake if you are on any kind of medication, for example for diabetes or epilepsy. Do not smoke cannabis or eat space cake if you are pregnant or if you are having psychological problems. Always be aware of how much you are using, you can become dependent on hashish or marijuana.

 Avoid problems, don't take cannabis with you when you go abroad.

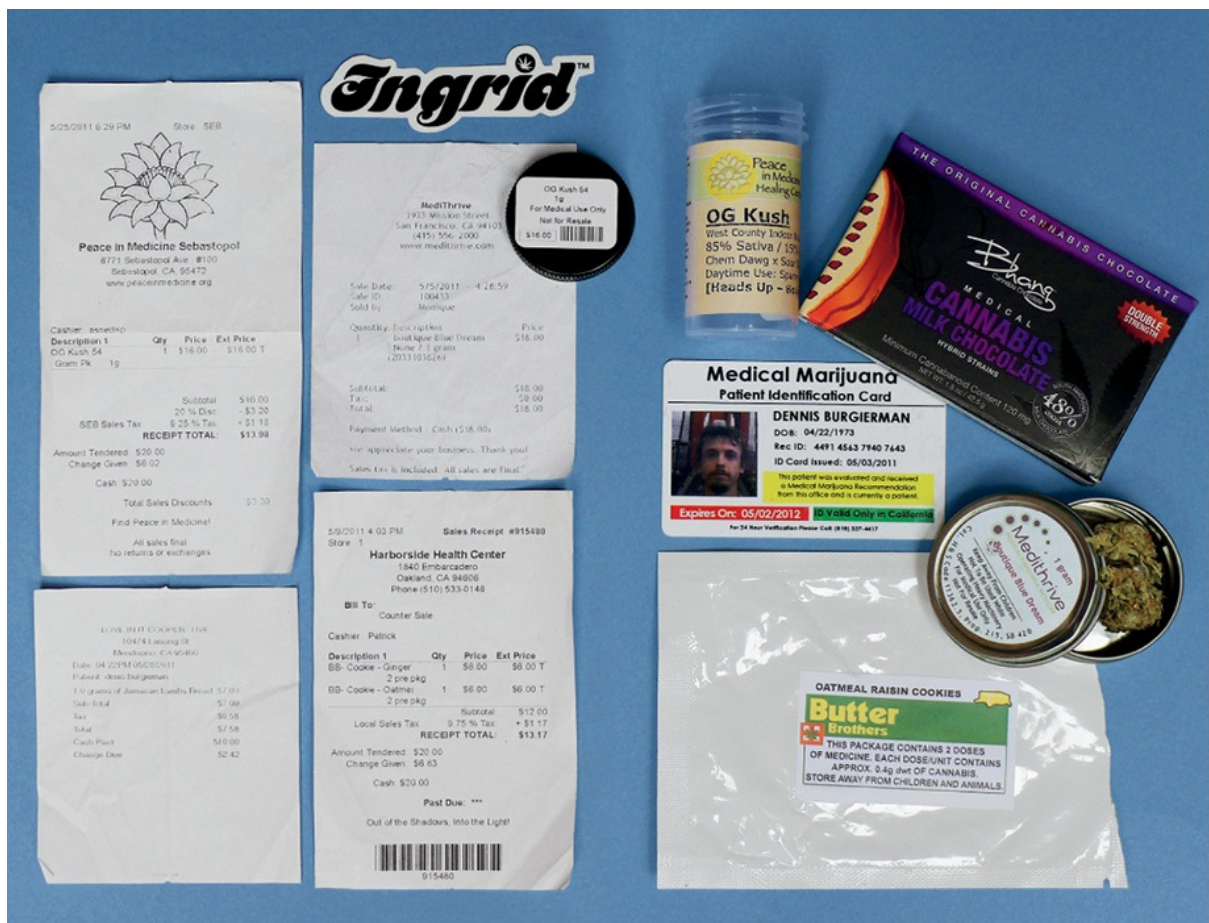
 Hashish and marijuana can differ greatly in strength. Ask someone on the coffee shop staff how strong the cannabis is that you are buying.

 Alcohol or other drugs besides cannabis are prohibited at coffee shops.

For more information see
www.jellinek.nl/english



Os *coffee shops* se parecem com um comércio como qualquer outro.
Não há nenhuma referência à canábis na decoração ou na sinalização.



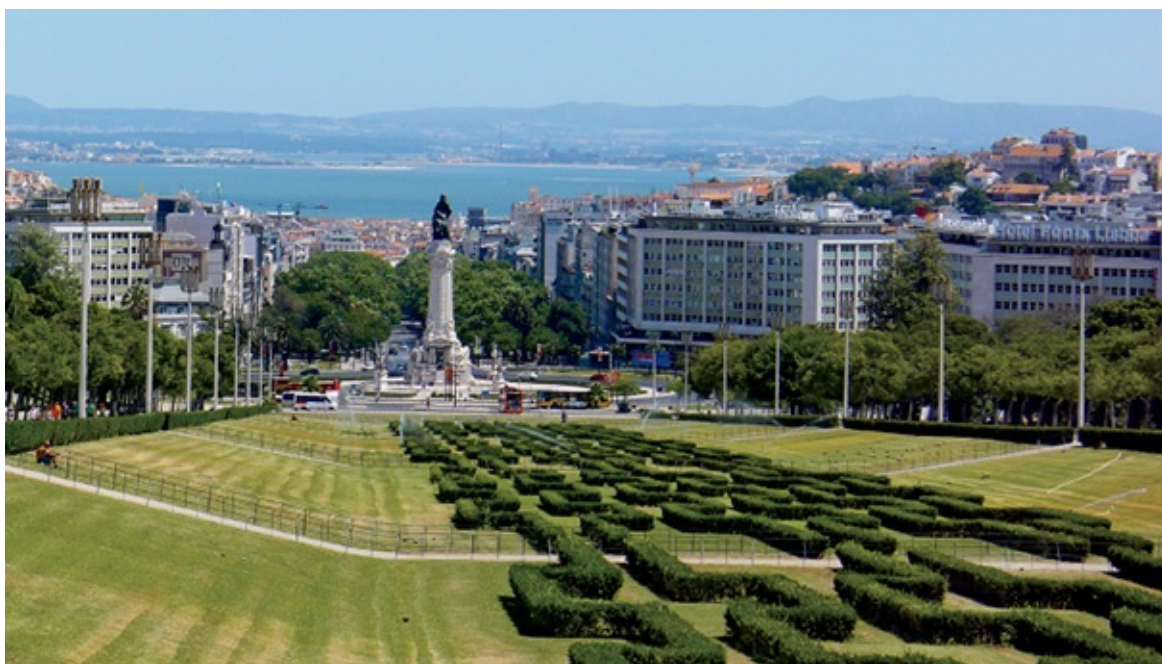
Notas fiscais, um adesivo com o logotipo de uma variedade de canábis, embalagens e a carteirinha que dá acesso a essa indústria.



O mapa afixado numa parede da Universidade Oaksterdam, Califórnia, mostra de onde os alunos vêm. No post-it amarelo à direita, há o registro de quatro estudantes brasileiros. Abaixo, o calendário de aulas e, o “laboratório de cultivo”.

Oakland Campus		 Class Schedule		
A20110613	\$300	<u>Advanced Seminar</u>	06/13/2011 Mon 10am-5:30pm & 06/14/2011 Tues 11am-4pm	OPEN
B20110611	\$300	<u>Basic Seminar</u>	06/11/2011 Sat 10am-5pm & 06/12/2011 Sun 11am-5:30pm	OPEN
FS20110607	\$700	<u>Fast Track Semester</u>	06/07/2011 - 06/30/2011 Tues/Weds/Thurs 2:00pm-4:30pm	OPEN
SAHX20110521	\$700	<u>Alumni Horticulture Semester</u>	05/21/2011 - 07/23/2011 Saturdays 10:30am-1:00pm	OPEN
AAHSII20110503	\$800	<u>Accelerated Alumni Horticulture Semester</u>	05/03/2011 - 05/15/2011 Tues. - Thurs., Sat., Sun. 10:30am-1pm	OPEN
SIHX20110503	\$700	<u>Indoor Horticulture Semester</u>	05/03/2011 - 07/05/2011 Tuesdays 6:00pm-8:30pm	OPEN
A20110516	\$300	<u>Advanced Seminar</u>	05/16/2011 Mon 10am-5:30pm & 05/17/2011 Tues 11am-4pm	OPEN
B20110514	\$300	<u>Basic Seminar</u>	05/14/2011 Sat 10am-5pm & 05/15/2011 Sun 11am-5:30pm	OPEN
AAHSII20110503	\$800	<u>Accelerated Alumni Horticulture Semester</u>	05/03/2011 - 05/15/2011 Tues. - Thurs., Sat., Sun. 10:30am-1pm	OPEN





Lisboa (acima), abriga o Centro de Taipas, o principal centro de tratamento de dependentes de Portugal. Na foto abaixo, a oficina de arte dos pacientes, e o desenho que um deles fez.







Madri estava eletrificada. As ruas estavam tomadas por manifestantes “indignados” protestando em meio à crise econômica.

HAY ALMAS QUE TIENEN...

Hay almas que tienen
azules luceros,
mañanas marchitas
entre hojas del tiempo,
y castos rincones
que guardan un viejo
rumor de nostalgias
y sueños.

Otras almas tienen
dolientes espectros
de pasiones. Frutas
con gusanos. Ecos
de una voz quemada
que viene de lejos
como una corriente
de sombra. Recuerdos
vacíos de llanto
y migajas de besos.

Mi alma está madura
hace mucho tiempo,
y se desmorona
turbia de misterio.
Piedras juveniles
roídas de ensueño
caen sobre las aguas
de mis pensamientos.
Cada piedra dice:
« ¡Dios está muy lejos! »

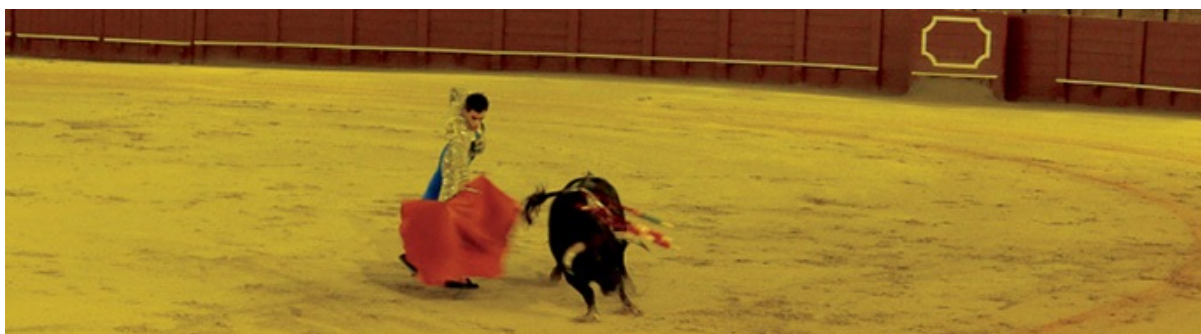
8 de febrero de 1920



Na foto em cima, o poema de García Lorca, mencionado na página 190. Deus está longe,



só nos resta aprender a conviver com o fato inescapável de que as almas são diferentes umas das outras.



Na sequência de fotos, uma tourada em Sevilha, a ritualização do desafio ao perigo



e à morte. Ao final, enquanto o touro era executado, uma turista atrás de nós chorava.

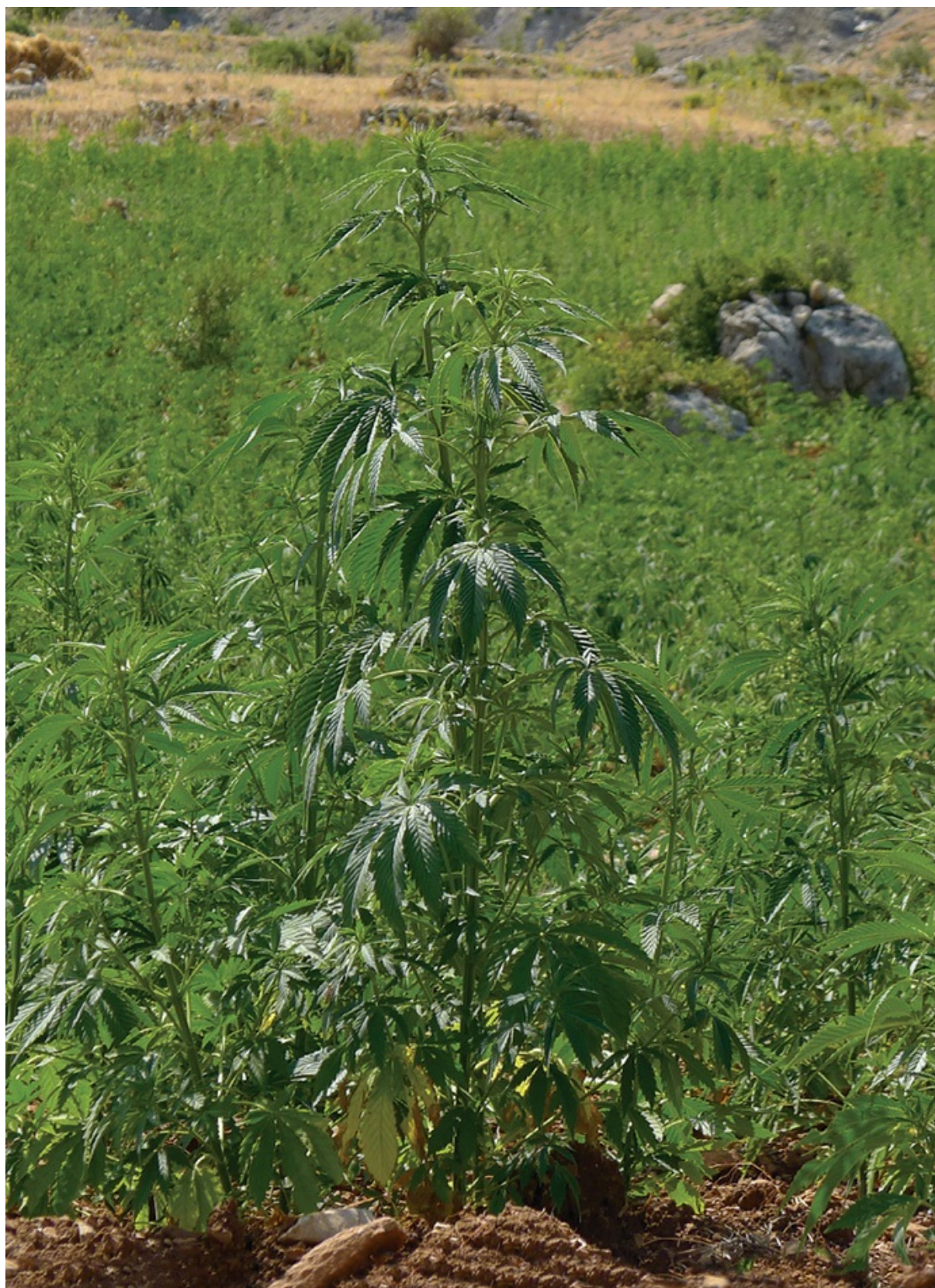




Chefchaouen, no Marrocos e as montanhas atrás da cidade azul.

Muitas das manchas verde-escuras que se veem na paisagem são plantações de cânabis.







O processo de fabricação do haxixe, no Marrocos. O plástico branco cobre uma planta seca de cânabis, que é triturada com uma baqueta. A música transforma a planta num valioso pó negro.